

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

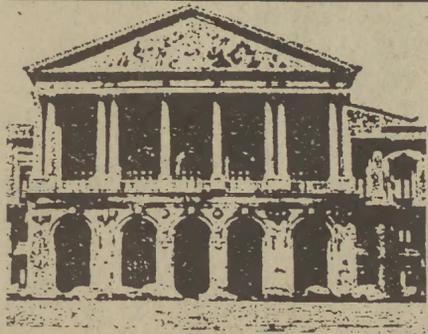
Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## Comunicado da Comissão Política do CC

# Sobre a situação política e as tarefas do Partido

«Contra todos os que falavam há dois anos de uma supostamente inevitável perspectiva de eternização do PSD no Governo, desenham-se com maior nitidez possibilidades de uma alternativa democrática».

Págs. 1 e 2/Semana



## Com várias iniciativas em agenda

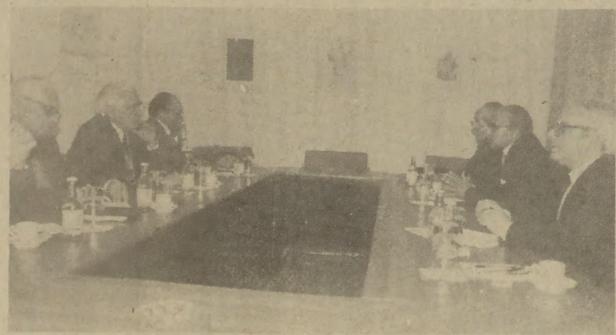
# PCP arranca em força para o novo ano

Págs. 4 e 5/Semana

## Encontros do PCP com outros partidos democráticos



Com o PRD



Com a «Intervenção Democrática»

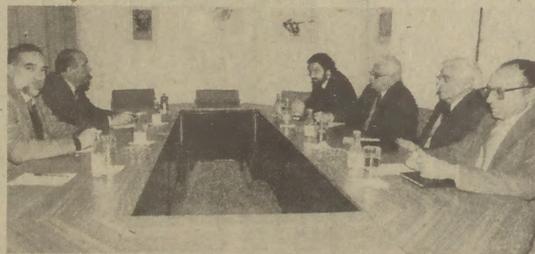


Com o Partido «Os Verdes»

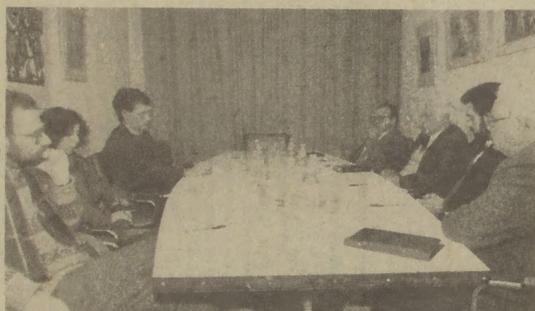
Uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, e que integrava também Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, Carlos Brito e Luís Sá, membros da Comissão Política, participou no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes num conjunto de encontros, sucessivamente com uma delegação da «Intervenção Democrática», constituída por Blasco Hugo Fernandes, Corregedor da Fonseca e António Gonçalves, uma delegação do Partido «Os Verdes», constituída por Maria Santos, Herculano Pombo e Isabel Castro; uma delegação do MDP/CDE, constituída por Silveira Ramos, José Gouveia e Orlando Almeida; uma delegação do PSR dirigida por Francisco Louçã.

Estes encontros, na sequência do encontro realizado com o PRD no passado dia 4 e a que se seguiu um encontro com a UDP, efectuado ontem, estando previsto um outro com o PS, realizaram-se em concretização de propostas do PCP aos partidos com quem estabeleceu coligações ou acordos para as eleições autárquicas, tendo em vista analisar o trabalho realizado em comum, a cooperação existente e as possibilidades do seu ulterior desenvolvimento.

Os encontros havidos decorreram num clima amigável, tendo sido expressa por todos os partidos a vontade de prosseguir a cooperação nas autarquias e noutras áreas de intervenção na vida política, social e cultural portuguesa.



Com o MDP/CDE



Com o PSR

# BURACOS

## Em Foco

Avante!  
Ano 59 - Série VII  
N.º 837  
11 de Janeiro de 1990  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente



## Salários mínimos não correspondem às reivindicações sindicais

Pág. 3/Semana

## CC do PCUS analisa situação na Lituânia

Pág. 10 e 11  
Semana

## Gorbachov:

## O destino

## da perestroika

## depende

## da unidade do PCUS

## Tarefas prioritárias

O rescaldo das eleições autárquicas está longe de ter extinto alguns dos últimos focos ainda encandescentes da batalha eleitoral de 17 de Dezembro que ameaçam prolongar-se por tempos imprevisíveis.

- Em termos mesmo de resultados e de balanço da campanha;
- Em termos de conclusões gerais e de consequências a curto e a médio prazo;
- Em termos de deslocamentos, arrumação e correlação de forças;
- Em termos de teste político às principais forças intervenientes nas eleições e no quadro da complexa conjuntura interna e internacional que vivemos.

Grandes derrotados das eleições, o PSD e o Governo de Cavaco Silva, digeram agora as amargas derrotas de todo um ano.

O panorama é desolador. Os efeitos desastrosos da última consulta eleitoral fizeram-se sentir de imediato: tempestuosas reuniões-relâmpago de órgãos dirigentes do partido governamental; remodelação súbita e atrabiliária da equipa ministerial com algumas figuras de proa do partido e do governo despedidas ao fundo da escada e em grande velocidade; um profundo mal-estar no seio do partido, dissenções e conflitos nas diversas estruturas regionais e locais do PSD; acerbos rivalidades entre grupos de pressão - do «grupo de Coimbra», do «grupo nortenho», do «grupo de Lisboa», do «grupo da linha» (de Cascais) e de alguns minigrupos influentes que se degladiam entre si na disputa pela hegemonia do partido e no alijar das responsabilidades pelas sucessivas derrotas.

O «Comunicado» da última segunda-feira saído da reunião da Comissão Política do CC do PCP que noutra lugar publicamos é uma síntese política concludente do ano de 89 que «se caracterizou por sérias derrotas do PSD e do Governo, por grandes lutas populares e democráticas e por importantes progressos, embora parciais e insuficientes, na cooperação dos democratas portugueses.»

São assinaláveis sucessos no panorama político português que não se medem exclusivamente pela aritmética do voto e aos quais se deve atribuir um profundo significado político.

Nas últimas eleições autárquicas as forças democráticas mais representativas - coligadas ou em mútua disputa de posições próprias nos órgãos de poder local - saíram da batalha eleitoral de Dezembro num transe de notáveis vitórias sobre a direita governante e de promissoras perspectivas no futuro.

Na sequência das eleições para o Parlamento Europeu, que acusaram a perda de 720 000

votos para o PSD, os resultados das autárquicas de Dezembro confirmaram e acentuaram a perda da maioria cavaquista obtida em termos absolutos nas eleições de Junho de 87 para a Assembleia da República.

O alerta feito logo ao dia seguinte das eleições pelo PCP de que muitos dos que haviam votado no PSD viriam mais tarde ou mais cedo a virar-lhe as costas, foi exuberantemente confirmado pelos resultados dos dois actos eleitorais de 89.

Assistimos à derrocada de vários mitos nascidos com a vitória da direita em 1987:

O de um poder cavaquista de pedra e cal até às legislativas de 91 ameaça ruir pela base; o da estabilidade política, social e económico-financeira sob a administração do PSD e de Cavaco está a fazer-se em bocados.

No plano social, durante todo o ano de 1989 - até nos próprios momentos em que a linguagem do voto ia fazer-se ouvir - a contestação de massas à política do Governo foi um decisivo factor de debilitamento político do cavaquismo, assumiu características invulgares pela variedade e natureza dos sectores socio-profissionais em luta (e até de sectores das forças armadas e militarizadas) em formas muito diversificadas de notável combatividade e grande envergadura de massas, designadamente pelo recurso à greve.

O fracasso do colaboracionismo de classe em detrimento dos interesses dos trabalhadores na chamada «concertação social», a extinção do CPCMS já decidida pelo Governo e a sua substituição por um «Conselho Económico e Social» em moldes que fazem lembrar a orgânica corporativa de Salazar e Caetano, exprimem a natureza e os objectivos de classe do cavaquismo governante no próprio momento em que paralelamente sob a sua direcção se intensifica o processo contra-revolucionário de restauração do capitalismo monopolista de Estado, se efectua a reforma do sistema eleitoral e se acelera a reprivatização do Sector Público e Empresarial do Estado com toda a sua dinâmica corruptora e negociata.

O governo recauchutado do PSD vai sem dúvida intensificar este processo, seu objectivo estratégico fundamental, agora com o suporte das alterações na Constituição da República conseguidas com a colaboração do PS que forneceu aos planos restauracionistas da direita, já numa fase avançada, a necessária e ambicionada cobertura jurídica.

Adrástica redução da base de apoio do Governo cavaquista, hoje francamente minoritário no panorama político nacional, abre, com os resultados eleitorais de 17 de Dezembro e a estrondosa derrota da direita, ex-

cepcionais possibilidades de novas e decisivas vitórias da democracia e consequentes derrotas do PSD e do seu autoritário chefe, no ano em curso.

A questão de uma alternativa democrática à direita governante ganhou com as eleições autárquicas do fim do ano um suporte político prático e uma base teórica incontroversa que não podem deixar de impor-se à consideração e à inteligência dos democratas portugueses, principalmente dos partidos da oposição de maior representatividade no espectro político nacional - o PS e o PCP.

A derrota da direita e a vitória democrática tornaram-se possíveis porque uma dinâmica unitária de convergência de acção e de objectivos conseguiu ganhar posições no relacionamento das forças democráticas permitindo, nomeadamente com a conquista da primeira autarquia do País pela coligação «Por Lisboa» uma vitória de grande projecção política nacional.

O PCP reclama-se do seu papel fundamental na criação dessa dinâmica unitária a qual, indo ao encontro das tendências convergentes de outros partidos democráticos, está na base do apeamento do PSD das suas posições de maioria relativa no poder autárquico, da perda pela direita das principais cidades e capitais de distrito e da conquista da esmagadora maioria dos órgãos do poder local pelo conjunto dos partidos da oposição democrática, ainda que em mútua e por vezes acesa disputa de posições entre si no plano nacional.

A esta luz deve ser vista a errónea teoria da «bipolarização» da política nacional, também ela claramente derrotada nas eleições de Dezembro.

Um factor de peso a pôs mais uma vez em cheque: os resultados obtidos pela CDU, apesar da formidável campanha anticomunista afectando o principal partido da Coligação Democrática Unitária - o PCP.

Diz sobre isto o Comunicado da Comissão Política do CC: «Contra todos os que apostavam na «bipolarização» do sistema político partidário, a CDU aumentou a percentagem e o número de deputados nas eleições para o Parlamento Europeu; o PCP e os seus aliados mais próximos terão obtido (com os votos dos comunistas em Lisboa, Setúbal e Covilhã) uma percentagem na ordem dos 16%, além da contribuição decisiva para a vitória democrática em Lisboa, a conquista da presidência de outras 50 câmaras (...) e outras importantes posições em minoria nos órgãos autárquicos».

Em numerosas autarquias, após as eleições e segundo os seus resultados, a CDU e o PCP

# Resumo

## 3 Quarta-feira

Zita Seabra é expulsa do PCP por decisão da Comissão de Controlo e Quadros ■ O PCP defende nos Açores a necessidade de uma aproximação com os socialistas por forma a alcançar-se uma transformação democrática nas ilhas ■ A CGTP identifica a troca de ministros como uma consequência das derrotas eleitorais sofridas pelo PSD; por outro lado a UGT declara que espera que o Governo com a composição renovada demonstre maior sensibilidade social e maior empenhamento na concertação permanente e diálogo social ■ A Comissão Política do PSD decide convocar uma reunião do seu Conselho Nacional para analisar a situação política e aprovar o regulamento do congresso ■ Jorge Sampaio assume a presidência da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, antes da sua posse como presidente da CML ■ Um decreto-lei publicado no «Diário da República» extingue a Empresa Pública do Jornal Diário Popular ■ O vice-ministro da Defesa da Roménia, General Vasile Ionel, afirma que o exército controla por completo a situação no país ■ O Partido Comunista da Checoslováquia e a União das Forças Democráticas iniciam conversações na Assembleia Nacional sobre uma futura «mesa-redonda» ■ O ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha, chega a Budapeste para uma visita de dois dias ■ Mais de 250 mil pessoas participam numa manifestação em Berlim, convocada pelo PSUA-PSD e outras organizações, contra o perigo de ressurgimento do neofascismo na RDA.

## 4 Quinta-feira

Uma conferência de imprensa realizada na sede do Movimento Português Contra o Apartheid, em Lisboa, considera que a visita de Savimbi a Portugal pode ter reflexos negativos sobre os interesses portugueses numa futura intensificação das relações de cooperação entre os dois Estados ■ Fernando Nunes Ferreira Real, Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, é proposto pelo Primeiro-Ministro para ministro do Ambiente e Recursos Naturais ■ O Conselho Nacional do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, no término de uma reunião de dois dias, dá um prazo ao Governo até 24 de Janeiro para ser retomado o processo negociado ■ É publicado o suplemento do «Diário da República» com o primeiro pacote de aumentos de preços para 1990 ■ O Conselho de Salvação Nacional da Roménia inicia a sua primeira reunião a nível nacional ■ O general panamiano Manuel António Noriega fica em poder das forças norte-americanas e é transportado para o território dos Estados Unidos ■ Dezenas de milhares de pessoas manifestam-se na capital do Azerbaijão, Baku, reclamando a abertura dos 137 quilómetros de fronteira com o Irão.

## 5 Sexta-feira

Os seis novos ministros do Executivo de Cavaco Silva são empossados pelo Presidente da República, Mário Soares ■ A Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão extraordinária, delibera a continuação dos estudos relativos ao «projecto Hilton», admitindo uma revisão das volumétricas previstas para o empreendimento ■ A CGTP-IN exige ao Governo uma efectiva mudança em 90, que inverta a tendência da perda continuada do poder de compra dos portugueses, alertando que em caso contrário assistir-se-á a um agravamento da conflitualidade social ■ A União dos Sindicatos de Lisboa promove na capital uma sessão debate subordinada à temática do Acto Único e das suas consequências para a região de Lisboa ■ São recebidas por Álvaro Cunhal e outros dirigentes, na sede do PCP, delegações da Intervenção Democrática, do Partido Ecologista «Os Verdes», do MDP e do PSR ■ O Partido Comunista Búlgaro, o Partido Agrário, a União das Forças Democráticas e os grupos da oposição chegam a acordo para realizarem uma «mesa-redonda» sobre o futuro do país.

## 6 Sábado

O SITRA, Sindicato dos Transportes Rodoviários e Afins, ameaça abandonar a UGT caso sejam assinados acordos sem o seu consentimento ■ O Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco aprova uma proposta de autodissolução e de criação de um novo partido a apresentar no próximo congresso a realizar este mês ■ O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, confirma em Bucareste o apoio da URSS à revolução romena ■ O presidente José Eduardo dos Santos afirma que a solução para a paz em Angola passa pela existência de um partido único e sublinha que o seu país não está na disposição de partilhar o poder com a UNITA ■ O presidente do PSUA-PSD, Gregor Gysi, apresenta uma nova proposta de desarmamento que reduz as forças armadas da RDA e da RFA a metade num prazo máximo de dois anos, devendo os seus aliados retirar todo o armamento químico e nuclear instalado nos dois países.

## 7 Domingo

O chefe da diplomacia portuguesa, João de Deus Pinheiro, admite a hipótese de se encontrar com Jonas Savimbi, em Lisboa, no âmbito da sua visita a Portugal ■ As tropas israelitas de ocupação dos territórios de Gaza e Cisjordânia matam a tiro mais dois palestinianos e ferem outros nove ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, Gyula Horn, chega a Tel-Aviv para conversações com as autoridades israelitas ■ O

conselho de Ministros húngaro anuncia grandes aumentos dos preços dos géneros alimentares, dos automóveis e das rendas ■ Uma esquadra norte-americana, que inclui o porta-aviões *Jonh F. Kennedy* como navio almirante, encontra-se ao largo da Colômbia, alegadamente para combater o tráfico de droga ■ Vários milhares de pessoas manifestam-se em Sófia contra a decisão do governo búlgaro de restabelecer os direitos da minoria muçulmana na Bulgária ■ Falece, em Oeiras aos 83 anos, Tomaz de Mello, destacada figura da pintura portuguesa ■ O Presidente da Colômbia, Virgílio Barco, declara que o seu governo não participará em quaisquer manobras conjuntas em águas internacionais com unidades dos Estados Unidos.

## 8 Segunda-feira

Realiza-se uma reunião da Comissão Política do PCP, cujo documento final é apresentado em conferência de imprensa por Luís Sá, acompanhado de Vítor Dias ■ O Governo Regional dos Açores anuncia aumentos médios de dez por cento nos bens essenciais ■ A coligação PS/CDS coloca sob suspeita os resultados das eleições autárquicas no Funchal, ao requerer ao Tribunal Constitucional a repetição do acto eleitoral em nove das dez freguesias do conselho ■ São divulgadas em todo o país as listas de colocações dos candidatos ao ensino superior público ■ É criada uma nova secretaria de Estado, a da administração Judiciária, que será ocupada por Álvaro Laborinho Lúcio ■ Uma delegação da JCP reúne-se com o ministro da Juventude, Couto dos Santos.

## 9 Terça-feira

O novo Governo de Cavaco Silva entra em funções com a posse de 23 secretários de Estado ■ O PCP acusa a Televisão de ter deformado e deturpado as conclusões da última reunião da Comissão Política ■ O Conselho de Ministros decide aumentar o salário mínimo nacional para 35 mil escudos na indústria, comércio e serviços, 34 500 escudos na agricultura e 28 mil escudos no serviço doméstico ■ A Câmara de Lisboa decide em reunião extraordinária levantar o embargo das obras de construção do auto-silo da Avenida dos Estados Unidos da América, ao que se opuseram os vereadores do PCP ■ Os deputados do PS e do PCP criticam na AR a decisão da gerência da CP de continuar a encerrar linhas ■ A JCP exige em conferência de imprensa a suspensão da Lei de acesso que classifica de injusta ■ O PCP considera indesejável a anunciada visita a Portugal de Jonas Savimbi ■ Os chefes de governo dos países membros do CAME decidem em Sófia criar uma comissão especializada para debater e preparar a reforma da organização ■ O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, anuncia que o governo aceita o diálogo directo com a Renamo.

desenvolvem uma intensa acção unitária - mesmo lá onde conquistou a maioria absoluta ou relativa ou onde ficou em minoria - para uma gestão autárquica participativa de todos os eleitos das diversas forças políticas.

Torna-se cada vez mais evidente que a «bipolarização» não pode, com o seu estreito critério na área dos partidos democráticos, viabilizar e garantir uma alternativa democrática de governo e de política à direita cavaquista.

Torna-se também claro que uma alternativa da qual o PS e o PCP devem constituir a base fundamental, deve também reunir e congregar todos os democratas onde quer que politicamente se situem, verdadeiramente interessados em defender e alargar as conquistas da Democracia e da Liberdade em Portugal e simultaneamente garantir a melhoria das condições de vida do povo, a solução dos mais agudos problemas sociais - da Saúde, da Habitação, da Educação, da Segurança Social - a superação dos nossos atrasos culturais e tecnológicos, dos nossos desequilíbrios estruturais e regionais, a defesa do ambiente, a preservação da Paz e da Independência Nacional.

Os deslocamentos, a nova arrumação e correlação de forças evidenciados e resultantes do processo das eleições autárquicas de 17 de Dezembro apontam inegavelmente nessa direcção.

Colocar o Partido à altura das suas responsabilidades nas novas condições políticas criadas no País pelos resultados das eleições de 17 de Dezembro, pela vasta movimentação social anticavaquista e pela intensificação do processo contra-revolucionário;

Intensificar todos os processos de democratização na prossecução dos objectivos imediatos, «prosseguir e aprofundar a luta pela convergência e unidade das forças democráticas portuguesas na base do respeito pela identidade, natureza e opções de cada qual», como é dito no «Comunicado» da Comissão Política;

Dinamizar a acção de todo o Partido na concretização da consigna de uma democracia avançada no limiar do Século XXI preconizada pelo XII Congresso e, de imediato, prosseguir «o debate da preparação do XIII Congresso do PCP com base na confiança de que será o Congresso de um grande Partido revolucionário, com grandes responsabilidades na vida nacional e que tem um papel insubstituível na construção de uma alternativa política à direita» - um debate franco, aberto, participativo e fraterno no quadro do Congresso, são tarefas imediatas, prioritárias, dos comunistas portugueses.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX, Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora, Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA  
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa, Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

## Cooperação com os outros partidos democráticos deve continuar

Realizou-se na passada segunda-feira uma reunião da Comissão Política do PCP, no final da qual Luís Sá, membro da Comissão Política, acompanhado de Vítor Dias, do Comité Central, divulgou em conferência de imprensa as respectivas conclusões.

Após a leitura do documento, cujo texto publicamos hoje na íntegra, Luís Sá colocou-se à disposição dos presentes para responder às questões surgidas. Interrogado sobre a forma como se processará a preparação do próximo congresso extraordinário,

Luís Sá declarou será efectuada por todos os militantes do Partido no quadro do seu funcionamento normal, através do debate atento, franco e participado nas organizações, plenários e assembleias, referindo todavia que estão a ser estudadas outras formas de participação.

Instado sobre se os documentos dos chamados «críticos» serão colocados a debate no Partido, o dirigente comunista sublinhou que todos os militantes têm o dever de praticar a crítica e a auto-crítica, de forma que a expressão «críticos» não será

muito correcta. Acrescentou, porém, que todas as contribuições serão examinadas atentamente e incluídas nos documentos do congresso, desde que correspondam à vontade maioritária, respeitem os pressupostos básicos que identificam o POP como um partido revolucionário e correspondam à investigação útil da própria realidade. Ainda neste contexto, frisou que todos os militantes do Partido são iguais e não têm nem mais nem menos direitos em função das suas posições.

Outras perguntas foram colocadas, nomeadamente sobre a possibilidade de os problemas internos do PCP se traduzirem em quebras eleitorais, ao que Luís Sá respondeu não acreditar que tal aconteça, podendo esses problemas ser resolvidos no quadro de um grande debate fraterno e aberto. Quanto às advertências feitas recentemente a alguns militantes, foi dito que elas se processaram no exercício normal da actividade crítica no Partido.

Luís Sá teve ainda oportunidade de referir, em resposta a uma pergunta, que o objectivo dos encontros propostos a outros partidos, alguns dos quais já se efectuaram, é o de prolongar tanto quanto possível a cooperação com os vários partidos



O camarada Luís Sá, da Comissão Política do CC, acompanhado do camarada Vítor Dias, do Comité Central, no encontro com os jornalistas

democráticos no âmbito autárquico e estendê-lo a outros domínios. Nesta sequência, assinalou a recuperação eleitoral do PS, que simultanea-

mente veio refutar as teses bipolarizadoras, já que o êxito do PS se traduziu em cerca de 35 por cento. Sendo necessários 50 por cento dos

votos para governar sozinho, ao PS restam deste modo duas hipóteses: ou governar o País à direita ou com alianças com o PCP.

### Os «critérios» da RTP

1. Na sequência de lamentáveis procedimentos anteriores, a reportagem ontem transmitida pelo Telejornal sobre a conferência de imprensa promovida pelo PCP para divulgar as principais conclusões de uma reunião da sua Comissão Política, veio pôr novamente em evidência os defeituosos critérios que estão sendo seguidos por aquele órgão de informação do sector público designadamente em relação a iniciativas do PCP.

2. Na referida conferência de imprensa, o PCP divulgou as apreciações da sua comissão política sobre um vasto conjunto de matérias — caracterização política do ano de 1989, remodelação governamental, críticas de aspectos de flagrante actualidade da política do Governo, relações do PCP com outras forças políticas, trabalho dos eleitos do PCP e da CDU e cooperação democrática nas autarquias — e fez uma referência em dois parágrafos à preparação do XIII Congresso extraordinário do PCP.

A verdade porém é que a reportagem transmitida pelo Telejornal se centrou única e exclusivamente nas referências às questões da vida interna do PCP, designadamente com base nas perguntas feitas pelo repórter daquele órgão de informação, com a óbvia mas absurda consequência de que os telespectadores terão ficado com a ideia de que o PCP fez uma reunião da sua Comissão Política apenas sobre tais temas e que o PCP nada disse ou tem a dizer sobre a situação social, económica e política do país e sobre a actividade do Governo.

3. Por mais voltas que alguém queira dar ao assunto, a verdade é que semelhantes procedimentos e critérios da RTP correspondem de facto à sonegação e à ocultação de informação, à violação do dever de informar e ao desrespeito do direito à informação, à deformação e deturpação da imagem, das atitudes e das actividades de um partido político.

4. Não se trata de contestar o direito da RTP e dos seus repórteres se interessarem por temas ou questões que, num momento dado, sejam acessórias na mensagem e nas posições que um partido entende difundir. Trata-se, isso sim, de defender que não é legítimo que um órgão de informação do sector público o faça com ostensivo sacrifício e total desrespeito pelo real conteúdo das iniciativas que um partido realiza e das posições que nela divulga.

5. Aliás, não consta que nas reportagens da RTP sobre os encontros semanais para divulgação das decisões do Conselho de Ministros se ignorem essas decisões e que elas sejam substituídas pelas questões colocadas pelos repórteres da RTP.

6. Sendo evidente que em múltiplas ocasiões e diversos espaços informativos a RTP já excede largamente todos os limites razoáveis do comentário opinativo, especulativo e agressivo sobre o PCP, constitui uma reivindicação de elementar justiça que, ao menos na cobertura das actividades e iniciativas promovidas pelo PCP, a RTP se reconduza a normais critérios de informação.

9.19.90

O Gabinete de Imprensa do PCP

## Desenham-se possibilidades de uma alternativa democrática

### Comunicado da Comissão Política do CC do PCP sobre a situação política e as tarefas do Partido

1. A Comissão Política considera que o ano de 1989 se caracterizou por sérias derrotas do PSD e do Governo, por grandes lutas populares e democráticas e por importantes progressos, embora parciais e insuficientes, na cooperação dos democratas portugueses.

Contra todos os que falavam há dois anos de uma supostamente inevitável perspectiva de eternização do PSD no Governo, desenham-se com maior nitidez possibilidades de uma alternativa democrática.

Contra todos os que apostavam na «bipolarização» do sistema político e partidário, a CDU aumentou a percentagem e o número de deputados nas eleições para o Parlamento Europeu; o PCP e os seus aliados mais próximos terão obtido (contando com a votação que razoavelmente teriam em Lis-

boa, Setúbal e Covilhã) uma percentagem da ordem dos 16% nas eleições autárquicas; deram uma contribuição decisiva para a vitória democrática em Lisboa; asseguraram a presidência de outras 50 Câmaras, cuja área corresponde a perto de um terço do território nacional e outras importantes posições em minoria nos órgãos autárquicos.

Num ano em que numerosos factores tornaram a luta dos trabalhadores e do povo particularmente intensa e difícil, o PCP — apesar de insuficiências — revelou um elevado grau de iniciativa política, particularmente na luta pela convergência e unidade das forças e dos democratas portugueses e na apresentação de programas e propostas para resolver os pro-



Rodney  
Arismendi

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA



## A remodelação

Andavam os portugueses a deitar contas à vida, passadas as euforias de Natal, para inventar soluções de ano novo para os aumentos que pela calada lhes esburacaram a bolsa, quando a notícia desabou - catrapum - deixando o País atónito: Cavaco Silva remodelou o Governo.

Os jornalistas, esses agentes ao serviço de uma tenebrosa central anti-cavaquista que a Alta Autoridade para a Comunicação Social em perclara hora criada ainda há-de vir a desmembrar se o chefe puder e o tempo não lhe faltar, os jornalistas, dizíamos, não tiveram mãos a medir com o manancial de informação divulgado às pinguinhas - passe a contradição - que sobre o assunto inundou as redacções.

Ele foram telefonemas, telex, comunicados, reuniões, inconfiências, boatos, agora um ministro que se demitiu, logo outro que foi demitido, e depois outro que já não se queria demitir, um com confiança a mais e outro sem confiança bastante, secretários de Estado a clamar a mais completa ignorância das causas do afastamento e outros a jurar a pés juntos já andarem de boca seca de tanto pedirem para serem dispensados, enfim, um pandemónio.

Passadas as primeiras raivas jornalísticas - aliás legítimas - de ninguém ter sido capaz de prever a remodelação tantas vezes prevista como inevitável, o brio profissional impôs-se e toca de arregaçar as mangas para apurar claramente apurado os quês e porquês, a história e as histórias da remodelação que quinze dias antes não ia haver com toda a certeza porque Cavaco Silva estava e estaria muito contente com o seu executivo.

Ficou-se então a saber que a família PSD sempre tão unida e disciplinada em torno do chefe tinha sido apanhada de surpresa com a remodelação, quando suava em grupo para transformar em derrotazita a questão vital dos resultados eleitorais.

Mais se soube que sorrisos e vénias, pancadinhas nas costas e apertos de mão de Cavaco a ministros e secretários afinal escondiam azedumes velhos, desaforos mútuos, desconfianças várias.

Soube-se até que houve quem cronometrasse o tempo que levou a ser despedido de ministro e quem esteja sentado à espera não de D. Sebastião mas de perceber porque lhe tiraram o tapete debaixo dos pés, gesto indelicado que se não deve fazer a ninguém, quanto mais a uma senhora.

Mas o mistério dos mistérios, para a imprensa em geral e o público em particular, está por desvendar. O cujo é saber que razões profundas (de Estado, de partido, pessoais) levaram Cavaco Silva a escolher para as governamentais tarefas as figuras que escolheu. Cabe aqui salientar que a fazer fé nas más línguas geralmente bem informadas os mais espantados são os próprios escolhidos, que se não foram a correr para os telefones informar a família «já sou ministro», confessaram nunca tal coisa lhes ter passado pela cabeça.

Cavaco Silva, esse, fechou-se em copas. Se nunca morreu de amores pela imprensa, agora volta-lhe ostensivamente as costas, como ainda outro dia se viu à saída de Belém, onde foi explicar ao PR - presumivelmente - a remodelação do Governo de que foi o mais acérrimo defensor.

E não é difícil imaginar o professor de Boliqueime fechado no seu gabinete mergulhado na leitura apaziguadora do Povo Livre e do Diário da República, as únicas publicações que confessadamente lê, que têm em comum o facto relevante de só publicarem o que Cavaco Silva quer.

No entanto, no mundo real, aguardam-se - sem muita esperança valha a verdade - as remodelações políticas que a remodelação governamental deveria pressupor, o que sendo admissível é todavia improvável, pela simples razão de que o que o País precisa, mas precisa mesmo, não é de remodelar o Governo mas de mudar de política.

Coisa com que naturalmente Cavaco Silva discorda em absoluto. Ele que raramente tem dúvidas e nunca se engana, excepção feita quando os maus serviços do seu partido a isso o induzem, deve estar a preparar uma comunicação aos portugueses explicando as virtudes da sua política e a confiança que lhe merece o seu Governo.

■ AF

## Comunicado da Comissão Política do CC do PCP sobre a situação política e as tarefas do Partido

blemas concretos e desempenhou um papel decisivo no combate ao Governo do PSD, na luta por uma alternativa democrática e na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

2. Na sequência das grandes derrotas que o PSD sofreu em 1989, o ano de 1990 abriu com uma remodelação ministerial que reflectiu aspectos da desagregação interna e abrangeu alguns dos mais destacados membros e que foram objecto de maiores movimentos de luta e contestação popular e da opinião pública. Apesar de o Primeiro-Ministro ter afirmado que a remodelação estava programada há dois anos, é óbvio que se trata do fruto directo e conjugado das grandes lutas sociais de 1989, dos sucessivos escândalos que atingiram drasticamente, entre outros, dois dos ministros substituídos e, por último, das enormes derrotas políticas e eleitorais que atingiram o PSD e o Governo.

É significativo que esta remodelação seja apresentada de forma atribulada, desordenada, por vezes, envolvendo guerrilhas partidárias e pessoais; que recorra a figuras quase todas apagadas e obscuras, incluindo a «promoção» a ministro do candidato do PSD publicamente desacreditado e derrotado na segunda Câmara do País.

Longe de poder representar um alargamento ou uma retoma dos apoios de Cavaco Silva e do seu Governo, a remodelação reflecte e reforça o seu isolamento social e político, inclusive dentro do PSD, onde crescentes vozes criticam e confirmam o falhanço desta operação.

A Comissão Política chama, no entanto, a atenção para as previsíveis manobras demagógicas que vão seguir-se por parte do Governo remodelado para disfarçar uma política cujo objectivo essencial é a aceleração da reconstituição dos grupos monopolistas, e do seu poder aliados ao grande capital estrangeiro e dos latifúndios, e cujas consequências sociais mais evidentes consistem no aprofundamento das desigualdades e injustiças.

O Governo de Cavaco Silva e do PSD continua a ser o Governo da direita, do grande capital e dos latifundiários. Impõe-se, com firmeza, prosseguir a luta para fazer recuar a sua política e acabar por assegurar a sua completa derrota.

3. Apesar de derrotado e enfraquecido, o Governo e a maioria parlamentar preparam a aprovação de numerosas medidas negativas, em alguns casos servindo-se em grande medida da revisão constitucional aprovada conjuntamente com o PS.

Neste quadro, no plano das instituições, avulta a lei eleitoral para a Assembleia da República que reduzirá o número de deputados, procurando favorecer artificialmente a bipolarização. Este caminho não só não contribui para a construção de uma alternativa assente na contribuição dos diversos partidos e formações democráticas como tenderia à alternância de dois partidos, na prática com políticas muito semelhantes e à frustração de todos os que lutam por uma maioria democrática que rompa decididamente com a política de direita, realize as aspirações populares e adopte uma orientação patriótica, de defesa dos interesses nacionais.

No plano da comunicação social verifica-se o propósito de acentuar a sua governamentalização, e a sua instrumentalização pelos grandes grupos económicos.

A Comissão Política condena a extinção do Conselho de Imprensa.

No plano das estruturas produtivas avulta o processo das privatizações que tenderá a colocar importantes sectores no controlo directo do capital estrangeiro, associado ou não ao capital nacional e o prosseguimento do processo de reconstituição dos latifúndios.

Noutros aspectos da vida do País verifica-se o agravamento das condições de vida dos sectores mais carecidos da população, como o que decorre dos acentuados aumentos de preços de bens essenciais e a recente decisão da CP, que, concretizando a estratégia do Governo para os transportes ferroviários, encerrou nove troços de via férrea no Minho, Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo. Outro traço desta política foi a incapacidade para a tomada de medidas com carácter de urgência, que disponibilizassem meios humanos, técnicos e financeiros para acorrer às populações do Algarve, ribeirinhas do Douro e Tejo e outras regiões do País, a braços com as consequências de temporais e cheias, traduzidos em grandes prejuízos para a agricultura, infra-estruturas públicas e os bens pessoais de milhares de famílias. O PCP, que já levantou o problema na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, exige medidas excepcionais de apoio às autarquias e às populações afectadas.

4. A Comissão Política considera que, neste quadro, a par do desenvolvimento da movimentação social, é essencial prosseguir e aprofundar a luta pela convergência e unidade das forças democráticas portuguesas, na base do respeito pela identidade, natureza e opções de cada qual.

A Comissão Política recebeu uma informação do conteúdo essencial dos encontros realizados entre delegações do PCP e delegações de outros partidos democráticos: PRD, ID, PEV, PSR. Estão propostos igualmente encontros ao PS e à UDP.

A Comissão Política considera de particular importância manter e acentuar a colaboração entre o PCP, os Verdes, a ID e independentes que integram as listas da CDU ou trabalharam na sua campanha. Nesse sentido foram debatidas diversas medidas e formas de colaboração ao nível central e dos municípios e freguesias.

5. A Comissão Política examinou o processo de instalação dos órgãos autárquicos e as conversações com eleitos de outros partidos que decorrem num vasto número de municípios e freguesias com vista a eleger as mesas das assembleias municipais e de freguesia, escolha de vereadores a tempo inteiro e distribuição de pelouros.

Neste quadro, verificou-se que este processo está num importante número de situações a conduzir à perspectiva de um elevado número de acordos e a uma aproximação entre os eleitos interessados no progresso das suas terras e na gestão democrática das autarquias, ao serviço das populações, nomeadamente entre comunistas e socialistas. Verificaram-se, no entanto, algumas situações em que os esforços das organizações locais do PCP para o entendimento com o PS não tiveram êxito por razões imputáveis ao PS.

Os eleitos comunistas continuarão a adoptar neste processo a orientação de, quando em maioria, procurar a colaboração de eleitos de outros partidos interessados em contribuir para a resolução dos problemas das populações a cargo das autarquias e, quando em minoria, aproveitar todas as possibilidades de actuar com esse objectivo.

A actividade autárquica dos eleitos comunistas e da CDU continuará a pautar-se pela honestidade, o trabalho e a competência, pelo objectivo de concretização dos programas eleitorais apresentados, pelo alargamento da participação popular e democrática da gestão autárquica e dos direitos dos cidadãos face ao Poder Local.

A Comissão Política considera particularmente importante a acção conjunta em defesa do Poder Local, contra a orientação centralista do Governo Cavaco Silva e pela criação das regiões administrativas. Nesse quadro, os eleitos comunistas empenhar-se-ão activamente na actividade da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação Nacional de Freguesias, procurando assegurar a participação activa e equilibrada de eleitos de todas as forças políticas nos órgãos de direcção a todos os níveis.

6. A Comissão Política prossegue o debate da preparação do XIII Congresso Extraordinário do PCP, com base na confiança em que será o Congresso de um grande partido revolucionário, com grandes responsabilidades na vida nacional e que tem um papel insubstituível na construção de uma alternativa política à direita.

A Comissão Política considera da maior importância que o debate a travar no quadro do Congresso decorra de modo franco, aberto, participativo e fraterno, com inserção no trabalho colectivo, para que o PCP, orgulhoso do seu passado de luta pela liberdade, a democracia e o socialismo e profundamente ligado à classe operária, aos trabalhadores e ao povo, responda com êxito e com os olhos postos no futuro, às novas situações e desafios da década de 90.

Revista mensal de estudos e debates 1786-1005

### O militante

BOLÉTIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

# VITÓRIA DA DEMOCRACIA DERROTA DA DIREITA E DO PSD

### INTERNACIONAL



Algumas questões internacionais

Trabalhadores

# Perguntas sobre o LNEC

Intitulado «Contributos para uma reflexão sobre o LNEC» (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), o documento n.º 3 subscrito pela célula do PCP naquele organismo dependente do Governo, com data de 3 do corrente, chama a atenção dos trabalhadores do Laboratório para a descapitalização e perda da importância daquela Instituição, situação real que é escondida por «um discurso de sucessivas promessas» da parte dos responsáveis pelo LNEC e do «Governo desacreditado que temos». Segue na íntegra o teor do documento, que se interroga pertinentemente sobre o futuro do prestigioso Laboratório.

«Que futuro para o LNEC e para os seus trabalhadores? Esta é a grande preocupação dos trabalhadores deste Laboratório, motivo frequente das suas conversas.

«De facto, são desanimadoras as constantes indefinições e contradições de quem nos dirige sobre esta matéria, alternando as posições do optimismo tomadas em público com as posições pessimistas assumidas perante os órgãos consultivos do LNEC e perante as estruturas representativas dos trabalhadores. Naquelas ocasiões, ouve-se falar de futuro risonho sem precedentes, nestas é confessada a crise financeira do LNEC e patenteada uma grande indefinição quanto ao futuro do LNEC neste país da CEE.

«É usado um discurso de sucessivas promessas (sempre de concretização adiada), a pretexto dos programas e correspondentes fundos que estarão para chegar da CEE, passando contudo ao lado do reflexo pouco significativo que até agora tiveram no LNEC os programas e fundos que há muito chegaram ao nosso país. Ouvem-se loas aos investimentos que no nosso país estão a ser feitos nas obras públicas e querem fazer-nos crer que eles representarão saltos positivos importantes nas receitas do Laboratório, mas é mascarada a situação actual em que, relativamente às obras em curso ou já finalizadas, se verifica uma perda de importância

da intervenção do LNEC em áreas que a tradição, o bom senso e a segurança dos utilizadores dessas obras sempre lhe atribuíram.

«Quem nos dirige enche-nos os ouvidos com as novas tecnologias, mas assiste, sem intervir como se impugna, à permanente desactualização e degradação dos meios de experimentação, tolerando situações caricatas e que envergonham o LNEC. Falam do prestígio do LNEC, mas não utilizam esse prestígio para forçar o poder político a respeitar esta Instituição que descapitaliza, mas a cujos serviços recorre sempre que acontece alguma catástrofe no País, prova evidente da confiança que a opinião pública (ainda) deposita no nosso trabalho.

«Simulam interessar-se pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas reduzem as suas regalias sociais, não concretizam a nova lei orgânica, atrasam a reestruturação das carreiras, adiam os pagamentos dos vencimentos estabelecidos no novo sistema retributivo e, quando são forçados pela luta dos trabalhadores a avançar com alguma reestruturação, logo fazem constar que parte do custo dessa reestruturação recairá sobre os trabalhadores, como foi o caso da redução do SAHN, que se seguiu à reestruturação da carreira de experimentação.

«É natural que nesta altura do comunicado quem o estava a ler já duvide de quem

com ele é visado: se quem nos dirige no LNEC, ou se quem dirige este nosso país, tal a semelhança de estilo e de actuação que actualmente se verifica entre a direcção do LNEC e o Governo que temos.

«O povo português teve recentemente oportunidade para demonstrar o seu repúdio por tal política. No que se refere ao LNEC, julgamos reflectir neste comunicado o desejo de que no Laboratório se regressasse rapidamente a uma prática de verdade e de lealdade nas relações direcção-trabalhadores e de respeito pelos direitos de quem trabalha.

«Será bem necessária essa mudança de atitude, se não se quiser aumentar a desconfiança dos trabalhadores, particularmente neste momento em que o Governo pratica em diversos ministérios graves atentados contra os direitos dos trabalhadores, colocando-os arbitrariamente no quadro de excedentes, sob os pretextos de subutilização, reestruturação ou transformação de organismos da Função Pública em institutos de direito privado, como vai acontecendo no Instituto Nacional de Estatística, no Instituto de Emprego e Formação Profissional e IAPMEI, e se anuncia para o INMG, Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, Instituto da Água, e LNETI (?).

«O que poderá estar a ser cozinhado para o LNEC, quando se começa a falar em institutos disto e daquilo? O que pensa ou esconde a direcção sobre isto?

«Que sentido faz apelar-se para (e conseguir-se) o cada vez maior empenhamento dos trabalhadores para a superação da crise financeira do LNEC e não informá-los do que se pensa venha a ser o seu destino? Ou não se pensa nada sobre isto?», conclui a célula do PCP no LNEC.



Carreiras e direitos sindicais continuam a ser motivo de preocupação para os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas (na foto, uma acção de luta em 1987). Entretanto, a FESHOT obtinha a redução do horário e um aumento salarial de 14 por cento na Sociedade Estoril-Sol; a adesão rondava os 100 por cento na greve dos inspectores-examinadores e outros técnicos da Direcção-Geral de Viação (novas acções já anunciadas para Fevereiro); no INE (Instituto Nacional de Estatística) acentuavam-se as ilegalidades, com a «privatização» e a insegurança do emprego; o Sindicato dos TFP (Santarém) protestava contra o despedimento de «mais de 50 trabalhadores» da herdade das Pancas, dependente da Direcção-Geral da Pecuária; a insegurança mantinha-se na Escola do Feijó; verificavam-se salários em atraso no ensino particular e cooperativo; subsídios também atrasados na AEP; a Federação sindical (FSTFP) dos ferroviários protestava contra o encerramento de linhas e ramais; os metalúrgicos anunciavam a continuação da luta; a ASP/PSP deslocava-se a Estrasburgo (Parlamento Europeu); e as mulheres das Indústrias eléctricas protestavam contra a discriminação.

## Salários Mínimos não correspondem às reivindicações sindicais

O Conselho de Ministros aprovou anteontem, 9, um aumento dos salários mínimos nacionais que oscila entre os 28 e os 35 contos mensais. Sexta-feira passada a CGTP, em conferência de Imprensa, ao preconizar aumentos salariais entre os 16 e os 18 por cento este ano, reivindicava a fixação do salário mínimo nacional em 37 mil escudos por mês.

Com efeitos a partir de 1 do corrente, o SMN dividido em três categorias (pessoal doméstico, agricultura, e comércio e indústria) tem-se degradado ao longo dos anos. Carvalho da Silva, coordenador da Central, disse que estamos a afastar-nos do «nível médio de vida dos países das Comunidades Europeias».

Ao contrário do que o Governo tem afirmado, os salários cresceram em média dois por cento em 1988, nos países da CEE. Em Portugal, essa subida não foi além dos 0,8 por cento nesse ano e 0,9 por cento em 1989, em contraste

com os 1,3 por cento nos mesmos países da Comunidade.

Não há aproximação, mas distanciamento, vincou aquele dirigente nacional da CGTP que, juntamente com Maria do Carmo Tavares, José Ernesto Cartaxo e Manuel Lopes, todos membros da CE da CGTP, exigiram para 1990 «uma efectiva mudança de política, capaz de atacar e resolver os problemas do desenvolvimento económico e do progresso social».

Na mesma conferência de Imprensa, com a presença dos referidos dirigentes da CGTP, efectuada depois de uma reunião da Comissão Executiva para apreciar a situação político-sindical, pois «não é justo, nem humano adiar por mais tempo um desejado período de progresso social», a direcção da Central alertou o Governo para a «chocante insensibilidade» que tem manifestado nesse campo, provocando um elevado índice de «conflitualidade social» que se agravará este ano, se continuar em 1990 a perda contínua dos salários na distribuição do rendimento nacional.

Quanto à protecção social e ao cálculo das pensões e reformas, a CGTP reivindica que a pensão mínima do regime geral seja fixada em 20 500 escudos e o abono de família em 2500 escudos por mês.

Salários, pensões e garantias sociais serão motivo de mobilização sindical este ano. O coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, afirmou que o movimento reivindicativo vai fortalecer-se, e aumentar no ano corrente.

### Diálogos bilaterais

Depois de sublinhar que este ano os referenciais da po-

lítica contratual não devem assentar em valores fictícios, como tem vindo a suceder ultimamente, o coordenador da Central disse que foram apresentadas a todos os parceiros sociais as propostas tendentes a produzir resultados, designadamente através de «diálogos bilaterais», pois estão criadas — acrescentou — por parte das «organizações sindicais» as condições para se efectuar «uma reunião do grupo trabalhador e do grupo empregador».

No que respeita à recente remodelação do Governo, a CGTP afirmava, entretanto, que a mesma é «um resultado da luta dos trabalhadores, da diminuição do apoio social ao Governo de Cavaco Silva» (alusão às últimas eleições para as Autarquias), mas o que importa e o que é necessário é que haja «uma efectiva mudança de política», pouco provável no entender da CGTP, pois, como sublinha a sua Comissão Executiva (direcção) do Conselho Nacional, «substituindo alguns ministros, cuja actuação suscitava maior condenação e envolvia mesmo suspeições de corrupção, Cavaco Silva procura criar espaço de manobra para continuar com a mesma política».

Para já os preços sobem desabaladamente. Na conferência de Imprensa de sexta-feira passada, a CGTP recordou que, por exemplo, «a maior parte dos produtos de panificação podem aumentar até cerca de 20 por cento», o que contradiz os valores percentuais dos aumentos anunciados pelo Governo.

O efeito multiplicador desses aumentos é evidente, e vai atingir ainda mais os já magros rendimentos do trabalho, estando este último cada vez mais confrontado com a precariedade e a insegurança, que exigem de todo o movimento sindical atenção e luta redobrada no ano corrente.

# Acções sindicais em Lisboa e Coimbra

Na preparação ou no prosseguimento de iniciativas, as organizações intermédias da CGTP, incluindo uniões e federações sindicais, têm anunciado diversas acções que envolvem uma participação decidida de associados, activistas, delegados e dirigentes sindicais. Relevante, entre outras, merecem as Jornadas para o desenvolvimento regional de Lisboa, bem como a agenda sindical semanal (5.1 a 12.1) divulgada pela USC — União dos Sindicatos de Coimbra.

As jornadas, organizadas pela USL (União dos Sindicatos de Lisboa), integrarão durante todo o mês de Janeiro várias sessões-debate, tendo em vista «analisar o desen-

volvimento da região» lisboeta e «extrair sugestões para o 4.º Congresso» a realizar em Março por aquela organização sindical.

Em Coimbra, além de deslocação do Sindicato da Função Pública ao Hospital de Sobral Cid, para reunir com a administração, destacam-se as actividades do Sindicato dos Professores, do Sindicato da Construção Civil, do Comércio, dos Têxteis e Vestuário (designadamente a análise do CCT do sector, «na sequência das negociações do Sindetex-UGT») e a partir de hoje, dia 11, ainda outras actividades do Sindicato da Função Pública (reunião com a administração do Centro Hospitalar de

Coimbra) e de vários outros sindicatos, com reuniões previstas para amanhã.

### Privatização da Cimpor

Amanhã, sexta-feira, a cumprir-se o anunciado pela USC, os Sindicatos representativos dos cerâmicos, indústrias eléctricas, metalúrgicos, comércio e escritórios, e rodoviários deslocam-se à Cimpor (Centro de Produção de Souselas). Haverá uma reunião com «todos os delegados sindicais e membros da comissão de trabalhadores» para «analisar e se prevenir» contra «as consequências para os trabalhadores,

relativamente ao processo em curso sobre a privatização da empresa».

Entretanto, a USC protestava contra o «oportunismo» da maioria da Câmara Municipal de Coimbra, que se aproveitou do período a seguir às eleições autárquicas para «aumentar os preços da água, dos transportes urbanos, assim como as tarifas de saneamento e da recolha do lixo».

Em Lisboa, a USL, com as jornadas já referidas pretende assegurar a intervenção dos trabalhadores do distrito na «definição de uma política de desenvolvimento regional, que melhor responda às exigências do progresso e da justiça social».

## Assembleia da República

### Com várias iniciativas em agenda

# PCP arranca em força para o novo ano

«A evolução recente da vida política, com particular realce para os resultados das eleições autárquicas, cria condições mais favoráveis para, também no plano parlamentar, reforçar e aprofundar a iniciativa e a acção em defesa dos interesses populares e nacionais». Esta, uma das conclusões a que chegou o Grupo Parlamentar do PCP na sequência de uma reunião efectuada no início da passada semana no decorrer da qual foi analisado com particular detalhe o momento político actual e as suas incidências na actividade da Assembleia da República.

Entre essas condições mais favoráveis, na perspectiva dos parlamentares comunistas, avultam a «clamorosa reprovação popular da política do Governo e a derrota eleitoral do PSD» e, bem assim, «as novas possibilidades de cooperação e convergência abertas pelo processo eleitoral autárquico e pelos seus resultados».

De acordo com o líder parlamentar comunista Carlos Brito, a quem coube proceder em conferência de imprensa à divulgação pública das conclusões da reunião, a «atabalhada remodelação» do Governo executada na passada semana «não reforça antes

acentua a fragilização e o isolamento do Primeiro-Ministro Cavaco Silva e a falta de credibilidade da sua política para dar solução aos grandes problemas nacionais».

No presente quadro e com vista a uma análise colectiva aprofundada da sua actividade, ainda segundo Carlos Brito, que estava acompanhado na mesa da conferência de imprensa pelos deputados Jerónimo de Sousa, João Amaral, Octávio Teixeira e Lino de Carvalho, o Grupo comunista deliberou convocar para os dias 2 e 3 de Fevereiro umas Jornadas Parlamentares.

### Seguro Agrícola

Cinco importantes iniciativas legislativas da sua autoria ocuparão, entretanto, durante o corrente mês de Janeiro, uma boa parte da actividade do Grupo Parlamentar do PCP e as atenções do plenário da Assembleia.

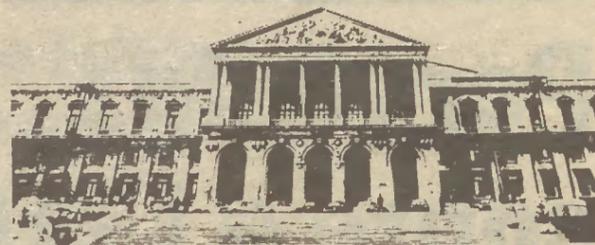
A primeira, como demos conta nas páginas do último «Avante!», refere-se a um projecto-de-lei sobre um novo regime do Seguro Agrícola. Preconizando o aumento da sua eficácia técnica e económica e a sua acessibilidade ao conjunto dos agricultores, o novo Seguro vem responder a uma questão da maior relevância para os agricultores portugueses, relevância bem evidenciada com as consequências das recentes cheias e temporais.

Objecto de análise por parte da câmara na passada terça-feira foi já, por outro lado, o projecto de resolução n.º 38/V destinado a proceder ao levantamento dos prejuízos causados pelos temporais entre 21 e 24 de Novembro. Da autoria da bancada

comunista, entidade de quem partiu igualmente a iniciativa do seu agendamento, trata-se de um diploma de reconhecida importância uma vez que nele está prevista a adopção imediata de medidas para a resolução dos problemas de maior urgência e dimensão por intervenção do Governo em cooperação com as autarquias.

### Redução do horário de trabalho

No plano dos direitos e interesses dos trabalhadores, por sua vez, o Grupo Parlamentar do PCP considerou como prioritário o agendamento do seu projecto-de-lei sobre redução do horário de trabalho. Já submetido à consulta pública, numa fase durante a qual recolheu um esmagador apoio das organizações de trabalhadores, este projecto encontra-se assim em condições de ser votado (juntamente com outras iniciativas sobre a mesma matéria), tendo sido proposto pelos deputados comunistas o seu agendamento para o



### Jornadas Parlamentares do PCP nos dias 2 e 3 de Fevereiro

próximo dia 16 do corrente.

Num processo que se arrasta há um ano e meio e a que falta só a votação na especialidade (sucessivamente adiada pelo PSD) está, por seu turno, o projecto-de-lei que consagra a possibilidade de eleitos das freguesias exercerem o mandato a tempo inteiro. Entendendo tratar-se de uma questão da maior importância e actualidade, tanto mais que está neste momento a iniciar-se o mandato das novas juntas de freguesia, o PCP requereu ao Presidente da Assembleia que inscreva a matéria numa das próximas ordens do dia, de modo a que o Parlamento delibere em definitivo sobre o referido projecto-de-lei.

### Regionalização

Um projecto de deliberação a ser entregue ainda este mês para aprovação de um calendário dos trabalhos parlamentares, que permita a inclusão e aprovação da Lei Quadro da Regionalização até Abril próximo constitui por fim a quinta iniciativa a que os deputados comunistas

meteram ombros para completar o seu plano de actividade neste primeiro mês do ano. O facto de as forças que consideram urgente o avanço do processo de criação das regiões administrativas serem amplamente maioritárias no País, não apenas em número de votos como ainda em número de câmaras municipais — como os recentes resultados eleitorais vieram comprovar — vem patentear na opinião do PCP que estão reunidas as condições que tornam mais imperiosa a actividade da Assembleia e da Comissão de Poder Local para aprovação da legislação respectiva.

No decorrer da sua reunião da passada semana, conforme salientou Carlos Brito aos jornalistas, o Grupo Parlamentar analisou também as conclusões da reunião do Comité Central do PCP de Dezembro último, designadamente no que respeita ao profundo debate que o Partido vai realizar, e que culminará com a realização do Congresso Extraordinário no semestre em curso.

## Estação de rastreio em Almodôvar

# Um erro do Governo que atenta contra os interesses nacionais

«A autorização para a instalação da estação de rastreio de Almodôvar é um erro do Governo que atenta contra os interesses nacionais e contraria os esforços de limitação e de diminuição dos sistemas de armas nos seus diversos aspectos», afirmou o deputado comunista João Amaral a propósito desta polémica questão no decorrer do debate que preencheu a ordem do dia da sessão plenária que marcou na passada semana o reinício dos trabalhos parlamentares.

Em discussão, após ter sido alvo de sucessivos adiamentos, estava a proposta de resolução que autoriza o governo dos EUA a instalar naquela povoação alentejana a referida estação de rastreio de satélites, autorização que do ponto de vista da bancada comunista para lá de constituir um «grave erro», representa ainda uma «grave cedência» que con-

traria o novo clima de desanuviamento que caracteriza o relacionamento internacional.

Este seria aliás um dos aspectos para o qual mais insistentemente João Amaral chamaria a atenção, salientando a este respeito o facto de ser precisamente no momento em que se intensificam as conversações, resolvem os conflitos regionais, se

caminha no desanuviamento, se aperfeiçoam os sistemas políticos e se valorizam os direitos fundamentais, neste quadro, frisou, é que o Governo vem propor à Assembleia da República que «mergulhemos a fundo nos sistemas de guerra», apresentando uma proposta «velha de seis anos, como se nada se tivesse passado entretanto».

Ao assumir este comportamento, segundo João Amaral, o Governo mostra-se incapaz de compreender as «radicais transformações» que ocorrem na cena internacional, tanto mais que, observou, «não é explicitamente negada pelas autoridades dos EUA a ligação entre este complexo e o programa IDE («guerra das estrelas»)» nem é negada «a função das cinco estações (Novo México, Coreia do Sul, Hawaii, Ilha de Diego Garcia e agora Portugal) e os sistemas de mísseis».

### Opacidade de processos

Antes, porém, ao definir a posição do Partido sobre o diploma em apreço, João Amaral sublinhou da tribuna que ele constitui «um exemplo refinado da opacidade de processos e do vezo autoritário do Governo e da bancada parlamentar do PSD».

Fundamentando detalhadamente a sua afirmação, fez notar que «tudo o que é essencial» no processo que conduziu ao debate «está por explicar», recordando que

nada se sabe quanto ao que se passou no período de dois anos e oito meses que medeia entre a tomada de posse do Governo PSD e a emissão do acórdão do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade do acordo que permitia aos EUA a instalação da referida estação de rastreio (GEODSS).

Socorrendo-se de outro exemplo revelador da opacidade de processos do Governo, assinalou ainda João Amaral que só após mais de um ano de o Tribunal Constitucional ter declarado que o acordo com os EUA não poderia revestir a forma de troca de notas, devendo em seu entender ser consubstanciado num decreto do Governo, é que este decide apresentar não o decreto que o TC lhe sugeria mas a proposta de resolução agora debatida, pretendendo deste modo debater e decidir com super-urgência o que deixara arrastar durante quase quatro anos.

### Estilo autoritário

O processo conducente à proposta de resolução agora debatida, ainda na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, revela simultaneamente o «estilo autoritário» que o Executivo impõe correntemente no exercício da sua acção, ao não promover, como sucedeu neste caso, o necessário debate que «motivasse e esclarecesse a opinião pública nacional».

«O País nada sabe e nada discutiu», enfatizou João

Amaral, logo acrescentando que nada se sabe sobre «o que é a estação e qual o sistema em que se integra; quais são as suas finalidades no quadro militar; que encargos representa para o País e que vulnerabilidades lhe acrescenta; como se compagina com os tratados existentes (incluindo o ABM) e com as negociações de desarmamento em curso; como se enquadra nos conceitos fundamentais da defesa nacional».

Detendo-se ainda no conteúdo da proposta submetida a plenário, e na afirmação do ministro João de Deus Pinheiro segundo a qual após a aprovação da Assembleia da República é que iam recomeçar as negociações com os EUA, João Amaral sublinhou estar-se perante um caso que «não tem precedentes na ordem jurídica portuguesa». «A Assembleia aprova tudo (que a instalação se faça) e não aprova nada (porque tudo o que é relevante para a instalação só é decidido depois, nos acordos subsequentes e que têm de vir à Assembleia da República)», explicou o deputado do PCP antes de perguntar se «será um acto necessário que a Assembleia da República aprove antes das negociações uma intenção negocial a concretizar (eventualmente) em acordo?».

A seu ver, disse-o taxativamente, não é necessário, tanto mais que «cria um precedente de consequências imprevisíveis, ficando por isso apenas a definição das

condicionantes de qualquer negociação como a única hipótese, em sua opinião, que poderia atribuir «algum sentido útil» para a discussão realizada na óptica da aprovação da resolução.

Condicionantes que João Amaral referenciou, citando a «proibição das aplicações militares ofensivas ou para fins da I.D.E.; fiscalização nacional e segurança exclusivamente a cargo das autoridades portuguesas; aplicação integral da legislação portuguesa (incluindo a fiscal, a laboral e a criminal) e da competência das autoridades judiciais e policiais nacionais; contrapartidas definidas com clareza, sem obrigações de compra, com evolução positiva garantida».

### «Verdes» contra

Contra o acordo que autoriza os EUA a construir a estação de rastreio de satélites de Almodôvar se manifestou de igual modo frontalmente o Partido Ecologista «Os Verdes». Em conferência de imprensa, os seus deputados Herculano Pombo e André Martins condenaram designadamente a «ligeireza com que o Governo tem conduzido as negociações» que consideram de «extrema gravidade», acusando-o de «demasiada leviandade» e de transformar Portugal «em alvo preferencial» em caso de conflito.



Velha de seis anos, a proposta de instalação da estação de rastreio de satélites de Almodôvar, de reconhecido valor estratégico para os EUA, contraria os progressos que se vêm operando no caminho do desanuviamento e o novo clima que caracteriza o relacionamento internacional

Assembleia da República

«Operação condenada ao fracasso»

# Remodelação verberada pela oposição

Várias vezes anunciada, outras tantas desmentida, por alguns sectores sugerida, por outros reclamada, a remodelação arquitectada por Cavaco Silva no sentido de resolver sequelas intestinas e imprimir um novo élan ao seu elenco governativo parece estar muito aquém dos resultados por aquele pretendidos.

A avaliar pelas reacções que se fizeram ouvir na Assembleia da República, poderá mesmo afirmar-se com segurança que a iniciativa do Primeiro-Ministro lhe saiu amargamente furada, com isso conseguindo, de uma penada, fazer avolumar as razões de queixa que contra si recaem provenientes dos mais variados sectores e, simultaneamente, alargar o fosso do seu isolamento e da sua equipa.

«Remendo para alguns buracos», na opinião de Herculano Pombo (Verdes), «baça e cinzenta» segundo Narana Coissoró (CDS), uma «confirmação da desorientação que se instalou» para Lopes Cardoso (PS), «operação condenada ao

fracasso», na perspectiva de Lino de Carvalho (PCP), eis alguns dos epítetos com que os partidos da oposição mimosearam Cavaco Silva pela recente remodelação do seu Executivo, perante uma maioria dando sinais de prostração, incapaz de defender a sua dama, resultado por certo da ressaca eleitoral de Dezembro último.

O primeiro debate político em plenário no ano agora iniciado acabou assim por ser dominado pelas alterações que o Primeiro-Ministro entendeu introduzir no Executivo que dirige, remodelação que para Lino de Carvalho tem como principais razões o «progressivo descrédito e isolamento do Governo» e a

«visível redução da sua base de apoio».

O deputado comunista traria aliás na sua alocução este tema de forma bastante desenvolvida, acabando por concluir que «esta remodelação não responde a qualquer problema» não podendo aparecer, por outro lado, como credível um «governo que é incapaz, sequer, de apresentar uma cara nova para tentar dar respostas novas e efectivas aos problemas do País».

«O que está posto em causa não é só a política deste sector, não é a personalidade deste ou daquele ministro mal amado — observou Lino de Carvalho —, o que está posto na praça pública é a política económica e social global do Governo, é a sua surdez e fuga ao diálogo, a sua pesporrência e arrogância».

Neste quadro não é pois de admirar que sobressaíam como traços mais significati-

vos da política do Governo e do PSD a sua incapacidade para dar resposta aos grandes problemas nacionais e sociais e a sua inoperacionalidade para enfrentar situações de emergência e catástrofe como aquelas que ainda no final do ano passado ocorreram em zonas e regiões como o Douro, o Vale do Tejo, o Alentejo ou o Algarve.

Traços que Lino de Carvalho tratou de realçar, referindo a este propósito ser «incompreensível e inaceitável a displicência do Governo», o qual, recorde-se, face à gravíssima situação criada pelos temporais, e cheias, nem mesmo assim entendeu classificar de calamidade pública a situação no Vale do Tejo e nas margens do Douro, nem pôr em execução medidas excepcionais de apoio às autarquias e às populações mais afectadas.

Caso o PSD não tivesse impedido a inclusão de pro-

postas nos Orçamentos de Estado que há muito o PCP vem fazendo no sentido de serem afectadas verbas para a efectiva regularização do Vale do Tejo e do Sorraia, a situação agora verificada teria sido incomparavelmente menos grave e as populações teriam tido menos prejuízos, salientou ainda Lino de Carvalho, antes de reafirmar o empenho do PCP em prosseguir a sua actuação firme na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, de que o mais próximo exemplo será porventura a discussão já no seu projecto-de-lei sobre um novo seguro agrícola, respondendo assim aos anseios e às insistentes reclamações dos agricultores.

## Cheias e temporais

Mas seriam ainda as cheias e os temporais a ocupar um lugar de destaque nos trabalhos da sessão plenária de terça-feira, sessão onde ganhou motivo de especial curiosidade a presença na bancada da maioria de alguns ex-responsáveis governamentais agora «libertados de funções», assim reocupando o seu lugar de deputado.

Em debate estiveram três projectos de solução e um de deliberação, da iniciativa do PCP e do PS, cujo conteúdo tem em vista no fundamental o levantamento dos prejuízos causados pelos recentes temporais e a adopção de medidas urgentes que permitam responder aos problemas de maior urgência e dimensão.

Para o PCP, de acordo com a posição defendida pelo seu deputado Rogério de Brito, importa que face à grave situação criada seja declarado pelo Governo estado de calamidade pública nas zonas mais afectadas do Ribatejo e Oeste e do Douro, sem prejuízo da decisão já tomada para o Algarve, devendo simultaneamente em seu entender serem reforçados os subsídios a fundo perdido e as linhas de crédito bonificadas às referidas regiões mais atingidas.

Torna-se necessário ainda, como refere o texto do projecto comunista, que seja aplicado à linha de crédito um período de carência para as situações de perda prolongada de produção e que seja aplicada a moratória de um ano, sem juros, para os encargos de exploração na agricultura e nas pescas que não possam ser satisfeitas em consequência dos prejuízos e perdas decorrentes dos temporais.

Reconhecendo o que salta à vista, isto é que as «cheias foram devastadoras» e causaram «enormes prejuízos», a bancada da maioria deixou passar os quatro diplomas para baixarem à Comissão por um prazo de 15 dias.

## Encerramento de ramais

No período antes da ordem do dia outros motivos de interesse suscitaram entretanto a atenção do plenário. Um, levantado pelo deputado comunista Luís Roque, relaciona-se com a recente decisão do Executivo de encerrar mais nove ramais ferroviários.

Criticando esta medida, Luís Roque considerou-a como violadora de acordos e compromissos anteriormente assumidos pelo Governo com as populações e os eleitos autárquicos e advertiu que ele poderá comprometer o desenvolvimento económico e social do interior.

A Educação Pré-escolar, designadamente a inexistência de um plano para este sector de ensino e os problemas daí decorrentes constituiu outra das matérias que a bancada comunista, por intermédio da deputada Lourdes Hespanhol, entendeu submeter à reflexão da Câmara.

O deputado comunista António Mota questionou, por sua vez, o Governo sobre a posição deste relativamente à anunciada visita de Jonas Savimbi, procurando saber nomeadamente se fora requerido às autoridades portuguesas o visto de entrada e, em caso afirmativo, se o Executivo vai concedê-lo e com que fundamento.

Nacional

# FENCA reclama nova política para a agricultura

A demissão de Álvaro Barreto «é positiva para a agricultura nacional», considera a Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção. «Contudo, não basta a substituição de um ministro. É necessário que mude a política agrícola do Governo» — afirma a FENCA.

Depois de recordar que «durante o seu consulado Álvaro Barreto privilegiou

sempre uma política que favoreceu os grandes proprietários e os grandes intermediários», a Federação constata que «no final da sua passagem pelo Ministério estão agravadas as desigualdades sociais na agricultura e há quebras de rendimentos reais, há uma maior concentração de terra nas mãos dos grandes proprietários, sobretudo no Alentejo e Ribatejo com a

destruição da reforma agrária, não foram aproveitados os primeiros anos da integração comunitária e o período de transição para realizar uma política que desenvolvesse a agricultura e a preparasse para o embate com economias muito mais desenvolvidas».

No entender da Federação das cooperativas «é necessário que mude a política agrícola do Governo, viran-

do-a para a resolução dos problemas estruturais da agricultura nacional, para a defesa dos rendimentos dos agricultores, das cooperativas e dos trabalhadores rurais, para a implantação de uma política fundiária que garanta a existência e continuidade do sector cooperativo da produção e da reforma agrária, e das explorações familiares, para uma política de desenvolvimento agro-industrial que prepare a agricultura portuguesa para o pleno embate comunitário».

A FENCA, no comunicado em que comenta a demissão de Álvaro Barreto e que foi distribuído na segunda-feira, anuncia que **vai pedir uma audiência ao novo ministro**, Arlindo Cunha, para lhe dar a conhecer as suas opiniões e propostas.

## Câmara de Lisboa:

# Godinho não aprova Hilton!

Ao contrário do que foi afirmado por alguma imprensa, os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, não aprovaram a concretização do projecto Hilton (ou, para dizer mais correctamente, do projecto do complexo do Alto do Parque Eduardo VII). Pelo contrário, e segundo nos afirmou o vereador Rui Godinho, a matéria aprovada na reunião camarária, onde Abecasis tentou mais uma vez (a última!) impor este projecto, consiste numa deliberação «que salvaguarda a margem de manobra que a «Por Lisboa» havia exigido quanto a

decisões sobre grandes projectos para a cidade».

«O que esta deliberação da Câmara decide é a continuação e aprofundamento dos estudos que estão em curso sobre os diversos impactos do projecto, estudos complementares que visam a obtenção do maior número de elementos possível, por forma a habilitar a futura Câmara «Por Lisboa» a tomar uma posição definitiva sobre a matéria», afirmou Rui Godinho ao «Avante!». A Proposta aprovada na Câmara no passado dia cinco, a primeira do ano de 1990, foi apresentada por Krus Abecasis, e de-

pois de várias alterações impostas pelos vereadores comunistas e socialistas, decide em relação ao Centro de Congressos, «que a equipa projectista inicie o desenvolvimento do projecto de execução», tendo em conta as anteriores observações feitas pelo Plenário da Câmara e pela Comissão de Acompanhamento nomeada para o efeito.

Quanto ao Hotel decide-se que, logo que todos os pareceres municipais estejam recolhidos, o processo seja enviado à Direcção-Geral de Turismo para os efeitos legalmente previstos, enquanto no que se refere ao edifício polivalente sejam obtidos diversos pareceres (desde os bombeiros aos serviços de trânsito), sem embargo de desde já serem feitos alguns acertos no projecto quanto à volumetria prevista.

Finalmente manda-se aprofundar os estudos de circulação, estacionamento, cargas e descargas para o conjunto do empreendimento «em cooperação com o Departamento de Tráfego e a equipa de coordenação geral do projecto» dirigida pelo arquitecto José Miguel Fonseca.

Juventude

# JCP exige revogação da lei de acesso

A Juventude Comunista Portuguesa reafirmou a sua atitude de condenação da lei de acesso ao ensino superior, numa conferência de imprensa promovida terça-feira passada na sua sede em Lisboa. Os jovens comunistas consideram que a actual lei é injusta e mantém o *numerus clausus*, como aliás ficou provado com a recente publicação das listas de candidaturas ao ensino superior. A JCP denuncia que de um total de 52 mil candidatos só entraram 23 mil, ficando de fora 29 mil estudantes.

Acusando a direita, que ocupa o Ministério da Educação há mais de dez anos, de nada ter feito para resolver

este problema que afecta anualmente os jovens, a JCP exige a suspensão do decreto-lei, a entrada de todos os candidatos e a tomada de medidas para minimizar as deficiências do presente ano lectivo, garantindo condições de aproveitamento aos estudantes do 1º ano. A JCP responsabiliza o ministro da Educação e o Governo pela grave situação dos 29 mil jovens que não foram admitidos este ano no ensino superior.

## Distrital de Coimbra

Fazer o balanço e analisar o trabalho efectuado, bem como perspectivar a activi-

dade para este ano foram os objectivos da reunião dos quadros da Organização Distrital da JCP, realizada sábado dia 6, na sua sede em Coimbra.

A reunião classificou o trabalho de muito positivo, salientando a grande participação de jovens, comunistas ou não, nas suas iniciativas. Para este ano a Organização propõe-se continuar a incentivar a participação juvenil nas suas actividades, nomeadamente no Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora e no Encontro Nacional da JCP, promovendo para o efeito um Encontro Distrital no próximo dia 4 de Março.

## Sousel

Por um lamentável lapso na transcrição de um depoimento incluído na edição do «Avante!» do passado dia 22 de Dezembro, onde diversos camaradas responsáveis regionais comentavam os resultados das últimas autárquicas, afirmou-se, nas declarações atribuídas a Diamantino Dias que, no distrito de Portalegre, o «PSD perdeu a Câmara de Sousel», quando o que se pretendia referir era a perda da maioria absoluta dos social-democratas em Sousel.

Assim, e ao contrário do que o texto poderia dar a entender, o actual presidente da Associação Nacional dos Municípios, Torres Pereira, renovou o seu mandato como presidente da Câmara de Sousel.

Pelo lapso pedimos desculpa aos visados, ao camarada Diamantino Dias e a todos os leitores do «Avante!», em particular aos de Sousel.

PCP

# Porto: linhas de actuação para 1990

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP realizou no dia 6 uma reunião plenária para a análise da actual situação política e o desenvolvimento da actividade partidária. A profunda derrota do PSD e do Governo Cavaco Silva nas recentes eleições autárquicas, a existência e a vitória da Coligação «Por Lisboa», a subida eleitoral do PS e a forte expressão eleitoral da CDU a nível nacional (16 por cento dos votos e a presidência de 50 Câmaras) constituem os elementos políticos determinantes da recente evolução da política nacional que traduzem o amadurecimento de condições para uma viragem democrática na situação nacional, considera a DORP.

A remodelação ministerial, agora concretizada, afastando alguns dos ministros publicamente mais comprometidos na política antipopular e protagonistas de maiores escândalos, constitui uma tentativa condenada ao fracasso de recuperação de um Governo em progressivo descrédito e isolamento, sublinha a DORP do PCP, que acrescenta: «A verdade é que prossegue a política de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo português, de que é exemplo o recente aumento do preço dos produtos, bens e serviços de primeira necessidade. A DORP do PCP manifesta o seu vivo repúdio e apela ao desenvolvimento da luta popular e dos trabalhadores pela melhoria das condições de vida e de trabalho».

A DORP sublinha em particular a existência de condições muito favoráveis para o prosseguimento e intensificação nos próximos meses da luta dos trabalhadores e do povo contra a política do Governo.

No apontamento das conclusões fundamentais da reunião plenária, a DORP do PCP salienta também a importância que assume a realização em toda a organização e envolvendo os militantes do Partido de um debate aprofundado da situação interna-

desta complexa situação e em particular dos acontecimentos verificados nos países socialistas, entre outras questões em debate, irá culminar no Congresso Extraordinário convocado para o primeiro semestre deste ano, refere a DORP.

### Apoio ao Congresso

A DORP considera justa e oportuna a decisão do Comité Central, no quadro do funcionamento normal do Partido e da observância das suas normas estatutárias, de convocar um Congresso Extraordinário do PCP. Considera ainda de grande importância a contribuição empenhada e viva do conjunto das organizações do Partido do distrito do Porto, dos seus militantes, para o exame colectivo dos problemas e para a aprovação das orientações e decisões a tomar, ao mesmo tempo que reprova as actividades fraccionárias de alguns membros do Partido.

A marcação, preparação e realização do próximo Congresso Extraordinário constituem uma demonstração da vitalidade do PCP e da sua

vontade e capacidade para encontrar uma resposta aos novos problemas e audaciosos desafios que hoje se colocam aos comunistas portugueses e ao seu Partido.

Passadas as batalhas eleitorais que dominaram a vida política nos últimos oito meses, a DORP do PCP considerou detalhadamente um conjunto de questões de orientação e linhas de trabalho para a dinamização da actividade do Partido nos próximos meses, destacando-se:

- O exame dos problemas do Partido com o objectivo de, nas actuais condições, reforçar o Partido e a sua organização, a sua actividade e ligação às massas, a sua capacidade de intervir de forma mais pronta e activa em toda a vida política e social do distrito do Porto; inserido neste exame, a DORP decidiu promover o estudo aprofundado das alterações verificadas na realidade económica, social, cultural e política do distrito, abrangendo também — com a contribuição das organizações, designadamente comissões e de freguesia — a análise política e sociológica

da evolução eleitoral, que permita uma melhor orientação da actividade e da organização partidária no distrito do Porto.

Outros temas em foco:

- A adopção de medidas para assegurar a participação de todo o colectivo partidário do distrito no debate preparatório do Congresso Extraordinário;

- O reforço da atenção e o acompanhamento mais estreito dos problemas e da luta dos trabalhadores e da sua organização, como uma frente essencial da actividade do Partido;

- A importância de reforçar a frente de trabalho das autárquicas e do associativismo popular garantindo a capacidade e a iniciativa política necessárias para, nas novas condições de trabalho existentes reforçar a acção independente dos comunistas e o diálogo e cooperação para a resolução dos problemas das populações; a negociação com os eleitos de outras forças com vista ao reforço da CDU nos órgãos autárquicos ainda a eleger (Juntas de Freguesia e Mesas de Assembleias) e as responsabilidades a assumir pelos vereadores da CDU; a importância de dar continuidade ao funcionamento e trabalho das Comissões CDU, reforçando a sua composição unitária e dinamizando o seu papel e intervenção na vida local;

- A necessidade de prestar acrescida atenção aos problemas e reforçar o trabalho junto da juventude, dos intelectuais e quadros técnicos e dos trabalhadores de serviços;
- O reforço do trabalho ideológico em íntima ligação, nos próximos meses, com os problemas em debate no quadro da preparação do Congresso Extraordinário.

## O vereador CDU na CM do Porto: Empenhamento e iniciativa

ACEITAR um pelouro na Câmara Municipal do Porto com âmbito de delegação de competências igual ao dos restantes pelouros no mesmo regime, a exercer em regime de permanência a tempo inteiro é uma das decisões assumidas pelo Comité Local do Porto do PCP, depois de ter consultado a Associação Intervenção Democrática (ID) e o colectivo da região do Porto do partido ecologista «Os Verdes», membros da CDU.

Reunido no passado dia 4 para apreciação da situação decorrente das autárquicas de 17 de Dezembro na Cidade Invicta, o CLP define assim o quadro de competências do pelouro de Oliveira Dias: Divisão de Transportes, Oficinas, Armazéns-Gerais e Afilamentos; Divisão de Higiene Urbana (para além dos equipamentos que lhe estão desde há muito adstritos — cemitérios, banheiros, sanitários, lavadouros, etc. — serão incluídos os parques infantis e os ringues polidesportivos e as respectivas actividades inerentes, nomeadamente as juvenis); Divisão de Mercados e Inspeção Sanitária; Repartição de Expediente e Contabilidade na parte que respeita às divisões acima descritas.

O pelouro será completado com a indigitação do vereador da CDU, o eng. Oliveira Dias, para representar a Câmara Municipal do Porto no Conselho de Administração do Mercado Abastecedor do Porto, aquando da próxima recomposição dos seus órgãos sociais, sublinha o CLP, que decidiu também «apoiar a constituição da futura Mesa da Assembleia Municipal do Porto, na base de dois elementos indicados pelo Partido Socialista (presidente e primeiro-secretário) e um elemento indicado pela CDU (segundo-secretário), e apoiar o exercício da presidência do Conselho de Administração do SMAS em regime equiparado a permanência a tempo inteiro».

O Comité Local do Porto realinha a política que tem vindo a exercer no Município do Porto e que se traduz na defesa dos interesses da cidade e do povo, trabalhando para a resolução dos problemas, apoiando todas as propostas que sirvam as populações e combatendo as que lhe sejam lesivas, independentemente de quem as subscreva.

Além de reafirmar a posição construtiva, dialogante e independente dos seus eleitos quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, o Comité Local do Porto considerou como positivo o resultado das conversações efectuadas com o presidente eleito da Câmara Municipal.

O CLP recebeu uma informação detalhada da situação nas várias freguesias da cidade e considerou como muito positivo o diálogo existente a esse nível entre os eleitos das várias forças políticas com o objectivo de encontrar as soluções de composição dos órgãos que melhor sirvam os interesses das populações das freguesias do Porto.

## Passageiros sem comboio entre Vila Real e Chaves

# Linha do Corgo: década de 90 começa mal...

## • Uma prenda amarga da CP e do Governo Cavaco

«Uma amarga prenda de Ano Novo para a população do distrito de Vila Real» — é assim que os comunistas transmontanos, através da Comissão Distrital do PCP, caracterizam a infeliz iniciativa da gerência da CP de suprimir os comboios de passageiros entre as cidades de Vila Real e Chaves, na conhecida Linha do Corgo. Como lamenta aquele organismo do PCP, de facto «a década de 90 começa mal...»

Já em 1988 a Comissão Distrital de Vila Real do PCP chamava a atenção da opinião pública para o processo de morte lenta a que a CP estava a condenar a Linha do Corgo. Recorde-se que numa primeira fase a gerência dos caminhos de ferro e o Governo procuraram diminuir o número de circulações, deixar degradar a via e o material circulante. O objectivo era, mais tarde, alegando

falta de passageiros ou questões de viabilidade económica, encerrar a linha. A este respeito, sublinha a Distrital do PCP:

«Nunca o Governo e o conselho de gerência da CP confirmaram este propósito claro, mas desenvolveram este processo, aguardaram o final das eleições e vieram agora pela calada e perante a surpresa das populações e

das autarquias locais encerrar de facto a linha de comboios para passageiros».

Aquele organismo do PCP refere mais adiante:

«A lei de bases dos transportes terrestres obriga a que sejam consultadas as autarquias locais. Não o fizeram — assim, esta decisão de encerramento é manifestamente ilegal».

«A tão apregoada necessidade de vencer o isolamento do interior deveria apontar para a modernização das linhas férreas e não para a sua supressão. Assim, esta decisão de encerramento é contra o progresso».

«A tão propalada integração de Portugal na CEE deveria apontar para a ligação



Linha do Corgo: as ameaças e o facto consumado

das linhas férreas do Corgo e do Douro com a rede ferroviária de Espanha».

A Comissão Distrital de Vila Real do PCP manifesta a sua firme oposição ao encerramento da Linha do Corgo e reafirma que existem potencialidades no Distrito para a CP cumprir a sua missão de transportar pessoas e mercadorias, quer na região, quer para outras regiões do País.

A Distrital de Vila Real do PCP irá diligenciar junto dos órgãos de soberania em que o PCP está representado para que seja revogada tão «absurda decisão», para que reabra a circulação da linha do Corgo Vila Real - Chaves e apela à união de todos os esforços da população, das autarquias locais e das estruturas populares para a reabertura e melhoria da Linha do Corgo.



Porto: os comunistas prontos para o trabalho

## É necessária «uma séria convergência dos sectores interessados nas transformações»

Após 17 de Dezembro não é aceitável que o PSD mantenha, quer nos órgãos regionais, quer nos órgãos autárquicos em que é maioria, uma prática de domínio absoluto e irracional, domínio esse que já foi fortemente condenado em dois actos eleitorais sucessivos de natureza diferente entre si — sublinha o secretariado da Direcção do PCP na Região Autónoma dos Açores.

Reunido nos primeiros dias deste novo ano na cidade da Horta o secretariado da DORAA iniciou a análise dos resultados eleitorais das autárquicas e a situação política específica da Região, daí resultante. Aspectos diversos da actividade regional do Partido estiveram também em foco, tendo sido elaborados projectos de orçamento e de plano de actividades para o ano em curso, documentos esses que serão discutidos pelo plenário da DORAA em próxima reunião.

Viva condenação por parte dos comunistas dos Açores mereceu a política de aumentos dos preços de bens essenciais, levada a cabo pelos

nos órgãos autárquicos da Região, desalojando o PSD da posição hegemónica que detinha anteriormente.

Os resultados eleitorais indicam claramente ser vontade do eleitorado a realização de novas políticas e a adopção de novas práticas na gestão dos órgãos municipais e de freguesia...»

Acrescenta o secretariado da DORAA:

«É hoje necessário que todos os responsáveis autárquicos dos diferentes partidos e coligações compreendam que têm que realizar uma actuação directamente correlacionada com a justa resolução dos inúmeros problemas que afectam as populações, abandonando tendências que privilegiam a satisfação de restritos interesses de grupo».

Após as últimas eleições autárquicas ressaltou também a conclusão de que qualquer transformação democrática regional mais profunda exige uma séria convergência dos

diferentes sectores interessados nessas transformações. Tal conclusão resulta imediatamente e directamente da leitura dos resultados eleitorais e da diferença que, apesar da derrota sofrida, separa ainda o PSD das restantes forças.

Quanto aos resultados regionais da CDU verificou-se uma perda geral em relação a 1985 de cerca de 700 votos para as Assembleias e de valor similar para as câmaras. Essas ausências diminuem a presença ou tornam ausentes desses órgãos muitos daqueles problemas que respeitam aos interesses das classes e camadas mais desfavorecidas.

«Qualquer perspectiva de transformação democrática e plural exige a participação do PCP e da CDU, sob pena de se poder estar a, simplesmente, substituir uma hegemonia (do PSD) por outra (do PS).

«Por isso o aumento da influência regional do PCP e da CDU estão hoje fortemente na ordem do dia».

### Hegemonias

«Tal sentido bipolarizador, em vez de reforçar a força, a qualidade e variedade de intervenção dos sectores democráticos, diminui essas perspectivas, tal como aconteceu com a não reeleição de José Deq Mota em 1988 e tal como se verificou agora com a não confirmação da CDU em algumas Assembleias Municipais e de Freguesia. Essas ausências diminuem a presença ou tornam ausentes desses órgãos muitos daqueles problemas que respeitam aos interesses das classes e camadas mais desfavorecidas.

«Qualquer perspectiva de transformação democrática e plural exige a participação do PCP e da CDU, sob pena de se poder estar a, simplesmente, substituir uma hegemonia (do PSD) por outra (do PS).

«Por isso o aumento da influência regional do PCP e da CDU estão hoje fortemente na ordem do dia».

## Viseu: quebra das forças de direita

Na sua primeira reunião após as eleições de 17 de Dezembro, o Executivo da Comissão Distrital de Viseu do PCP analisou os resultados eleitorais neste distrito beirão.

O Executivo da CDU considera que as eleições autárquicas no distrito se saldaram por uma quebra das forças de direita (apesar de um ligeiro aumento global de votos, perdeu 4 presidências de Câmaras Municipais) e ainda por um reforço das forças democráticas.

A campanha eleitoral caracterizou-se por um «presidencialismo» exagerado e por uma polarização artificialmente criada o que provocou deslocações acentuadas para o que se designa por «voto útil», comentam os comunistas de Viseu, que acrescentam:

«Verificou-se uma deslocção conjuntural de votos da CDU para o PS que em muitos casos se apresentava como a alternativa mais próxima à gestão da direita.

### Tarouca

No concelho de Tarouca, num processo eleitoral fraudulento, marcado por graves irregularidades (algumas ainda em fase de apuramento), o PSD mantém a Presidência da Câmara, mas vê a sua vantagem reduzida.

A CDU reforça a sua presença em Juntas de Freguesia (ganhando mais uma) e na Assembleia Municipal, aumentando o número de eleitos.

## Depois da tempestade, a bonança e a reflexão em defesa do futuro

No passado mês de Dezembro a região do Algarve foi duramente atingida por fortes intempéries, originando elevados prejuízos, particularmente nos concelhos de Faro, Olhão e Tavira. «Depois da tempestade, vem a bonança», costuma dizer-se. Só que no Algarve o tempo da bonança é também de reflexão, sobre o presente e o futuro. Há que tirar conclusões. E agir com o objectivo de evitar as piores consequências de tempestades futuras. Nesta linha de balanço, análise e reflexão — e de responsabilidade política — o Executivo da Direcção Regional do Algarve (DORAL) do PCP divulgou recentemente um breve comentário cujos extratos mais significativos deixamos já de seguida à apreciação dos nossos leitores e particularmente os do Algarve.

A prontidão das respostas que se exigem para atacar a situação criada e a rápida solidariedade que há que prestar aos principais atingidos, não pode fazer esquecer também a procura das causas mais profundas que permitem que tais calamidades acabem por provocar prejuízos tão extensos. Só assim se poderá evitar que tais cataclismos tenham efeitos semelhantes, ou, eventualmente, mais graves no futuro, sublinha a DORAL do PCP, que acrescenta:

«Uma questão central emerge de tudo isto: a de que há ausência de Planos Directores Municipais que

### ALGARVE

disciplinem a ocupação dos solos e definam com rigor o desenvolvimento das várias componentes da economia local e regional, a que se associa o atraso em que permanecem a concretização das obras de saneamento e a construção de outras infra-estruturas, designadamente o sistema das grandes barragens a Sotavento e Barlavento do Algarve e a sua complementaridade com muitas pequenas barragens que urge erguer na serra e meia serra algarvia.

«Perante a situação de catástrofe, o Governo de Cavaco Silva em vez de promover a tomada urgente de medi-

das que a situação justificava, enviou para o Algarve um conjunto de ministros e secretários de Estado para uma suposta recolha de informações. Da visita ficou a promessa de ser decretado, três dias depois, o estado de calamidade para as zonas mais atingidas».

Cabe dizer que para obter melhor resultado ficaria mais barato ao País que a informação fosse recolhida pelas autarquias e pelo Governo Civil e outros departamentos aqui estacionados do Poder Central».

A situação criada exige uma pronta e coordenada resposta que só pode ser eficiente se o Governo não fugir às suas responsabilidades e a mesma for dada em conjugação com o Poder Local e as forças sociais existentes na região.

A situação exige, designadamente, que sejam colocadas à disposição das Câmaras e Juntas de Freguesia dos concelhos mais atingidos verbas e apoio técnico capaz de permitir a rápida reparação dos estragos verificados.

Exige que sejam inventariados rapidamente, em reu-

nidades com agricultores, pescadores e comerciantes das áreas atingidas, os prejuízos verificados, disponibilizando-se verbas de solidariedade imediatas, bem como linhas de crédito, bonificadas e de fácil acesso, a fim de repor a capacidade produtiva destruída.

Exige que rapidamente se proceda ao realojamento das pessoas atingidas.

Exige que junto da Comunidade Internacional e desig-

nadamente da CEE se tomem as medidas adequadas a fim de obter as ajudas que o momento justifica.

Exige, enfim, que em vez de demagogia se actuie! A DORAL do PCP, para além de manifestar toda a solidariedade para com as vítimas dos temporais ocorridos, procura na Assembleia da República e no Parlamento Europeu exigir a concretização de medidas que a situação justifica.

### Camarada Falecida

#### Henriqueta Marques Pereira

Após mais de 27 anos de sofrimento, extinguiu-se a vida da camarada **Henriqueta Marques Pereira**, das Caldas da Rainha. O seu funeral realizou-se em finais de Dezembro, para o cemitério local. Dezenas de amigos e camaradas, numa última homenagem, incorporaram-se no cortejo fúnebre.

Henriqueta Pereira foi um nobre exemplo de dignidade e solidariedade humana. Durante cerca de 10 anos, no decurso da noite clandestina, Henriqueta e o seu falecido marido Gabriel Pereira prestaram um apoio solidário às vítimas da repressão fascista, em particular aos presos políticos e suas famílias. Os dois deram ao PCP as mais elevadas provas de dedicação e apoio.

Os camaradas que mais de perto acompanharam o sofrimento de Henriqueta, os antigos presos da Fortaleza de Peniche, que dela guardam uma viva lembrança, o seu Partido e o colectivo do «Avante!» manifestam grande pesar pelo falecimento desta valorosa camarada.

# Em Foco

Avante!

Ano 59 - Série VII  
N.º 837

11 de Janeiro de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

S

O

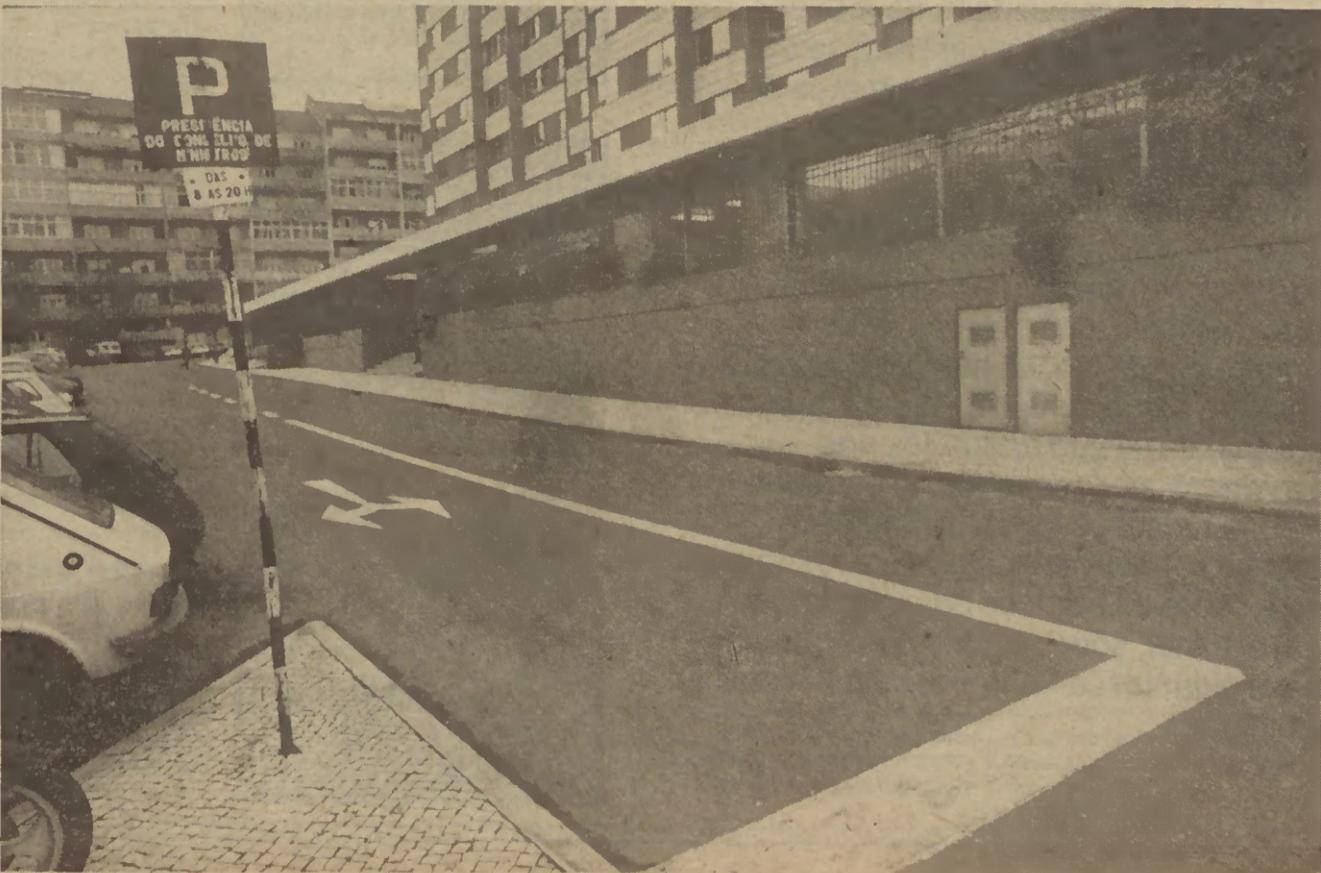
C

A

R

D

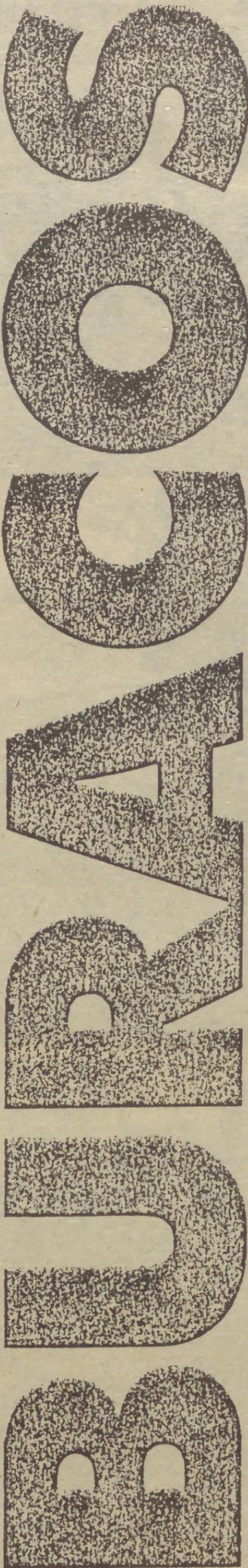
m



A situação a que chegaram os pavimentos das ruas e estradas de Portugal justificaram já que surgissem propostas para, pura e simplesmente, os declarar em estado de calamidade pública.

É uma evidência que a causa próxima e imediata do problema resulta das chuvas e temporais que se abateram sobre o País nas últimas semanas - mas isso constitui apenas uma parte da verdade. Porque choveu muito, mas não assistimos, apesar de tudo, a fenómenos com consequências que a acção dos homens não pudesse ter acautelado ou enérgicamente resolvido. E aqui, sim, reside o problema. Num sector vital como as vias de comunicação, um grau de pluviosidade excepcionalmente elevado coloca o País à beira da ruptura, nalguns casos mesmo em situação de ruptura completa. Verifica-se que barragens planeadas não foram executadas, que planos de urbanização não foram respeitados, que a construção de estradas e ruas não respeitou minimamente as normas exigíveis, que a manutenção e melhoria dessas vias é feita de forma quase artesanal e mercê de esforços de técnicos e trabalhadores que desconhecem o que é ser apoiado e integrado em planos globais de intervenção politicamente definidos e concretizados.

Resumindo, o gigantesco buraco que são as ruas de Lisboa e as estradas do País não se limita a ser uma tragédia que nos cai do Céu: tem raízes bem terrenas, que se podem encontrar na política de direita que governa o País há mais de uma década e que, até agora, governou a sua capital. Cada buraco constitui a prova da incúria, do desrespeito pela vida dos cidadãos, da incapacidade de prever e realizar, da indiferença pela defesa do património do País que são a marca de um Governo afundado em escândalos e inépcias. É o parque automóvel do País demolido, são incontáveis milhares de horas de trabalho perdidas em bichas e engarrafamentos, são vidas ceifadas em desastres inteiramente evitáveis. Com pouca paciência, muita indignação e também - como sempre! - algum humor, os portugueses lá vão andando, aos solavancos, por essas ruas e estradas fora. De tudo isso se dá conta neste dossier do «Avante!». Que se poderia dizer que é sobre os buracos dos caminhos - mas é, afinal, sobre alguns dos «buracos» desse gigantesco «buraco» que é a política da direita.



# A herança de Abecasis

Os «buracos de Abecasis»: assim alguém chamou aos históricos e estóicos buracos abertos nas mais diversas ruas e vias da capital do país, que ao longo de toda a gestão do CDS/PSD na cidade foram aparecendo e perdurando durante dez anos. Daqui a uma semana a gestão da cidade chama-se «Por Lisboa». Depois das recentes chuvadas que vieram agravar ainda mais o problema, importa saber o que é que vai ser «diferente» neste aspecto da Lisboa pós-abecasisiana. Rui Godinho em entrevista ao «Avante!» começa por dizer que a coligação autárquica de que faz parte coloca esta questão entre as questões, digamos, «superprioritárias», de resolução imediata. E como qualquer lisboeta, Godinho vive o «drama» de forma intensa, expressa numa descrição «apaixonada» e «colorida» do que está a suceder à «sua» cidade: «Lisboa tem pontos que ficcionam autênticas paisagens lunares, tal a dimensão dos buracos e crateras. Não há nenhum cidadão que não tenha, agora, o seu «buraco de estimação»».



*Rui Godinho: Há que tomar medidas drásticas não só no que toca à construção e conservação de pavimentos, mas também em relação à sua recomposição.*

Se você é lisboeta, terá pois, certamente, o «seu buraco de estimação» na cidade, uma herança «privilegiada» da gestão anterior na Câmara, duramente criticada por Godinho como vereador: «este pelouro esteve entregue a Magalhães Pacheco, do PSD, e nós tivemos várias oportunidades para tecer críticas à passividade da Câmara relativamente a esta questão, em especial após a situação criada com as chuvas mais recentes».

É pois uma situação que vem de trás, uma situação grave. São as infiltrações de água a deformarem o alcatrão; os múltiplos terrenos permeáveis da cidade; as obras da EDP, Petroquímica, TLP e EPAL; um regime pluviométrico a registar chuvas violentas em algumas alturas do ano; a circulação de pesados de elevada tonelagem, tudo isto a contribuir para «abrir» o alcatrão da cidade.

«A actual forma adoptada pela Câmara para tapar os buracos não resolve a situação. Há que tomar medidas drásticas não só no que toca à construção e conservação dos pavimentos, mas também em relação a sua recomposição».

## Há que estudar antes de agir

A aposta da «Por Lisboa», segundo nos diz Rui Godinho, passa, em primeiro lugar, pelo estudo, que leve à adopção de novas técnicas ainda não aplicadas na nossa cidade. É que nem tudo pode ser explica-

do por estes elementos «agressores» dos pavimentos: «como exemplo gostaria que pensássemos nos países nórdicos ou da Europa Central: porque é que nesses países, onde a agressividade climática é muito maior, este tipo de problemas não existe? É que as técnicas adoptadas são muito mais eficazes do que as utilizadas em Portugal no que se refere à construção de pavimentos, e nós temos de pensar em melhorar substancialmente as utilizadas nas nossas ruas e estradas».

Melhoria técnica nunca aplicada por ser muito cara. Argumento economicista que Rui Godinho «desmonta» ao adiantar que a longo prazo a técnica que hoje «sai cara» vem a revelar-se «barata».

«Na futura Câmara «Por Lisboa» o pelouro a que caberá a reponsabilidade de resolver este problema pertencerá ao vereador Machado Rodrigues, do Partido Socialista, e eu não gostaria de imiscuir-me no seu trabalho tecendo desde já algumas declarações que mais tarde não venham a corresponder às soluções adoptadas pela Câmara. No entanto, poderei adiantar que, sabendo nós que a actual conservação de pavimentos não satisfaz, teremos de utilizar outras técnicas de construção. Essas técnicas, à partida, serão caras se só pensarmos no investimento inicial (com certeza vários milhões de contos se quisermos aplicá-las nas principais artérias de Lisboa). Mas essas técnicas a longo prazo revelar-se-ão um investimento compensador, pois a redução nas despesas de conservação será tal, que o



custo total do pavimento poderá mesmo ser mais barato.»

Insistimos junto de Rui Godinho, sobre em que consistiria essa solução técnica a adoptar na futura construção e repavimentação de «novas ruas» da cidade. Colocando uma ressalva perante a necessidade de um estudo aprofundado, o vereador comunista sempre nos disse que «a técnica a usar, provavelmente, poderá ser a aplicação, nas caixas dos pavimentos, de betão armado de malha simples antes da aplicação do betuminoso propriamente dito».

## Toda a cidade afectada

Actualmente uma caixa de pavimento leva somente cascalho, gravilha, betuminoso e alcatrão, mas mesmo assim custa qualquer coisa como 10 mil escudos por metro quadrado, e é o próprio engenheiro Rui Godinho que diz que o exemplo dado como técnica para resolver o problema poderá não ser a melhor solução perante a enormidade do problema e a consequente «enormidade financeira» que a sua resolução implicará. Perguntamos se existem na cidade locais de acção prioritária. A resposta dá ideia da dimensão gigantesca que falamos: «não há pontos críticos a nomear como zonas de maior gravidade. Toda a cidade está afectada por este problema e urge resolvê-lo».

Toda uma cidade, toda uma capital de um país da CEE com o pavi-

mento em mau estado, intransitável em muitos locais!

«Como já disse, a responsabilidade municipal não será escamoteada, e do nosso orçamento, apresentado em campanha eleitoral, havíamos já, antes destas chuvas, retirado um milhão e duzentos mil contos para um Programa de Emergência de reparação e repavimentação das ruas de Lisboa, sendo possível reforçar a dotação orçamental total para este sector com mais duzentos mil contos, disponibilizando desde já 600 mil para uma reposição imediata de pavimentos.»

## Governo deve intervir

Tem a «Por Lisboa» um plano de acção que vai desde o simples «tapar de buracos» onde o piso ainda o permite, até à reconstrução completa das caixas que estão por baixo do alcatrão.

«Mas antes há ainda todo um trabalho a fazer: estabelecer prioridades em áreas de acção, as técnicas a utilizar (alterando pois as tradicionais) e assegurar a cobertura orçamental». É que o milhão e 200 mil contos pode não chegar para as necessidades, fala-se mesmo em três milhões de contos como verba necessária para todo esse trabalho de «emergência», enquanto um trabalho de fundo, relativo à pavimentação de toda a cidade, levantaria este número para um valor aproximado dos 50 milhões de contos!

Um número assustador, que levará Rui Godinho a lembrar que esta é certamente matéria (também) de responsabilidade governamental: «o Governo não pode alhear-se das suas responsabilidades. Isto não é um enjeitar de responsabilidades da nossa parte; a «Por Lisboa» assumirá todos os compromissos a que está obrigada no que se refere à gestão camarária. No entanto, e durante a campanha eleitoral nós referimos este ponto diversas vezes: há uma especificidade lisboeta, advinda do facto de ela ser a capital do país, que dá contextos e dimensões diferentes aos seus problemas. Poderemos falar mesmo em «custos de capitalidade», custos esses que colocam a resolução de muitos dos problemas da cidade na esfera de acção do Governo, ultrapassando as competências e capacidade de acção da municipalidade. Considero ser este o caso da situação agora vivida com a degradação dos pavimentos da cidade.»

Declaração de calamidade pública para as ruas de Lisboa? «Tal como em outras zonas do país onde as chuvas recentes foram de tal modo intensas que justificaram a adopção do artigo 13º da Lei das Finanças Locais sobre a declaração da situação de calamidade pública, também em Lisboa o que hoje vivemos em relação ao estado de degradação dos pavimentos, exigiria do Governo o adoptar também de uma medida idêntica.»

Uma exigência da «Por Lisboa» para encontrar uma solução «definitiva» para o problema.

## Os remendos de Abecasis

Mais uma vez este ano, para resolver a situação imediata, a Câmara de Abecasis recorreu à «charanga», o termo que as empresas, que todos os anos deitam um pouco de alcatrão sobre os buracos da cidade, utilizam para designar esta empreitada, uma tarefa sazonal que não passa de um remendo colocado sobre outro remendo, ignorando todo o planeamento e estudo que Rui Godinho defende que deveria ter sido feito.

A «Por Lisboa» promete ser diferente, mas promete sobretudo não fazer promessas demagógicas:

«Quanto ao tempo de execução de todo este trabalho quero fazer notar que a «Por Lisboa» abdicou sempre, mesmo em período de campanha eleitoral, da promessa fácil, da previsão irrealista. Vamos manter esse estilo, trabalhando antes em bases sólidas e reais, concretizando a definição dos projectos através de estudos sérios. Depois disso, então falaremos em prazos.»

Quanto à actual Câmara, todos serão unânimes em dizer que ela este Inverno pouco fez, mesmo no que se refere ao adoptar de soluções imediatistas: «a Nuno Abecasis ainda compete fazer alguma coisa. Ainda é o presidente da Câmara de Lisboa, mantém-se em funções e esta questão não pode ser ignorada por ele. Abecasis não pode fugir à responsabilidade de assegurar a gestão corrente do município. É de gestão corrente que se trata, a reposição

de pelo menos alguns pavimentos destruídos pelas chuvas.»

E Rui Godinho coloca uma questão: «Será que esta Câmara quer deixar à «Por Lisboa» mais um «presente envenenado», ignorando pura e simplesmente este problema?»

«Presente envenenado» ao cidadão foi um número de telefone, oferecido aos lisboetas para estes participarem à Câmara Municipal a «visão» de um qualquer buraco ou ruptura de canalização. Diz a experiência que do outro lado da linha ninguém atende, ou quando atende a «queixa» limita-se a ser registada. Mais nada.

## Ouvir o cidadão

«Na futura Câmara «Por Lisboa» vamos passar a ouvir o cidadão, vamos atender as chamadas desse número de telefone, tal como vamos adoptar um tratamento personalizado quer nos serviços centrais do Município, quer nos vários postos que vamos abrir em toda a cidade. Admito que neste, como em outros casos da gestão municipal, se Abecasis tivesse adoptado esta nossa política de «gestão participada» que defendemos para Lisboa, se tivesse ouvido as queixas do cidadão ao longo dos anos e actuado rapidamente e em conformidade, provavelmente as ruas e estradas de Lisboa não teriam chegado ao estado de degradação a que chegaram, e hoje não teríamos esta «monstruosidade» para resolver.»

Parece terem chegado ao fim dos seus dias, estes «buracos de Abecasis»... ■

# 15 dias e 2 "se" para tirar Lisboa deste buraco

Há na Câmara Municipal de Lisboa estruturas e pessoas cujo trabalho está directamente ligado ao problema dos buracos nas ruas. Não, não são eles que abrem os buracos, pelo contrário, velam para que sejam tapados a tempo e horas. Fomos falar com os dois homens que, neste momento e à frente de uma equipa com cerca de 400 trabalhadores, têm a responsabilidade da direcção nesta área; asseguraram-nos que, se continuar o bom tempo e se os empreiteiros cumprirem com a sua parte, estarão tapados dentro de 15 dias todos estes buracos que depois das chuvas invadiram Lisboa.

Na nova orgânica que está em fase de implementação, a CML tem 11 direcções municipais, cada uma com os seus departamentos. O engenheiro **Ferreira de Almeida** é o director municipal de Infra-estruturas e Saneamento; o engenheiro **Santos Alemão** dirige, desde 29 de Dezembro, o departamento de Infra-estruturas desta direcção municipal, ainda instalada nos pavilhões do Garfís (gabinete que coordenava o tratamento das águas residuais e agora integra a nova direcção).

## Pavimentos, solos e cargas

Começou-se por fazer uma breve caracterização das ruas de Lisboa e dos factores que levam ao aparecimento de buracos no pavimento. O maior problema tem a ver com o tipo de pavimentos e os solos onde as-

sentam. Na capital grande parte das ruas carrega o peso de muita história. Assim, por cima de uma calçada em basalto feita no século passado - sem fundação capaz para as cargas maiores dos nossos dias - foi colocado mais recentemente um tapete de betão betuminoso com 6, 7 ou 8 centímetros, tapete esse que é elástico e impermeável.

Ora, com as chuvas, o solo argiloso, plástico, encharca, cede às cargas, o tapete cede igualmente e no pavimento surgem as brechas e os buracos. Além dos solos e do pavimento, é motivo de preocupação destes responsáveis o problema das cargas que as ruas têm que suportar, sobretudo depois da entrada em funcionamento dos novos autocarros da Carris, os *laranjas*, com maior velocidade e maior frenagem que os anteriores.

Noutros países, alguns dos quais têm sido visitados pelo engenheiro Ferreira de Almeida para estudar as

experiências neste campo, coloca-se, depois da base em cascalho e antes do tapete de asfalto, uma camada de betão armado, rígido. Isto, como salientaram os nossos entrevistados, evita muito o aparecimento de buracos. Mesmo assim pode suceder como na Pascoal de Melo, onde um esgoto velho rebentou, a laje de betão não aguentou e partiu. Mas a verdade é que com este tipo de pavimento quase não se vê um buraco. Citaram-nos os exemplos da auto-estrada do Estoril, feita no tempo de Duarte Pacheco, da rua da Prata, mais uma ou outra rua. Só que este pavimento rígido é muito mais caro, com **custos cerca de cinco vezes superiores** aos do pavimento flexível.

Contudo, ressaltou Santos Alemão, o pavimento rígido é pior, a longo prazo, para os carros, devido às trepidações e às frequências de ressonância da estrutura. Por isso no estrangeiro se costuma colocar, mesmo com o pavimento rígido, uma última camada elástica, flexível, de betão betuminoso.

Depois há as obras das compan-



Ferreira de Almeida e Santos Alemão ao «Avante!»: Lisboa tem ruas antigas onde nunca houve intervenções de fundo

hias concessionárias (EDP, EPAL, TLP, PGP) na via pública, cujo regulamento data de 1963 e, na opinião de Ferreira de Almeida e Santos Alemão, precisa de ser reformulado. «Hoje é uma anarquia, vem uma companhia e abre um buraco, depois não compacta devidamente a vala e é certo e sabido que estamos numa zona de rotura do pavimento» - queixam-se os técnicos da CML.

Uma das coisas que pretendem é que seja criado um laboratório para estudar os solos, determinar as características que devem ter os pavimentos, controlar a aderência e outras propriedades dos betumes... Como referiram, um trabalho destes daria uma base mais rigorosa para as reclamações da Câmara junto das companhias. E teria outros efeitos.

Hoje as notícias do aparecimento de buracos nas ruas de Lisboa chegam à Câmara por informação directa dos munícipes, nomeadamente para um telefone de atendimento permanente (874954), através de um grupo de fiscais e mestres e através dos cantoneiros. «Mas temos que sistematizar esta informação, tenho mesmo a intenção de fazer, com recurso a processos informatizados, um levantamento de todas as informações rua a rua, como já temos para os esgotos» - sublinha o engenheiro Ferreira de Almeida.

## Emergência e intervenções de fundo

Até estas aspirações serem satisfeitas, o trabalho, contudo, não pode esperar.

No plano de emergência da Câmara, que está em curso com o objectivo de responder aos problemas provocados pelas chuvas do final de 1989, aponta-se para ter sete frentes de recarga dos pavimentos e dez equipas a tapar buracos. Mas, afirma Ferreira de Almeida reportando-se à experiência destes primeiros dias, os empreiteiros não têm assegurado estes objectivos.

Além do plano de emergência, estão previstas outras obras de maior vulto. Ferreira de Almeida e Santos Alemão referiram o eixo Norte-Sul, **entre a 2ª circular e Campolide**, cujo contrato de adjudicação deve ser assinado em breve, com um orçamento de 4 milhões de contos; por contrapartidas, ainda no eixo Norte-Sul, **entre a 2ª circular e a avenida Padre Cruz**, incluindo o viaduto por cima da avenida, a cargo da sociedade do Euromarché, com um orça-

mento de 1,3 milhões de contos; ainda por contrapartidas, com a Sonae, **a avenida Lúsiada**, que passa sobre a 2ª circular, contorna o centro comercial da Sonae e vai ligar à avenida do Uruguai, **a radial da Pontinha** e uma parte da 2ª circular que vai ligar a **Telheiras**, com um orçamento de 3,2 milhões de contos; e a remodelação da **24 de Julho**, de Alcântara até ao Cais do Sodré, e que tem que ser articulada com as obras dos esgotos, de Algés até Alcântara, no valor de 1,7 milhões de contos.

«Estas são as grandes obras de fundo previstas neste momento. Mas temos na ideia muitas outras» - adianta o engenheiro Ferreira de Almeida, citando de imediato a avenida da Liberdade, «onde vamos fazer uma recarga esta noite, mas que, pelo menos da Alexandre Herculano até aos Restauradores, tem que ser modificada, possivelmente para betão, pois é uma zona com muito tráfego, grandes cargas».

Quando se fala em planear intervenções de fundo, surge o problema dos custos de execução de tais obras. E os responsáveis da CML adiantam alguns números, que, embora não sejam exactos ao centavo, dão uma ideia do dinheiro que seria preciso movimentar: «Se temos 700 quilómetros de esgotos em Lisboa, de estradas e ruas devemos ter uns 500 ou 600. Ora 500 quilómetros de estradas, com 10 metros de largura, significa que temos 5 milhões de metros quadrados de pavimentos. Com uma média de 10 contos de despesa por metro quadrado, obtém-se um valor de 50 milhões de contos.»

Além dos custos, as obras de fundo nas ruas da cidade levantam outros problemas, como os cortes do trânsito e os incómodos para os moradores. Colocar um tapete, embora seja uma solução menos duradoura, é mais fácil: «Em apenas três noites, por exemplo, fizemos a reparação da estrada do Calhariz de Benfica, da ponte do caminho-de-ferro ao estádio Pina Manique» - conta o engenheiro Santos Alemão.

Por isso - e enquanto aguardam a entrada em funções do novo executivo municipal para conhecer e analisar as propostas que certamente o novo elenco terá para esta área - os técnicos responsáveis pela manutenção das ruas de Lisboa esforçam-se por, primeiro, responder aos problemas dos eixos viários mais importantes. E a grande preocupação, neste momento, é tirar Lisboa dos inúmeros buracos abertos pelas chuvas deste inverno. ■ **DM**

## A charanga

«Charanga».

Podia ser uma canção, até talvez em ritmo de marcha.

Podia ser um petisco, daqueles que levam ovo para enrolar os restos do almoço.

Podia ser um grupo, daqueles grupos simpáticos que defendem com unhas e dentes a música popular portuguesa.

Podia ser uma fanfara, de farda apumada e ritmo marcado.

A «charanga» de que aqui vos falamos é diferente.

Trabalha no asfalto, remenda o alcatrão.

É a «charanga» dos buracos de Lisboa, amada e cobijada por empreiteiros que não faltam aos concursos. Surgem as propostas. Os que perdem ficam tristes. Os que ganham avançam energeticamente para os buracos, conscientes de que, com a «charanga», a coisa rende.

Rende e... enquanto dura enche o olho dos que circulam pelas martirizadas ruas da cidade. Por pouco tempo, obviamente. É que a «charanga» não faz milagres, como o padroeiro. E são os próprios técnicos - os engenheiros e outros especialistas das empresas, a começar pelos seus trabalhadores

mais directamente envolvidos - que, lá para os seus botões, pensam: **mas que grande buraco!** Tapa-se hoje, para ficar destapado amanhã. Mesmo que não venha mais chuva. Basta passar por cima.

É que há buracos e... buracos. E diferentes formas de os tapar. A sério e a brincar. A sério, é mais difícil. Obrigaria a fechar ruas, interromper trânsitos, alterar percursos. Obrigaria a ir ao fundo do buraco. E depois matar o mal pela raiz. Enchê-lo a quente. Com os materiais certos e ha devida proporção.

Tapar buracos é uma arte.

Tal como o ilusionista que nos oferece fantasias, os artistas do asfalto - leia-se, naturalmente, os homens fortes das empreitadas - trocam as voltas à realidade; não tiram coelhos da cartola, mas tapam sem tapar. Umas pázadas de alcatrão envergonhado. Um pó branco para cima. E toca a fazer sinal que a rapaziada já pode passar com os pneumáticos em banco maria, mas sem a carroçaria a abanar. Pelo menos durante algumas horas.

Depois tudo volta ao mesmo. O buraco que não era, volta a ser.

Venha a «charanga».

■ **JPO**



## Um percurso obrigatório e penoso

# Do buraco à conta da oficina

Os técnicos são unânimes e confirmam: aos mais variados níveis são graves os efeitos directos e indirectos provocados nas viaturas que caem nos buracos. Domingos Fresches, um experiente mecânico da área de Lisboa/Odivelas, explicou ao «Avante!» alguns pormenores, lembrando ao mesmo tempo os pesados encargos financeiros que são impostos aos automobilistas, já de si massacrados pelas enormes filas de trânsito e pelos elevados custos do combustível, do seguro obrigatório e das manutenções periódicas das viaturas.

«Podemos dividir as consequências técnicas de que são vítimas os automóveis que vão ao buraco em duas partes: os efeitos visíveis imediatos e os que acabam por vir a afectar várias componentes de forma gradual e não detectável logo de imediato», refere-nos Domingos Fresches.

Jantes empenadas (se forem de alumínio estão mesmo sujeitas a partir), lonas afectadas, podendo o pneu rebentar ou ganhar as conhecidas «batatas», e rápida fuga de ar se for um pneu sem câmara, obrigando, assim, o condutor a interromper a marcha e mesmo, «ali», no meio da rua, proceder à substituição da roda — são efeitos directos das quedas violentas nos buracos, que por vezes mais se assemelham a crateras.

### pesadelo da factura...

O infeliz condutor de mangas arregaçadas às voltas com o «macaco», olhando com mágoa para a jante feita num oito ou para a lona trilhada são, em muitos casos, apenas imagens da face visível deste iceberg.

O mecânico que esteve à conversa com o «Avante!» e que ultima-

mente tem dado assistência a muitas viaturas afectadas pela praga dos buracos sublinha, entretanto, os efeitos que se fazem sentir gradualmente:

«A suspensão dum automóvel sofre duramente com o embate. Sofrem os amortecedores, sofrem os «triângulos», que acabam por ficar empenados, sofrem as rótulas da direcção e suspensão. Surgem os desalinhamentos de direcção. Aparecem os desgastes irregulares nos pneus».

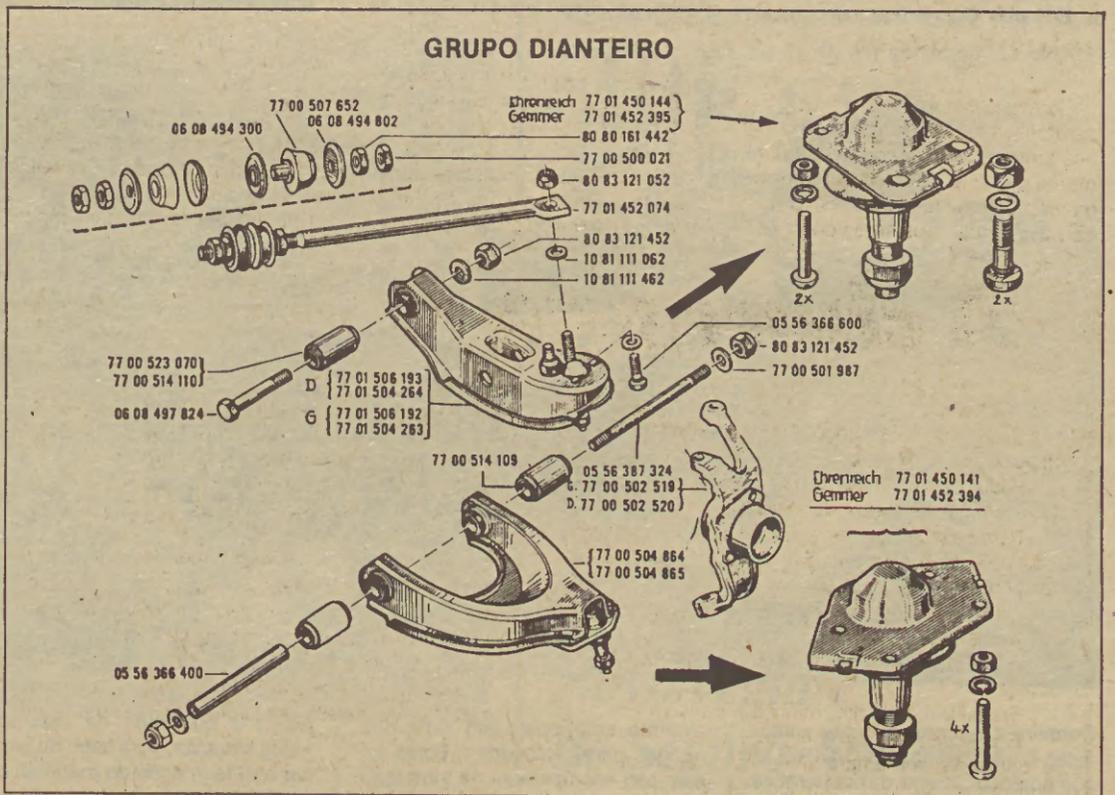
O caminho, depois, vai dar inevitavelmente à oficina, ou melhor às oficinas uma vez que, além da intervenção dos homens da mecânica geral, as viaturas têm que ir também aos pneus e aos alinhamentos de direcção.

Carros imobilizados e o pesadelo das facturas são situações que se atravessam aos automobilistas, muitas vezes confrontados com números assustadores: por exemplo, só a substituição de um pneu e de uma jante de uma viatura mais comum do nosso parque pode facilmente ultrapassar os vinte mil escudos. Mas se a reparação implicar «mexidas» nos órgãos de direcção ou suspensão, então o melhor é deitar contas à vida e esperar pelo subsídio de férias... se chegar!

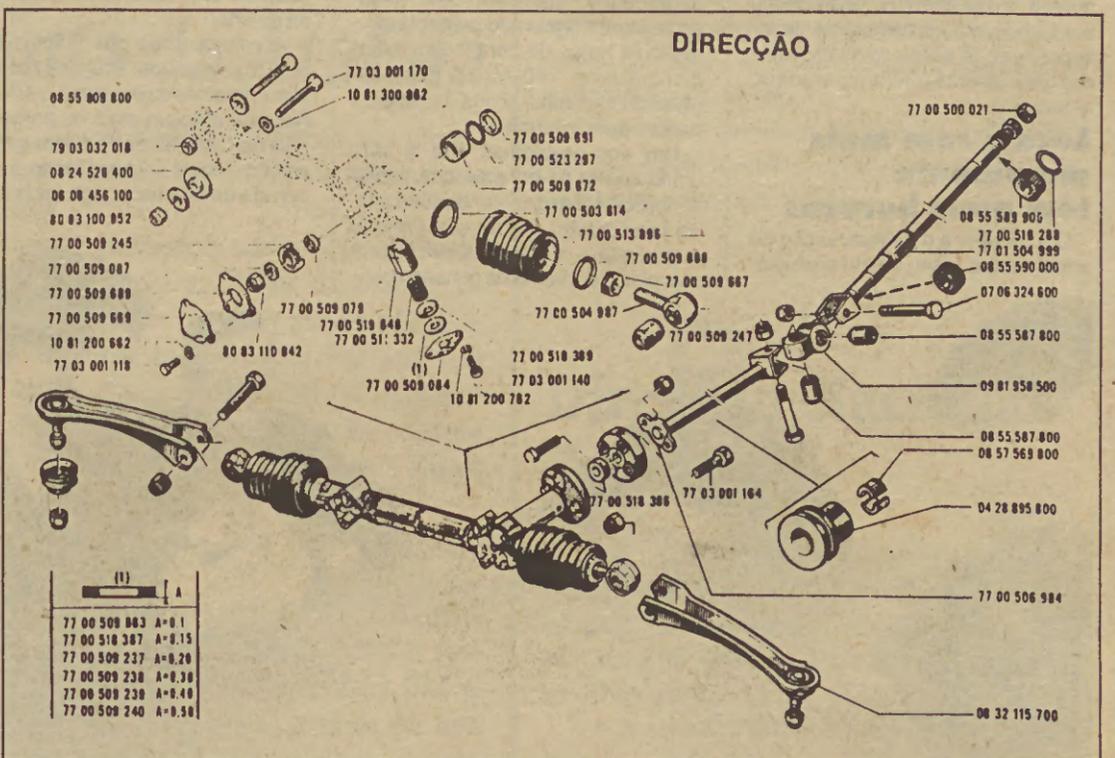
■ JPO



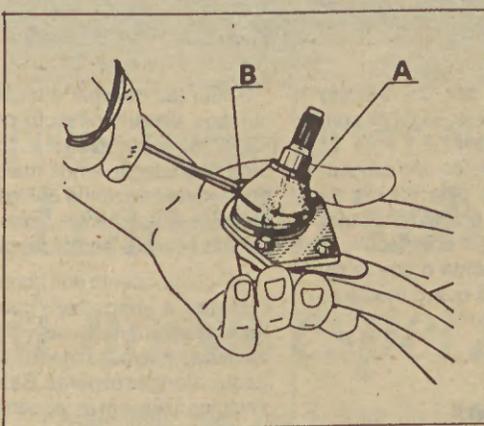
Iniciativa e imaginação para salvar um velho «Anglia» dos buracos de Lisboa



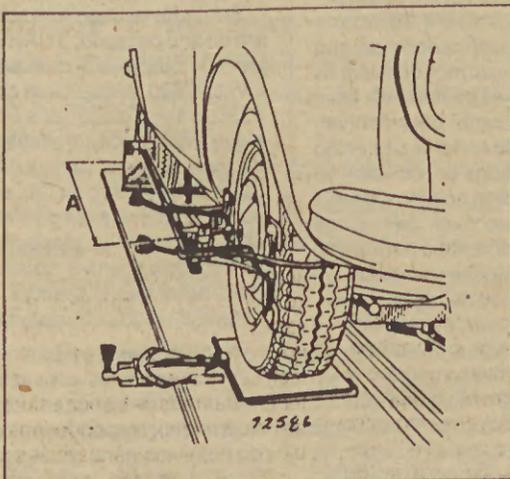
Um exemplo de órgãos que sofrem, ganhando folgas e os tradicionais ruidos, no grupo dianteiro de uma viatura. Os «braços» (tanto inferiores como superiores) — peças de maior envergadura, ao cento do desenho —, como as rótulas (à direita), conhecem directamente as consequências das quedas nos traiçoeiros buracos da via urbana



Um esquema dos órgãos de direcção, conjunto de componentes que «paga» bem caro a entrada e saída dos buracos...



A legenda poderia ser: «montagem dum fole na caixa de rolamento»; neste caso, é apenas a ilustração de uma peça que, buraco após buraco, acaba por conhecer uma folga preocupante; depois, só a substituição...



Controlo da folga de direcção — um caminho a seguir para as viaturas vítimas dos buracos; sinal evidente: o desgaste irregular dos pneus

# Oito horas diárias nas ruas de Lisboa!

Desde há dois meses, todas as manhãs, a PSP e a GNR anunciam na rádio o caos: «senhor condutor, tome cuidado com os buracos abertos nas ruas, modere a velocidade, não trave repentinamente!». O número de acidentes aumentou, e a estatística da PSP já coloca «o buraco» ao lado da alcoolémia e das manobras perigosas como uma das causas mais importantes dos acidentes lisboetas. A viver este dia-a-dia com toda a cidade, estão os taxistas e os homens dos autocarros da CARRIS - «Nós sentimos esta situação mais que ninguém: sentimos o impacto do embate dos carros com os buracos, sentimos o incómodo dos passageiros, ouvimos as suas queixas, vivemos oito horas com a violência que é feita sobre a suspensão das viaturas que se vai degradando». Uma situação partilhada por taxistas e condutores de autocarro, que aqui contam ao «Avante!» uma experiência quotidiana de Lisboa.

«Na maior parte dos sítios não nos conseguimos desviar dos buracos, porque a actual situação já não o permite».

«Estou há 23 anos na CARRIS e nunca houve um ano como este».

«Eles não tapam buracos, mudam-nos de sítio!».

«É o material que se estraga, é a nossa saúde que se degrada».

Frases naturalmente queixosas de Eduardo Carlos Joaquim, José

nais do volante dizem que, na prática, nunca existiu, e que encontra causas diversas para o acelerar da degradação.

Perguntamos se os próprios autocarros da CARRIS não são uma das causas para este efeito. Admitem essa possibilidade, mas lembram que há «locais de Lisboa tão movimentados como a Avenida da Liberdade ou a Estrada de Benfica, cujo pavimento consiste em camadas de



Cordeiro e Eduardo Vicente, motoristas e sindicalistas da CARRIS, e que Américo Galego, da cooperativa de táxis Autocoop, confirma e ilustra, dizendo-nos no entanto que esta é uma situação que não é nova: «já antes destas chuvas a situação quanto a pavimentos degradados em Lisboa era verdadeiramente insuportável; já antes existiam buracos onde às vezes cabia uma roda de autocarro».

## Locais com mais movimento têm mais buracos

Um problema da conservação de arruamentos, que estes profissio-

alcatrão sobreposto em cima dos antigos paralelepípedos». Estes locais são «campeões» na formação de buracos.

Para os homens da CARRIS os arruamentos na cidade por onde passam são, normalmente, os mais degradados, «também pelo peso das viaturas, agravado pela sobrelocação às horas de ponta, com cada carro a levar 40 ou 50 pessoas (quando não mais) acima da capacidade máxima permitida».

Um dos problemas que a luta diária contra os buracos que estes condutores têm de levar durante oito ou mais horas, é o da sua própria segurança e a dos seus passageiros, pois o aumento de cansaço pre-

judica a qualidade da condução: «esta situação, para além de provocar a deterioração do material, provoca uma condução deficiente, com alguma insegurança, correndo riscos, provocando incómodos para os passageiros, que em algumas situações sentem autênticas pancadas na coluna».

A coluna, uma das vítimas dos buracos de Lisboa: «segundo os serviços médicos da empresa, as doenças que afectam mais os profissionais da CARRIS são as doenças de coluna. Esta é uma profissão considerada de alto risco, agravada pelo

stress provocado por um trânsito caótico, ou pela relação difícil com alguns passageiros».

Também os taxistas são particularmente atingidos pela dureza da profissão: «nesta profissão chegase aos cinquenta rebentado», e Américo Galego conta o que já viu várias vezes - «há quem morra ao volante».

## Os custos dos buracos

Na CARRIS, até ao final do mês de Setembro do ano passado, os autocarros transitaram a uma velocidade média de 15 Km por hora, o que significou um decréscimo de 0,2 por cento em relação a igual período do ano passado. Se pensarmos que com as chuvas dos meses posteriores, essa média terá baixado consideravelmente, temos de concluir que estão longe os almejados e modestos 18 Km por hora que a empresa deseja como *média* aceitável, bem longe dos 23 ou 25 quilómetros por hora de muitas outras capitais europeias.

Andar assim tão devagar é decerto enervante para passageiros e condutores, nervos que o *slalom* ao buraco certamente agravarão: «esta situação ainda é mais greve quando falamos dos carros da frota antiga que ainda andam em circulação, na Linha Verde, por exemplo. São autocarros com mais de 25 anos, com a suspensão muito dura, que dão autênticos saltos nos buracos».

Andar tão devagar e a saltar nos buracos andam os autocarros da CARRIS, contribuindo assim para uma degradação ainda mais rápida do material, trazendo custos de exploração exorbitantes, oferecendo um mau serviço aos passageiros.

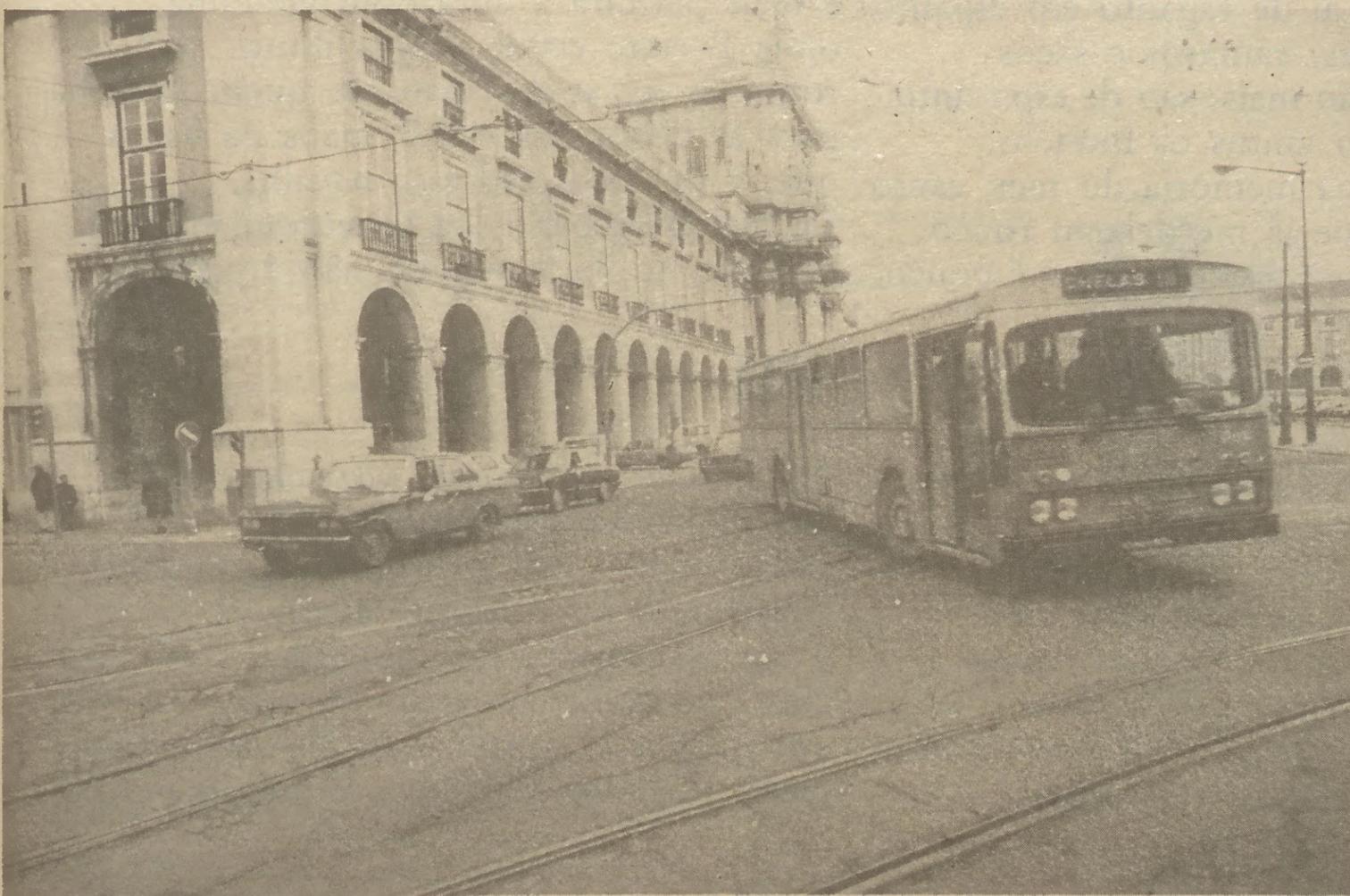
«O cumprimento dos horários das carreiras é impossível, cada carro faz somente metade das viagens estipuladas e os passageiros são obrigados a longas esperas. Se todos os veículos fizessem as viagens estipuladas, seria possível servir muito melhor os passageiros, mesmo reduzindo o número de autocarros, que, diga-se de passagem, é insuficiente.»

Por cada passageiro, e até Setembro do ano passado, a CARRIS gastou por quilómetro qualquer coisa como 27\$00, número que sobe para 49\$00 na exploração dos eléctricos, mais penalizados por circularem ainda mais devagar (dez quilómetros-hora até Setembro de 89), serem de construção muito antiga e manutenção cara, terem circulado muito tempo com dois agentes, antes da automatização das cobranças ter sido estendida a toda a frota de eléctricos.

Naturalmente os trabalhadores da CARRIS são sensíveis a este problema com que a empresa se debate, cuja resolução passa pela resolução do problema geral do trânsito na capital: «se por absurdo conseguíssemos aumentar para o dobro a velocidade comercial dos veículos da CARRIS, esta deixaria de ser de-



Em conversa com o «Avante!»: de frente, Eduardo Carlos Joaquim, da Carris e dirigente do sindicato dos rodoviários do centro. À direita José Cordeiro e Eduardo Vicente, da CT da Carris



ficitária. Com a mesma frota conseguiríamos transportar mais pessoas, mas ao próprio ordenamento de trânsito: «a política de conservação dos arruamentos foi ruïnosa, o sistema Gertrudes foi uma peça de humor negro de muito mau gosto», dizem-nos.

### Culpas da Câmara

Críticas à anterior gestão camarária são mais que muitas, não só no que diz respeito aos pavimentos, mas ao próprio ordenamento de trânsito: «a política de conservação dos arruamentos foi ruïnosa, o sistema Gertrudes foi uma peça de humor negro de muito mau gosto», dizem-nos.

A própria relação entre a CARRIS e a edilidade não foi a melhor durante os últimos anos. Uma história que se conta na Câmara foi a ameaça profetizada por Abecasis de pôr os autocarros a circular nas faixas laterais da Avenida da Liberdade, caso a CAR-

RIS «continuasse a chatear» com a «história» do mau pavimento do corredor para transportes colectivos...

«A empresa fez, durante os últimos anos, uma grande pressão sobre a Câmara para que algo se alterasse nesta situação. Algumas das reivindicações da empresa foram atendidas, mas a verdade é que a maior parte foram pura e simplesmente ignoradas», dizem-nos estes trabalhadores da CARRIS.

Soluções para o trânsito? Muitas «pequenas soluções» foram-nos apontadas quer pelos homens da CARRIS, quer pelo profissional de táxis que entrevistámos. Para já há um dado novo avançado pela futura gestão camarária; os futuros vereadores ouviram já estes profissionais: «já estivemos reunidos com esta Câmara, com os vereadores Rego Mendes e Machado Rodrigues. Foi a primeira vez que tiveram a preocu-

## Um roteiro dos «buracos proeminentes» de Lisboa

Não há rua em Lisboa que não tenha o seu «buraco de estimação»! No entanto, a situação é mais grave em alguns pontos da cidade, sobretudo naqueles onde o afluxo de tráfego diário é mais intenso, locais onde a situação é sentida por um maior número de automobilistas, por sua vez a contribuírem para o agravamento do caos; pois onde o trânsito é mais intenso, torna-se mais difícil concretizar reparações, num pavimento sujeito também a uma maior degradação.

Da conversa mantida entre o «Avante!», os condutores da CARRIS e de táxis que incluímos neste trabalho, «nasceu» uma lista de ruas esburacadas onde a gravidade da situação é maior. Tratam-se de locais a merecerem o qualificativo de «intransitáveis». Não se trata, de modo algum, de uma lista detalhada dos «buracos» de Lisboa, esses a merecerem a edição de um novo roteiro da cidade, um livro certamente volumoso, onde até se poderiam incluir notas biográficas de um «passado glorioso», «patrimonial», que certamente muitos dos «buracos mais dignos da cidade» merecem.

Assim, segundo os taxistas e motoristas da CARRIS, se viver ou circular em Lisboa evite (se puder), os seguintes locais:

Campo Grande, rua Cipriano Dourado; av. Duque D'Ávila, Estrada de Benfica; rua Joaquim Paço D'Arcos; rua José Rodrigues Miguéis; Sete Rios (Largo General Humberto Delgado); rua Columbano Bordalo Pinheiro; rua de Campolide; rua Marquês de Fronteira; av. Conselheiro F. Sousa; Estrada da Luz, Estrada das Laranjeiras; rua Filipe da Mata; rua Filipe Folque; rua Latino Coelho; rua Luís Bivar; rua Pinheiro Chagas, av. Marquês de Tomar; av. Elias Garcia; av. da Liberdade, rua Barata Salgueiro; rua Rodrigues Sampaio; Rossio; rua do Ouro; rua do Comércio; rua de São Julião; rua da Conceição; Largo do Município; rua das Janelas Verdes; Pampulha; Graça; Sapadores; Penha de França; Alcântara; Calvário; rua da Junqueira; av. 24 de Julho; rua da Alfândega; rua do Chafariz de Dentro; Caminhos de Ferro; Xabregas; Poço do Bispo; Calhariz; Calçada do Combro; rua D. Estefânia; av. Defensores de Chaves; av. da República; Marquês do Pombal; av. Infante D. Henrique; Moscavide; Campo de Ourique.

Das muitas conclusões que se podem tirar deste apontamento, uma nos é desde já sugerida: toda a zona histórica da cidade tem o piso destinado a tráfego automóvel em estado deplorável; certamente nada digno da que daqui a dois anos será a «capital cultural da Europa»...

pação de falar com os trabalhadores da CARRIS e com os taxistas».

Perguntamos qual o maior desejo destes profissionais. A resposta foi unânime: abrir mais corredores exclusivos para a circulação de transportes colectivos: «Pelo menos ponham em funcionamento os corredores aprovados na Câmara em 1976 e nunca aplicados».

«Onde está o corredor aprovado em 1976 que ligava as Portas de Benfica ao Rossio, sem interrupções?», perguntam.

Outro exemplo é dado por Américo Galego, um taxista que se queixa particularmente do trânsito na zona da António Augusto de Aguiar, avançando uma sugestão: «os técnicos da Câmara dizem que não se pode abrir a rua Sidónio Pais só para transportes colectivos. Eles lá sabem, mas olhe que nós é que lá andamos, e essa era capaz de ser uma boa solução, experimentem uns tempos e verão como temos razão».

Américo Galego queixa-se sobretudo da gestão camarária anterior, sobretudo nos últimos tempos; «desde há dois meses, o abandono tem sido total! Nem sequer aproveitaram o período eleitoral para melhorar alguma coisinha!».

### «Tudo se vai!»

Perguntamos dos efeitos num táxi da circulação actual por Lisboa. Tudo «se vai»: «são os pneus, a suspensão, as jantes, os órgãos de suspensão e direcção, tem sido uma lástima!»

A sua cooperativa regista um aumento de despesas de manutenção com os automóveis: «por exemplo no meu carro gastámos há um mês mais de 40 contos só em borrachas e suspensão, e aquilo já bate tudo!».

Os acidentes aumentam: «a semana passada, por exemplo, havia um buraco na entrada da Segunda Circular para a Rotunda do Relógio que provocava acidentes de hora a hora!».

Esta situação é particularmente sentida pelos taxistas, sujeitos muitos deles a trabalhar 12, 14 ou mais horas por dia, já que muitos ganham à percentagem e aproveitam assim para ganhar «mais umas coroas», enquanto muitos outros guiam um Táxi depois de terem trabalhado em outro emprego, como são exemplo muitos homens da CARRIS, a pagarem nos táxis depois de oito horas de serviço com um autocarro. O cansaço é grande, prejudica a condução, agora a exigir um esforço maior de atenção...

«Se um profissional da CARRIS leva 55 contos para casa, tem muitas vezes de recorrer a «ganchos» para ganhar mais alguma coisa. Naturalmente que o trabalho num táxi se apresenta como uma alternativa».

Verdadeiros profissionais de táxi há relativamente poucos em Lisboa, segundo nos diz Américo Galego: «no sindicato estão filiados 300 taxistas, na Autocoop estão outros 300. Se pensarmos que há mais de três mil táxis em Lisboa, logo se vê que a grande maioria não está profissionalizada».

Depois há características próprias da classe que são, no mínimo, surpreendentes: «A Autocoop tem filiados, homens com mais de quarenta anos, que foram ao médico, pela primeira vez, lá na empresa».

«Muitos não se apercebem dos riscos que correm trabalhando tantas horas seguidas, nem se apercebem que colocam em risco terceiros».

O «país real» em Lisboa?

# Buracos<sup>I</sup>

Traumas, sarilhos, fraudulentos cacos  
caminham por aí de espanto em espanto  
enchem almudes, cântaros e sacos  
de espavento são mais: são de espavento,  
os buracos, são tantos os buracos,  
que os quero na memória do meu canto  
tantos e tais que já me deixam rouco.  
Valham-me dois Camões, um só é pouco.

## II

De buracos são colchas para as camas  
são buracos eróticos preceitos  
buracos architectam várias famas  
no segredo de vídeos imperfeitos.  
Senhores da alta e suas altas damas  
à mesa do Orçamento satisfeitos  
tomam o chá, e em vez de biscoitinhos,  
trincam suavemente buraquinhos...

## III

Buracos na Saúde são doenças  
abertos pelos vírus mais danados  
vales, facturas e concursos, tenças  
a irmãos, primos, amigos, afilhados  
eis que do gabinete — selvas densas! —  
culpáveis documentos são levados  
e a cândida ministra sem saber  
quem no buraco os fez desaparecer...

## IV

Passeiam-se os buracos na alameda  
regados a cognac bestial  
um, de contornos pardos, é Peneda  
«meu buraco é maior!» diz o Amaral  
sendo porém a controvérsia azeda  
sobre quem, neste reino buracal,  
pode dizer que tem no seu caminho  
um buraco maior que o do vizinho...

## V

Na Banca e nos Seguros mais se alarga  
o buraco da grande confusão  
com o Governo a fazer bruta descarga  
dos bens que são do povo, dele não.  
Acção tão feia e triste, tão amarga  
que passa de buraco a buracão  
cheio de carne viva em que se nutre,  
o lobo, a hiena, o regressado abutre...

## VI

E lá no ministério onde mais dura  
e mais perdura a dura e vil metralha  
onde Barreto esfola a agricultura  
rouba as terras das mãos de quem trabalha  
para as depor nas velhas mãos da usura  
que já tira dos coldres a navalha.  
Lá, em buracos, a lua envergonhada  
diz que, se lhe compara, não é nada...

## VII

No mundo fundo cada vez mais fundo  
dos dinheiros que vêm da CEE  
cada buraco é em si próprio um mundo  
cujo fundo a si próprio já não vê  
e tão avacalhado, tão imundo,  
com tais nomes na crista da maré  
que acha o Governo bom discernimento  
meter mais um buraco: o esquecimento...

## VIII

Eis que enfim o Cavaco remodela.  
Novos legumes tira do cabaz  
mete-os a todos dentro da panela  
e é igual à velha a sopa que ele faz.  
«Remolhação» é o nome que tutela  
os pobres figurantes do cartaz  
onde a imaginação doente e pobre  
com um buraco outro buraco encobre...

## IX

Dia a dia um buraco mais se abrasa  
na arte de agravar — triste ciência! —  
e não lhe escapa a nossa própria casa  
onde nos desafia a paciência.  
Mais que buraco é uma campa rasa  
um bueiro da peste e da demência.  
Aqui, de náusea e sem perdão me calo:  
pois do Telejornal sabeis que falo.

## X

Buracos são, cavernas, rombos, covas,  
buracos, buraquinhos, um fartum  
buracos que já deram suas provas  
buracos com buracos em comum  
entre buracos e buracas novas  
buracos acho eu que falta um:  
um buraco onde fiquem, sem cuidados,  
todos estes buracos enterrados...

# Esburacando

Parece que não, mas um buraco é um substantivo. É que, normalmente, de um substantivo pode falar-se à vontade, há mesmo uma certa facilidade em defini-lo sem recorrer ao sinónimo, estabelecendo a sua identidade e, no mais dos casos, a sua matéria.

Ora, de um buraco, parece que não é assim tão fácil.

Certamente porque se trata de uma negação. Um buraco será aquilo que **não é**. Mas toda a gente sabe o que é.

Recorrendo ao dicionário, a uma palavra aparentemente tão simples que toda a gente sabe o que é corresponde também uma simples definição — «abertura ou rotura em qualquer superfície»... Assim, a definição, fica mais próxima da ideia que temos por experiência «material». O peão ou o automobilista português e nomeadamente lisboeta sabe perfeitamente do que se trata, pois não deve haver ninguém que não tenha ao menos uma dúzia de vezes caído na abertura ou enfiado a roda na rotura.

Mas a definição apresentada não deixa de suscitar alguma reflexão e, puxando pela memória, poder-se-ia chegar mais facilmente à conclusão de que um buraco é a resposta àquela adivinha — qual a coisa, qual é ela, que, quanto mais se tira maior fica...

O dicionário, entretanto, não fica satisfeito com a sua própria definição. E avança com alguns sinónimos — «orifício; furo; cova; cavidade; toca». O mal dos sinónimos, porém, é que nem sempre eles apresentam um significado perfeitamente correspondente, um sentido absolutamente idêntico, como seria de esperar de sinónimos. Por exemplo, se um buraco pode ser uma abertura ou uma rotura, nem sempre uma abertura e uma rotura serão buracos...

Temos assim um substantivo difícil. Que o digam aqueles que têm caído nele. Ou que o tentam tapar quando acontece nas estradas. Ou desviar-se dele. Ou agarrá-lo, muito simplesmente. É um substantivo inagarrável.

Concreto, porém. Sendo imponderável, é mensurável. Mas nem sempre possui as três

dimensões susceptíveis de lhe dar capacidade, já que volume possui. Às vezes pode medir-se-lhe a fundura, outras vezes não. As mais das vezes, entretanto, pode medir-se-lhe a largura e o comprimento. Ou o raio, e assim determinar-lhe a área que, como se sabe, é uma certa quantidade de superfície (perdoe-se aqui ao dicionário a contradição — uma abertura numa superfície possuirá ela uma superfície determinada?). O certo é que, os buracos vulgares são aqueles que, com ou sem fundo, têm uma profundidade mais ou menos determinável.

Quanto aos buracos negros, não nos ocuparemos deles, visto que alguns teóricos mantêm que se trata de grandes concentrações de matéria, isto é, estão cheios, embora o seu poder de atracção seja tão forte que pode sempre lá caber mais alguma coisa.

Temos, portanto, variadas maneiras de encarar um buraco. Algumas delas não vêm ao caso, como a de espreitar pelo buraco de uma fechadura e outros modos feios de usá-lo. Sendo o jornal que somos, a abordagem política é a que mais nos serve. E logo se repara que buraco e política são duas palavras — quase diria conceitos — que suscitem facilmente analogias, tanto à esquerda como à direita, posto que os buracos nem sempre se apresentam redondos.

Temos por exemplo, em Lisboa, o buraco que Abecasis deixou e que Jorge Sampaio tem para tapar. Ou os buracos que as eleições abriram no PSD e o grande furo que isso foi sobretudo para o PS...

Temos, por exemplo, todos os anos — desde há muito — os buracos no Orçamento. Os buracos na bolsa do contribuinte. O buraco sem fundo que parecem ter os bolsos do Ministro das Finanças que, afinal, se sumiu pelo buraco da remodelação. Temos o buraco na memória de Cavaco que, se antes advertia do significado geral das eleições quando elas estavam para vir, logo depois deixou de as considerar senão como simples autárquicas. E do buraco que foi quando ele afirmou que tinha ganho as eleições, quando as perdeu. E dos buracos que fizeram no PSD os abandonos de grandes amigos de Cavaco, o Eurico, o Barreto...

Poder-se-ia certamente ir mais longe — mais fundo — usando apenas o buraco tal qual é, dadas as numerosas funções de é capaz. Recorramos, entretanto, aos sinónimos, a ver as aberturas que consentem:

**Aberta** — Uma aberta, em Portugal, é coisa demorada de conseguir. Veja-se o tempo que esperam as forças de esquerda por uma aberta na televisão. Há no entanto, uma receita: falar contra o PCP é a aberta que está a dar.

**Abertura** — Há a abertura na política, a abertura do diálogo. Este Governo de Cavaco não é capaz disso. Há também a abertura do muro — uma aberta. Ou um buraco, se for para o FMI entrar.

**Abismo** — Para onde se não deve caminhar. Cavaco passeia à beira dele. Alguns já caíram.

**Alvéolo** — Com dentes ou sem eles.

**Cabouco** — Vai ser preciso cavá-lo bem fundo.

**Caverna** — Há homens das cavernas por aí à solta. O anticomunismo cavernícola ainda floresce. Mas prevêem-se cavernas entre as hostes.

**Cova** — Já começou a abrir-se. Para enterrar a política de direita.

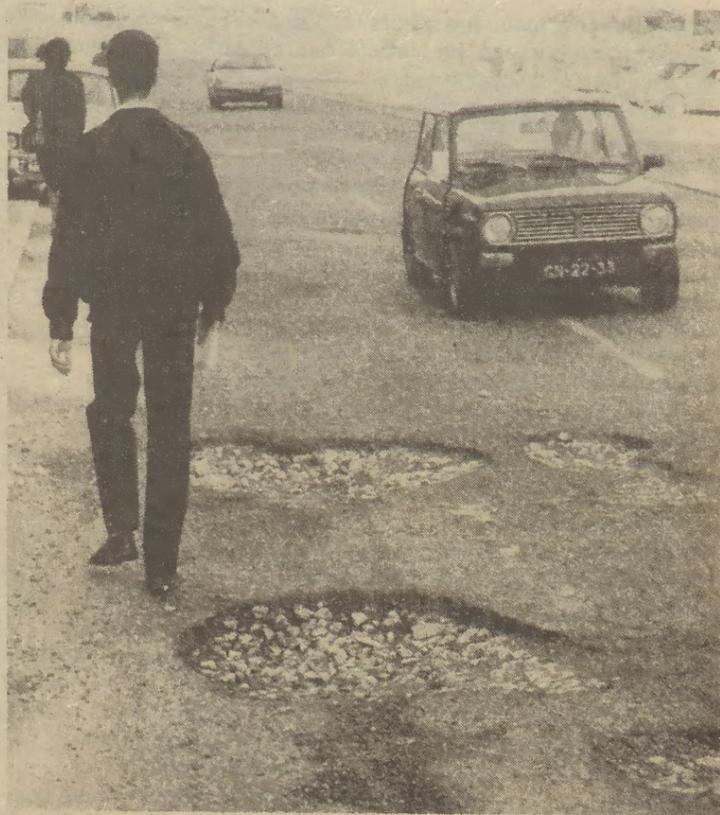
**Fossa** — Geralmente cheira mal. É no que dão os buracos mal limpos. A direita está na fossa. Ou quase.

**Fuga** — Para a frente também se foge. Há as fugas de gás, as fugas de informação, as fugas do navio que começa a meter água pelo...

... **Rombo** — Resultado às vezes dos encontros entre os amigos de ainda há pouco.

**Rotura** — Romper com a política de direita. Romper com os compromissos com a direita. Não se estão a ver.

É claro que há mais sinónimos. Uma boa porção deles. Escolhemos apenas alguns mais significativos. E deixámos outros, por redundantes. E outros ainda porque, enfim, prestavam-se mal à prosa. Encontrámos um que nos pareceu bom para um começo do ano: **Janela**. Aberta, claro, para fora.



## A pata na poça

Nestes conturbados tempos em que vivemos, segurança é bem que escasseia ainda mais do que as alfaves agora ao preço das cheias quando já todos as conhecemos ao preço da chuva.

Não falta já quem afirme que Portugal está à beira de contrair a síndrome que há décadas afecta o chefe da aldeia de Astérix com a diferença de que os portugueses não receiam que o céu lhes caia em cima mas sim que eles próprios caiam no buraco.

Porque nestes tempos em que o mundo parece todos os dias mudar de rumo no que se crê ser uma caminhada para o futuro, na lusa terra o tempo parece que encoidou e está apostado em voltar para trás, que é como quem diz para a idade das cavernas.

É certo que continua a cumprir-se a máxima de que a história não se repete. Tanto assim é que as cavernas de hoje desceram à cidade, mudaram de rumo e assentaram arraiais no que outrora foram os asfaltos, logo na horizontal, ainda que para baixo e cada vez mais fundo.

Mas em tudo o mais a regressão é visível.

Numa era em que andar a pé se transformou em receita médica, punição de diabruras infantis e manifestação de direito à diferença de uns quantos ecologistas, os portugueses tornaram-se pedestres à força depois de investirem todos os seus tostões arrecadados e a arrecadar no carrinho da promoção social.

E tudo isto por causa dos buracos. Que tornaram o trânsito impossível, liquidaram os veículos, desviaram as últimas poupanças para a oficina mais próxima.

Se alguém pensa que a situação

melhorou, bem pode ir tirando o cavaleiro da chuva, meio de transporte de resto a preservar com o maior cuidado.

É que os peões, desde que os buracos invadiram a cidade, não têm um momento de descanso. Se não chove, andam em jeito de gincana, desvia para ali, foge para acolá, cuidado com os doidos que ainda usam carros a fugirem do buraco para o passeio, a fugirem dos buracos para a estrada, olha outro buraco, onde é que vamos parar? Se chove ainda é pior. Só mesmo de bordão e prancha, o primeiro para atestar as profundezas cobertas de água e a segunda para lhes passar por cima.

E as molhas? Sim, as molhas, as legítimas, as da chuva e as outras, as selvagens, mais conhecidas por banhadas com muita lama à mistura, da água a saltar dos buracos sempre que alguma coisa lhes passa em cima, a deixar o peão em estado de desespero e a roupa em estado de desgraça.

E as crianças? Já alguém pensou nas crianças? Já alguém se deu ao trabalho de fazer estatísticas para saber quantas constipações, calças rasgadas, sapatos desfeitos, nódoas negras, ossos partidos resultam da existência dos buracos e da atracção irresistível que exercem sobre as crianças, em particular se cheios de água?

Não fosse Portugal um país de brandos costumes e já a presente situação tinha dado para o torto. Mesmo assim o caso não está para graças. Por muito menos se têm feito por essa História fora revoluções que deram brado.



■ Henrique Custódio

# Paris-Dakar enfim em Lisboa!

**B**uracos, meu caro amigo?!... Em Lisboa não há ruas com buracos, há buracos com ruas! Sorveu o resto da bica de mindinho espetado, olhou-me de frente com a satisfação de ainda haver cavalheiros com quem se pode conversar a um balcão de café e confidenciou, no empenho de quem fornece uma informação qualificada a alguém que a merece: dou uma «corrida» de borla a quem me pedir um serviço onde haja uma rua sem buracos! Olhou à volta um convite desafiador, decidi que os cinco minutos de conversa accidental nos dava direito a cumplicidades, pelo que me piscou o olho à saída, e regressou ao táxi que deixara estacionado à porta com as luzes de aviso acesas, onde já o aguardava um cliente. Este nosso curto diálogo com um motorista de táxi ocorrido casualmente num café de Lisboa testemunha, tão bem como qualquer outro, uma evidência para o cidadão que circule na capital: o estado calamitoso de todas as suas ruas e avenidas, onde a chuva persistente dos últimos meses abriu velhos e novos buracos a velocidades (e profundidades) assustadoras, pondo literalmente a descoberto a fragilidade dos pavimentos alfacinhas e a incompetência da entidade responsável pela sua conservação e melhoramento — a gestão Abecasis da Câmara Municipal de Lisboa, que foi agora apeada de um consulado de 10 anos no meio da maior burocracia de que há memória na história recente da capital. A vergonha de tudo isto só tem correspondência no perigo que constitui, hoje, circular em Lisboa. O problema é tão sério e real que o circunspecto «Times» já se lhe referiu, classificando o trânsito da capital portuguesa como um risco tão devastador que, dele, devem fugir todos os súbditos de Sua Majestade britânica. Descontando os exageros produzidos pela velha Albion sempre que necessita esconder os buracos da libra debaixo dos buracos dos outros (salvo seja), a verdade dos buracos de Lisboa continua aí, contundente e incontornável, a amolgar jantes e a partir eixos, a derrubar pessoas e a provocar desastres que, além de viários, são sobretudo diários. Viajar por eles para deles vos dar conta, estimados leitores, foi um risco que considerámos inerente à profissão. Eis o resultado de uma viagem bamboleante que, vivamente vo-lo aconselhamos, deveis experimentar apenas na leitura deste relato. Para fugirem às tentações imaginem, por exemplo, que estão a saber as últimas do rali Paris-Dakar e, por enquanto, não vão a Lisboa. Telefonem.

A Rotunda do Aeroporto é uma das grandes entradas da capital, por onde se comunica rodoviária e preferencialmente com o Norte e Centro do País. Houve mesmo há anos um S. Cristóvão que passeou por ali as suas toneladas de boa viagem, ora num lado ora no outro da Rotunda até se fixar umas centenas de metros a caminho da autoestrada de Vila Franca de Xira, num descampadozito discreto entre rodoviárias onde finalmente o depositou a inconstância de quem lhe encomendou o mármore sem lhe cuidar do sítio. Obedecendo, de resto, à mesma lógica que levou a colocar no círculo interior da Rotunda dois gigantes relógios que não funcionam há pelo menos 20 anos mas permitiram o enriquecimento onomástico da praça, chamada por isso e também do «Relógio». Em resumo: até pelo S. Cristóvão que foi feito para lá mas não o deixaram funcionar e os relógios que lá ficaram embora não funcionem, se vê como cuida do local quem manda no trânsito da cidade. Apenas se esqueceram do piso, mas as pessoas não são obrigadas a lembrar-se de tudo.

Se a Rotunda do Aeroporto (ou do Relógio, se preferirem) teve sempre um piso duvidoso, agravado por obras de restauro que nunca passaram da competência de cantoneiro, com a chuva dos últimos meses transformou-se num picada com duas originalidades: a de funcionar como entrada principal da cidade, e a de ser um círculo. Que irradia. Buracos. Uns para os Olivais; outros pela Avenida do Brasil fora; mais uns tantos a caminho do aeroporto;

outros ainda para a Segunda Circular. Os restantes apontando a Avenida Gago Coutinho, também dita do Aeroporto, por onde vamos entrar. Apertem os cintos, faz favor.

## Firme, com o rei no lombo

A Avenida Gago Coutinho, também dita do Aeroporto, faz uma entrada desafogada na cidade com as suas quatro faixas de rodagem para cada sentido. Talvez por ser democrático o buraco não poupou nenhuma, o que faz da avenida uma coisa larga em todos os sentidos: para os lados, para cima e para baixo. Com o picante de aparecer lisa como a frente do Abecasis e, como ela, faltar quando menos se espera. Ondulámos assim até ao cruzamento com a Avenida dos Estados Unidos da América, avançando para o Aireiro (mais uma Rotunda aos saltinhos), donde nos escapulimos Avenida Almirante Reis abaixo, a caminho da «baixa».

A Avenida Almirante Reis tem três quilómetros de comprimento animados pelo pequeno comércio, oferece a meio o refrigério dumá das grandes cervejarias da cidade e termina com um dos gigantes buracos da administração direita/Abecasis, o Martim Moniz. Antes de nele pormos seriamente à prova a suspensão da viatura, treinámos compenetradamente a mesma ao longo de três quilómetros de buracos ou um buraco de três quilóme-

tros, se preferirem, sem contar com a faixa dos eléctricos que liga o Martim Moniz à Praça do Chile que, confessamos, não nos atrevemos a experimentar devido a uma inesperada crise de vertigens. Engrenando contínuas primeira e segunda velocidades, alcançámos incólumes a Praça da Figueira onde o cavalo do D. João I nos deu o primeiro referencial de estabilidade: em três patas como é costume, lá estava ele firme com o rei no lombo e acima de qualquer buraco. Foi uma sensação reconfortante apesar de um pouco aérea e deu-nos alento para nos enfiarmos na Rua dos Fanqueiros.

## Rodas quadradas

Se eu não estivesse para aqui a esforçar-me por frases bem bonitas, modernas e originais, definiria já o chão da Rua dos Fanqueiros como um piso de fancaria, mas como isso até nem é exacto — fancaria foi-o sempre, aquele piso — dir-vos-ei que o dito cujo anda às costas de qualquer classificação moderna dado que fez uma regressão rodoviária até aos tempos imediatamente anteriores e posteriores ao terramoto, com troços plausivelmente definidos durante o próprio abalo. A situação é tal que cheguei a suspeitar que a profusão de carros estacionados sobre os passeios resultava de uma decisão automobilista colectiva de abandonar as viaturas e prosseguir a pé. Fosse ou não fosse, eu continuei firme no propósito de rolar pela «baixa». E devo dizer já que o



Em frente à presidência do Conselho de Ministros, na rua Teixeira Gomes, estava o único troço sem buracos, mas não o experimentámos não fossem pensar que nos estávamos a fazer ao piso...



Aqui a originalidade está no seguinte: enquanto a passeira de peões mal se vê, o buraco é de notória evidência.



Buracos, há-os do tamanho de alguidares

consegui, embora desconfiando frequentemente que as rodas se haviam tornado quadradas, que é um exagero pobre para tão extraordinários buracos mas a gente nem sempre encontra hipóteses suficientemente altas e fundas para as nossas precisões.

Entre o Rossio e o Terreiro do Paço o dédalo viário em que transformaram a primorosa esquadria pombalina das ruas está, finalmente, com uma lógica de base: a confusão é em todos os sentidos com incidência no da gravidade. Do Ouro ou da Prata, dos Sapateiros ou dos Correiros, da Vitória ou do Crucifixo é tudo o mesmo tormento de ruas. No Rossio, centro nevrálgico do burburinho alfacinha, a circulação assemelha-se a um circuito com bandas sonoras enquanto o Terreiro do Paço lembra que se está numa praça eminentemente ministerial, onde cair no buraco tem um de dois significados: se apenas se conseguir sair dele à força de reboque, está demonstrado que o País funciona, se o carro emergir sozinho isso demonstra a revitalização das energias nacionais, tudo naturalmente graças à acção governativa do executivo do professor Cavaco Silva. Como foi há pouco remodelado, também há quem diga, já, que o Terreiro do Paço não tem mais buracos do que tinha — andam é a mudar-lhes o sítio.

## Com tamanho de alguidares

Viajámos depois pela 24 de Julho até à Infante Santo, conseguindo sobreviver à travessia do Cais do Sodré e desviarmo-nos de 14 buracos médios e três grandes sem batermos em lado nenhum e antes de subirmos em direcção à Estrela. Isto somos nós a gabar-nos, porque por alturas da Praça da Ribeira lá estavam dois desgraçados que, manifestamente, não estavam suficientemente prevenidos para a existência dos buracos, tendo um deles travado quando viu um do tamanho de um alguidar, num repente que o parceiro de trás não compreendeu.

Ao cimo da Infante Santo virámos para os lados da presidência do Conselho de Ministros, na Rua Teixeira Gomes, onde vislumbrámos o único troço incólume da cidade para além das pistas do aeroporto e das escadarias de S. Bento, mas infelizmente não pudemos experimentá-lo porque ficava mesmo em frente ao edifício governamental e a gente não queria parar ali só para nos fazermos ao piso, não fôssemos ainda convidados para entrar na remodelação em curso.

Seguimos em busca da Segunda Circular através do bairro de Campo de Ourique — que justificou finalmente o nome pois assemelha-se a um campo onde passou uma valentíssima batalha — e Bairro de Campolide, ou mais exactamente Campo da Lide, automobilística, claro.

Estávamos seriamente a apostar na Segunda Circular como a excepção que provaria a regra, dado tratar-se de uma via rápida que faz a ligação Norte/Sul através da cidade de Lisboa. Felizmente somos uns apostadores prudentes e não acelerámos sob a impaciência dos que vinham atrás de nós e, ao ultrapassar-nos, iam arranjando consertos de oficina com a profundidade de al-

guns buracos de que não se pudessem desviar.

Aí esmorecemos. Não valia a pena apostar em mais nada, o buraco não tinha fim, Entre-Campos e Avenida da República estava igual à Avenida de Roma ou à das Forças Armadas, não havia banco ou ministério que escapasse, os edifícios públicos às vezes eram os que tinham pavimentos mais esburacados (se calhar por causa do excesso de uso) e às tantas já só nos apetecia era largar o carro e ir de metropolitano, o único transporte da cidade de que nos lembrávamos ter um funcionamento estabilizado embora com muita chiadeira. Mas falar desse buraco seria um disparate, dado tratar-se do único, na cidade de Lisboa, que toda a gente acha bem... e até curto de mais! ■



Na rua ou no passeio, aqui ninguém se safa do buraco!



Circular nas faixas dos eléctricos é de causar vertigens

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Epigrama

— Pois fui ao Telejornal  
como sempre tive em vista  
para investir no bragal  
social, com uma entrevista...

Diz-lhe outro, a quem isto dói:  
— Como fez isso você?  
— Ó meu caro como foi...  
Falei contra o PCP...

## «Chefe» modela em ré...

O Cavaco dizia, já em perigo  
de naufragar:  
— Remodelar  
não é comigo...

Foi remodelação  
no outro dia.  
Então  
por que seria?  
Quais as razões  
das opções?  
Porquê assim  
e não com «poses» de perlimpimpim?

Apenas a resposta ao «chefe» cabe  
se é que ele próprio sabe...

Perfil  
Não falou a ninguém.  
Faz tudo bem.  
Quem é alguém  
Só ele sabe quem.  
Se escuta, é com desdém.

As fortalezas já se desmoronam  
velhos amigos já o abandonam...

Desfaz-se o orgulhoso em fartos bodos.  
Severo, morde o pó.  
Dono de todos  
e afinal está só.

Receita para ministro  
Leitor, vamos a ver.  
Tu queres ser  
ministro? Queres? Pois então  
a solução  
é fácil, hoje em dia.  
Em suma:  
Candidatas-te a uma  
junta de freguesia.  
Perdes. Cavaco, em paga, dá-te guita  
faz de ti um ministro bem catita...

## Um mais um — igual a um

Primeiro, as eleições presidenciais  
foram o tal flagelo.  
O povo deu sinais  
e mostrou a Cavaco o cartão amarelo...

Foram as autarquias, a seguir.  
O PSD tremeu no seu castelo  
e tremeu furibundo:  
fora de novo o povo a mandar vir  
o cartão amarelo:  
era o segundo...

Vingasse neste rol  
a lei do futebol  
que nunca se atenua,  
e logo o escaravelho  
via o cartão vermelho  
e ia para a rua

Dentro, portanto, do que é normal  
o Governo de Cavaco é um governo «ilegal»...

# Pontos Cardeais



## Candidatos

Quinze mil alunos candidatos  
ao Ensino Superior ficaram  
sem hipótese de entrar para  
as universidades, por não  
terem conseguido vagas.  
Mas não dramatizemos:  
estes 15 000 candidatos  
podem ainda concorrer a  
partir de 15 de Janeiro às  
803 (oitocentas e três)  
vagas ainda não  
preenchidas, além de  
poderem reclamar no  
Ministério da Educação até  
sexta-feira próxima, com  
base num pequeno guia que  
inclui a nota mínima de  
admissão para cada curso.  
Encorajador, sem dúvida.  
Deve ser por isto que o  
actual ministro da Educação  
foi considerado  
«imprescindível» por Cavaco  
Silva, na recente  
remodelação governamental:  
não deixando sair Roberto

Carneiro, o Primeiro-Ministro  
assegurava-se assim de que  
os alunos não entravam...

## Hortícolas

Os produtos hortícolas  
atingiram nos últimos dias  
preços incríveis, falando-se  
de alfaces a 30 contos/grade  
e «encontrando-se» a couve  
lombarda a mais de 150\$00  
o quilo, tudo porque as  
cheias e a chuva destruíram  
a produção e o Governo deu  
rédea solta à  
comercialização, além de ter  
facilitado as coisas com a  
recente onda de aumentos.  
Tal como o até há dias  
ministro da Administração  
Interna, Silveira Godinho,  
considerava acerca das  
cheias — segundo ele um  
«problema natural» que as  
suas vítimas encaravam com  
à-vontade pelo que seria  
exagerado declarar o estado

de calamidade pública para a  
zona — estes aumentos de  
brutal especulação também  
deverão ser encarados pelo  
executivo como naturais.  
Por estas e por outras é que  
todos vão acabar um dia  
destes demitidos como  
Silveira Godinho, com uma  
pequena diferença: é que  
nessa altura todos saberão  
porquê.

## Maior

O novo Governo de Cavaco  
Silva que anteontem entrou  
em funções com a posse de  
novos secretários de Estado,  
tem 60 membros e é um dos  
mais numerosos desde o 25  
de Abril. Em relação ao  
anterior o actual elenco  
beneficiou (ou sofreu?!...) o  
acréscimo de cinco  
elementos, um deles titular  
de um novo ministério, o do  
Ambiente e Recursos

Naturais, compreendendo,  
além do Primeiro-Ministro, 16  
ministros, 42 secretários de  
Estado e um subsecretário.  
Ora tomem! Se o Governo  
não está melhor, ao menos é  
garantido que está maior...

## Divergências

O ex-ministro da Agricultura,  
Álvaro Barreto, afirmou que  
vai regressar à Assembleia  
da República sem qualquer  
intenção divisionista «apesar  
das divergências» que  
existem entre si e o Primeiro-  
-Ministro. E acrescentou: «Se  
houver bases para discordar  
fá-lo-ei, mas sempre dentro  
da disciplina que regula o  
partido. Venho com a  
intenção de apresentar os  
meus pontos de vista, mas  
sempre com o objectivo de o  
fortalecer e não de o dividir».  
Sementeiras.



## Parlamento Europeu

# Presidência nova com problemas velhos

O Parlamento Europeu dá início aos seus trabalhos no ano em curso na próxima segunda-feira, dia 15, tendo em agenda questões tão importantes como diversificadas: o Mercado Único, a União Económica e Monetária, o Meio Ambiente, as Relações com Países Terceiros, entre outros, que auguram um mandato bem agitado à nova presidência, a cargo da Irlanda.

Com o início dos anos 90 começou a contagem decrescente para a concretização, até 31 de Dezembro de 1992, do Mercado Único ou Mercado Interno, ou seja, o tão falado espaço europeu sem fronteiras entre os Doze Estados-membros, em que pessoas, mercadorias, serviços e capitais passarão a circular livremente.

Teoricamente, até àquela data serão resolvidas as questões e tomadas as medidas necessárias para pôr termo às profundas diferenças que hoje se registam entre os Doze nas mais diversas matérias e constituem um obstáculo à livre circulação.

No entanto, em termos práticos, muitos são no seio da Comunidade os que duvidam da viabilidade de, em tão curto espaço de tempo, cumprir as etapas indispensáveis à concretização de um verdadeiro mercado interno, entendido na perspectiva da criação de uma Europa dos cidadãos.

Paraná, a presidência irlandesa irá ter a seu cargo dar seguimento a matérias polémicas, como é o caso da harmonização fiscal, da liberalização dos transportes aéreos e dos serviços de telecomunicações.

Para se ter uma ideia da complexidade daquelas matérias refira-se, a título de exemplo, que os esforços no sentido da harmonização fiscal tiveram início na década de 60 estando ainda longe do seu termo. A criação do famoso IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), calculado de uma forma comum, é

o resultado mais palpável dos esforços comunitários e, mesmo assim, e apesar das diversas directivas complementares adoptadas desde 1967, continua a apresentar reconhecidas lacunas.

A necessidade de corrigir os factores que causam distorções de concorrência e diferenças de preços artificiais entre os Estados-membros (em que avulta a diversidade da tributação indirecta), se reconhecida, nem por isso tem tornado mais fácil a adopção de medidas comuns a contento de todos.

## Os objectivos e a prática

Também no que se refere à liberalização dos transportes aéreos a situação presente está longe de ser a mais satisfatória, tendo em vista a data de 1992. Em princípio, em Junho deste ano o sector deveria dar início à segunda fase de liberalização, o que pressupõe o cumprimento por parte dos Doze do «pacote» de 4 medidas aprovado em Dezembro de 1987 sobre tráfego aéreo. As quatro medidas, representando um mínimo de desregulamentação do mercado, deveriam ter como efeitos, entre outros, a oferta de novos serviços a preços mais baixos, tarifas ultra-reduzidas, sem necessidade de estadia por seis dias no local de destino; acréscimo de competitividade entre empresas do sector; oferta de maior capacidade baseada em critérios de gestão empresarial; abertura

das rotas mais importantes à competição directa entre transportadoras aéreas; combinação de pontos entre aeroportos de várias categorias.

Também aqui os atrasos são consideráveis.

O mesmo se poderá dizer em relação às telecomunica-

ções, apesar dos - polémicos - passos dados neste domínio. Basta comparar a realidade com o objectivo expresso em 1987 no Livro Verde da Comissão sobre o desenvolvimento do mercado comum de serviços e telecomunicações e equipamentos: «O objectivo último é o desenvolvimento das condições que permitam aos utentes uma maior variedade de serviços de melhor qualidade e a mais baixo custo, por forma a dar à Europa os benefícios totais de um sector de telecomunicações forte e coeso».



Entre outras coisas, o que a Comissão considera «preocupante» é a situação em Portugal (entre outros países), devido ao seu elevado défice das transacções correntes.

Mas mais preocupante é o facto de a mesma Comissão considerar que em Portugal os excessivos aumentos salariais contribuíram para diminuir a competitividade de bens e serviços oferecidos pela economia interna.

Ou seja, na perspectiva do Mercado Único - e quando nem as metas acordadas foram ainda alcançadas - parece esperar-se que Portugal baseie a sua participação na «competitividade» assente nos baixos salários e numa especialização desvalorizada.

O que significa que, neste novo ano europeu, os portugueses vão continuar a ter, nas matérias em debate no Parlamento Europeu, de prosseguir a luta pela defesa dos interesses nacionais, como de resto fazem, desde a primeira hora, os comunistas portugueses.

## Comissão consulta os Doze sobre importações de calçado de Taiwan e Coreia do Sul

A Comissão da CEE anunciou, em finais de Dezembro, que vai consultar os Estados-membros sobre os resultados do inquérito a que procedeu a nível comunitário sobre as importações de calçado originário de Taiwan e da Coreia do Sul. Só após essa consulta a Comissão estará em condições de decidir sobre medidas a adoptar sobre a matéria.

A informação consta da resposta daquela instituição a uma pergunta dos deputados Carlos Carvalhas e Barros Moura, preocupados com as consequências da concorrência dos referidos países num sector da maior importância para a economia portuguesa.

Segundo o executivo co-

munitário, o referido inquérito, já concluído, foi «demasiado complexo devido ao número considerável de fabricantes (mais de 15 000), à sua fragmentação em pequenas e médias empresas, à extensão da gama de produtos considerados e à diversidade dos mercados dos Estados-membros».

De acordo com o comissário Frans Andriessen, que assina a resposta, àquelas questões há ainda a acrescentar «as dificuldades de transposição para as diferentes categorias consideradas (couro, sintético, têxtil, pantufas, borracha e outros) dos dados fornecidos pela indústria».

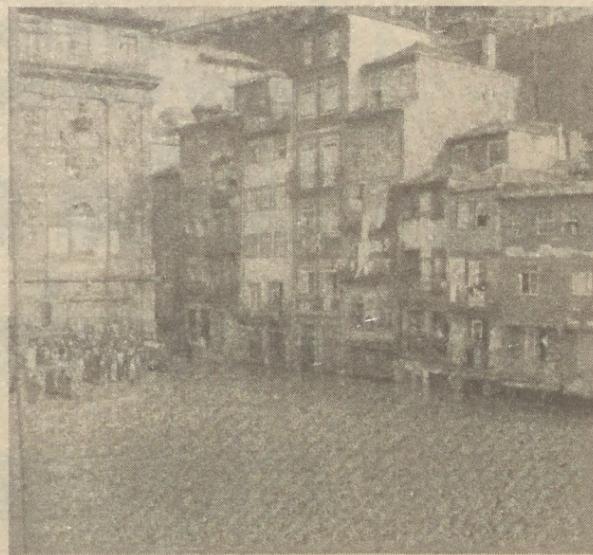
Por outro lado, e em resposta às preocupações de

Carlos Carvalhas e Barros Moura com o facto de a Comunidade estar a sofrer a concorrência, na indústria do calçado, de países que continuam a ter medidas protectoras no mesmo domínio, como é o caso da China, da Índia e do Brasil, para além dos já citados, a Comissão informa a sua disposição de «reforçar os esforços» para conseguir «a abertura dos países terceiros que são ainda protegidos no sector do calçado».

De recordar que, na sua pergunta à Comissão, os deputados comunistas salientavam que a parte das importações de calçado proveniente de países terceiros passou de 27 por cento em 1986 a 35 por cento em 87 e a

41,7 por cento em 1988, com 180,7 milhões de pares provenientes de Taiwan e Coreia do Sul e 183,4 milhões provenientes da China, Tailândia, Indonésia e Malásia, para onde os dois primeiros países referidos deslocaram unidades de produção.

Para os deputados do PCP, a questão que se coloca é a de saber como é que a Comissão «entende garantir o emprego numa indústria que, nos sete primeiros meses de 1989, perdeu 239 unidades de produção e 13 200 empregos», bem como quais as medidas específicas a tomar em favor de países como Portugal, «onde a indústria do calçado tanto representa no emprego e na exportação».



## Temporais em Portugal Eurodeputados do PCP pedem auxílio no PE

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu - Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura - apresentaram naquele órgão comunitário um pedido de auxílio de emergência às populações dos vales do Tejo e do Sorraia e da Bacia do Douro, afectadas pelos temporais que assolaram recentemente o País.

Os deputados portugueses, em nome do Grupo Coligação de Esquerda, recordam na sua proposta de resolução que «as fortes chuvas caídas durante a quadra do Natal e que afectaram particular e duramente os vales do Tejo e do Sorraia e a Bacia do Douro, mas também outras regiões como as de Viana do Castelo, Guarda e a Várzea de Setúbal» provocaram avultados prejuízos às populações. Prejuízos agravados ainda, nalguns casos, com as descargas de segurança nas barragens e albufeiras do Tejo e do Douro, quer em Portugal como em Espanha.

Como se refere no texto da proposta, tais descargas fizeram engrossar os caudais dos rios «que registaram subidas dos níveis das águas de mais de 8 e 9 metros, ultrapassando mesmo os 18 metros na cidade de Peso da Régua, agravando a situação».

Na opinião dos deputados comunistas, a gravidade das cheias e inundações atingiu um estado que se pode considerar de calamidade pública, «havendo a lamentar um desaparecido, dezenas de povoações isoladas, casas e estabelecimentos comerciais inundados, centenas de famílias desalojadas e evacuadas de emergência, estradas, linhas férreas e comunicações telefónicas cortadas, sementeiras e culturas destruídas, dezenas de milhares de hectares de culturas e pomares inundados e gados perdidos, portos encerrados e actividades piscatórias suspensas, actividades económicas paralisadas nas regiões mais duramente atingidas, entre outros danos e prejuízos».

Fazendo notar que estas calamidades só têm paralelo mais recente nas catastróficas cheias registadas no País em 1978 e 1979, os

eurodeputados sublinham que a normalização das zonas afectadas será morosa «devido aos aluimentos e desabamentos de terras, à limpeza e remoção de lamas, reparação de estradas, pontes e inúmeras obras de arte; recuperação de habitações, estabelecimentos comerciais e de terrenos agrícolas, exigindo avultadas verbas para tal efeito».

Face a esta situação, e tendo em conta os avultadíssimos prejuízos materiais - de resto ainda impossíveis de estimar - os deputados comunistas defendem a concessão, pelos organismos comunitários competentes, de um «auxílio de emergência de acordo com a situação de calamidade em que se encontram as populações e as regiões atingidas».

Na sua proposta, os deputados comunistas chamam a atenção para «a necessidade de envolver nesse auxílio a colaboração e participação da Protecção Civil do Território e das autoridades municipais das áreas sinistradas».

Esta iniciativa é tanto mais importante quanto é reconhecido que, a nível nacional, «existe uma insuficiência de meios para fazer face à situação, sobretudo no que respeita à cobertura dos prejuízos e das dificuldades que serão enfrentadas pelos agricultores e empresários de menor dimensão», como afirmou há dias Rogério de Brito, Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas.

Aquele deputado comunista falava no final de uma visita da Comissão às zonas mais afectadas no Algarve, tendo sublinhado que «o montante de subsídios a fundo perdido atribuídos pelo Governo, face à extensão dos prejuízos verificados, se afiguram manifestamente insuficientes».

Internacional

# Liberdade e perestroika opção de fundo num caminho acidentado

A urgente resolução de problemas económicos que afectam a população no seu quotidiano, e a premência de questões étnicas e nacionais, que assumem mesmo nalguns casos carácter explosivo — são hoje preocupações centrais na União Soviética, em simultâneo com a concretização e aprofundamento da perestroika em todos os planos. Um quadro que não é fácil. Momento talvez particularmente complexo num processo que entretanto encerra em si perspectivas e esperanças imensas para o povo soviético, para o futuro do socialismo, e na verdade para toda a Humanidade.

Por isso valerá a pena começarmos por referir — pelas palavras de Gorbachov no encerramento dos trabalhos do Congresso do povo, neste passado Natal — que caminhos se visualizam e, o que não é menos importante, que métodos, para o futuro imediato e as batalhas de hoje da perestroika.

## Liberdade e perestroika

«Repusemos nas bandeiras do socialismo a palavra de ordem «Liberdade!», no sentido mais lato do termo», diz Gorbachov na sua alocução de encerramento do

Congresso. E sublinha: «Quaisquer que sejam as deficiências, as dificuldades e os erros da própria perestroika, não devemos esquecer os valores essenciais que, no fundo, a sociedade já conquistou».

Os caminhos a seguir neste difícil processo, são inequivocamente afirmados.

«Se me perguntassem qual o objectivo mais premente que se nos coloca neste momento, apontaria a unificação de todos os adeptos da perestroika, de todas as pessoas concientes de que a saída do país da difícil situação actual passa unicamente pela renovação revo-

lucionária da sociedade soviética.

«Não é segredo que há também quem alegue que o sistema totalitário, ainda que assente no terror e na violência, assegurava a disciplina e a ordem, enquanto a democratização e a liberdade só provocam o caos e a anarquia. Sem me querer envolver em debates filosóficos que não me parecem convenientes no momento, direi apenas que, quem tem medo nunca constituirá uma sociedade dinâmica, espiritualmente saudável e capaz de progresso espontâneo e autodesenvolvimento. O nosso passado é claro testemunho disso. O medo apenas preserva temporariamente a ordem, ou melhor, uma ordem que retira ao socialismo o seu conteúdo humanitário e a sua essência.

«A glasnost pôs a descoberto muitos factos obscuros, maus e imorais que o clima de medo havia disfarçado e acumulado durante muitos anos. **Só podemos escolher um de dois caminhos: ou a liberdade e a perestroika, ou a ordem das casernas e o recuo. Escolhemos a primeira opção e não desistiremos dela.** Será através da democracia e da legalidade que formaremos a nova disciplina, verdadeiramente socialista, e uma ordem baseada no direito, e não numa ditadura. Eis o objectivo comum dos trabalhadores e das autoridades. Não nos deixaremos empurrar para o pânico nem intimidar pelos avisos de que tudo acabará no caos e na «revolta na rua».



Diálogo e debate colectivo — a via apontada pela perestroika para a sua própria concretização e desenvolvimento

## Reforma económica

A necessidade de tomar medidas urgentes no plano económico, foi prioridade nos debates do Congresso do Povo.

Os deputados aprovaram o plano de governo apresentado por Ryjkov, que prevê a adopção gradual de uma economia de mercado controlado, assente na escolha livre de parceiros, num sistema de preços flexível, na ligação da actividade económica dos diversos ramos e regiões, na coordenação das tarefas socioeconómicas a nível federal e local.

Note-se que este voto de confiança no governo de forma alguma é incondicional. Trata-se de melhorar radicalmente a conjuntura no mercado de consumo, num curto prazo. Na verdade elemento importante na indispensável confiança das massas na perestroika.

Em torno da questão candente da economia, o debate foi intenso. Houve, por exemplo, quem se pronunciasse pela passagem directa a um «mercado livre» e pelo restabelecimento da propriedade privada, como foi caso dos economistas Popov e Antanavitchus.

E também quem se opusesse à implementação de explorações familiares da terra (entre outras formas de organização do trabalho e propriedade), como Egor Ligatchev.

O peso das dificuldades económicas no plano quotidiano, foi particularmente realçado, por exemplo nas palavras de uma tecedeira de Omsk, Sibéria, que disse: «o povo deixa de acreditar na perestroika, porque as dificuldades aumentam e leva-

se demasiado tempo a ultrapassá-las».

Ficaram para aprovação no próximo Congresso, em Fevereiro-Março, leis fundamentais para a transformação da economia nacional (entretanto sujeitas a amplos debates nacionais) — as leis da terra, da propriedade, do sistema tributário único, das autarquias locais, da auto-gestão económica local.

Comentando a reforma económica e o programa governamental de medidas de saneamento económico, aprovado no Congresso, o primeiro-ministro soviético, Rijkov salientou, em entrevista ao «Pravda», a profunda ligação entre reforma económica e política.

«A reforma económica está orgânicamente ligada às transformações do sistema político e à criação de um Estado de direito, que constituem as orientações básicas da perestroika», disse, «o conceito de política económica e de todas as medidas concretas devem corresponder, antes do mais, aos interesses e às necessidades do homem, tendo por objectivo elevar o nível de vida e criar os fundamentos económicos de uma sociedade socialista humana e democrática».

Para atingir os objectivos colocados, Rijkov disse que a direcção soviética usa métodos qualitativamente novos, «caracterizados pela democracia e pela passagem de uma economia estatizada para a diversidade de formas da propriedade socialista e os métodos económicos de gestão».

O primeiro ministro soviético, na mesma entrevista, excluiu qualquer forma de privatização das grandes empresas estatais, que ga-

rantem o funcionamento estável da economia nacional. «A propriedade privada, incluindo os meios de produção na actividade laboral individual, poderá estimular sensivelmente a economia soviética e o seu desenvolvimento proporcionará efeitos positivos em domínios em que as grandes empresas são pouco eficazes», afirmou Rijkov, referindo a propósito o imprescindível aumento da produção de artigos de consumo generalizado e dos serviços à população.

## Questão nacional

É no plano das questões nacionais e étnicas que se têm revelado e evoluído as mais dramáticas situações e problemas.

Nestes dias, tem sido a República autónoma do Nakhichevan, que faz parte da República soviética do Azerbaijão, o ponto de conflitos e tensão.

Pondo em causa a fronteira soviético-iraniana, grupos de muçulmanos destruíram praticamente as instalações fronteiriças que separam os dois países, tendo sido mesmo necessários encontros a nível oficial com o Irão, que entretanto protestou contra os incidentes.

Novos incidentes ocorreram também na região de Nagorni-Karabak, enclave de maioria arménia no Azerbaijão.

Em reunião entretanto realizada em Baku, por responsáveis do PC do Azerbaijão e enviados especiais de Moscovo, foram dirigidas críticas ao CC do PCUS e ao governo soviético por questões «que inquietam as populações e tocam os seus sentimentos», permanecerem sem resolução durante tanto tempo.

Como é sabido, a questão nacional passa também hoje por dentro do PCUS — é o caso da PC da Lituânia.

Não por acaso, no Congresso do Povo, ao referir-se aos problemas nacionais, Gorbachov alertou: «atingimos um limite perigoso», sublinhando, ao apelar à razão humana, «que é preciso pôr fim às discórdias e incompreensões, excluir os métodos de pressão, de bloqueio e de violência».

A mesma aposta no diálogo e nos métodos políticos para solução dos problemas, que a perestroika utiliza como meio de superação de problemas e de abrir caminhos de futuro, em todos os domínios.

## Mensagem ao PC do Chile

O Comité Central do PCP, enviou ao CC do Partido Comunista do Chile, a mensagem que transcrevemos:

Queridos Camaradas, Na passagem do 68º Aniversário da fundação do Partido Comunista do Chile, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do Partido Comunista do Chile e, por seu intermédio, todos os militantes do vosso Partido e o povo trabalhador do Chile.

O PCP, saúda uma vez mais a importante vitória alcançada pelo povo chileno nas recentes eleições para o cargo de Presidente da República do Chile, derrotando clara e inequivocamente o candidato do ditador Augusto Pinochet, a qual constitui um importante passo no sentido da democratização do Chile.

O PCP manifesta a sua inteira solidariedade à luta do PC do Chile pela sua legalização, pela conquista da democracia e a liberdade pela defesa dos interesses dos trabalhadores pelo progresso social, a paz e o socialismo.

Nesta ocasião, o PCP renova a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade desde há muito existentes entre o PCP e o PC do Chile.

Viva o 68º Aniversário do Partido Comunista do Chile!  
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista do Chile!



O ensino é outra das preocupações da sociedade soviética, também como investimento seguro, quer no plano económico, quer no fundamental plano humano

PCP

## CC do PCUS analisa situação na Lituânia

# Gorbachov: O destino da *perestroika* depende da unidade do PCUS

No passado dia 25 de Dezembro realizou-se um plenário do Comité Central do PCUS convocado especialmente para discutir a situação criada pelas decisões tomadas pelo 20º Congresso do Partido Comunista da Lituânia.

O secretário geral do PCUS, Mikhail Gorbachov, pronunciou um extenso discurso que história e analisa o problema e defende face a ele um conjunto vasto de medidas.

Como habitualmente, a imprensa ocidental - que à questão tem dedicado largo espaço - tem privilegiado a audição de dirigentes lituanos e deu do discurso de Gorbachov relatos breves e tendenciosos. A extensão do documento impede-nos, por evidentes razões de espaço, a sua publicação na íntegra, mas divulgam-se extensos excertos que dão com maior clareza conta do conjunto de ideias apresentado. Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção do «Avante!».

## O 20º Congresso do Partido Comunista da Lituânia

Atravessamos provavelmente a etapa mais delicada das transformações revolucionárias. A nossa actuação será decisiva para o futuro do País e dos povos que o habitam. Daí a enorme responsabilidade que recai sobre o Partido Comunista da União Soviética. É evidente que o PCUS, para cumprir as funções de vanguarda política, deve modernizar as suas estruturas, actualizar o estilo e os métodos de trabalho em função das novas tarefas que se colocam.

O avanço da *perestroika*, o balanço dos seus resultados, as conclusões a tirar para o futuro, a vida interna e a democratização do Partido estarão no centro da atenção dos comunistas e de todo o povo antes e durante o XXVIII Congresso do PCUS. Torna-se, no entanto, claro desde já que o PCUS precisa, hoje como nunca, de estar coeso em torno dos objectivos da *perestroika*.

O Bureau Político convocou este plenário do Comité Central com o objectivo de analisar uma situação invulgar para o nosso Partido. Como deveis saber, o 20º Congresso do Partido Comunista da Lituânia acaba de aprovar uma «Declaração de Independência do PCL», uma resolução «Sobre a situação do PCL», assim como um programa e estatutos.

(...) um Congresso convocado ao abrigo dos estatutos do PCUS proclama a independência em relação ao PCUS, ou seja, aprova uma decisão que viola aos estatutos do PCUS.

(...) Sobre o 20º Congresso do PCL quero ainda informar-vos que um grupo de delegados contrários à autonomia do Partido Comunista da Lituânia convocou uma conferência deste Partido.

Segundo informações publicadas pela imprensa lituana, «na conferência participaram 144 delegados, além de representantes de várias organizações partidárias de Vilnius, Kaunas e de distritos rurais.

(...) Se chamarmos as coisas pelo seu nome, estamos perante um passo no sentido da ruptura orgânica e política com o PCUS. Tal decisão ultrapassa largamente o âmbito das relações internas no Partido. No fundo, trata-se de um golpe na reforma política, nas nossas esperanças e planos

de renovação da sociedade socialista com base no humanismo e na democracia.

## Os antecedentes

(...) Quero deter-me, pelo menos de forma resumida, na luta política que se tem desenvolvido nos últimos dois anos naquela República.

Os acontecimentos desenvolveram-se segundo uma lógica determinada, reflectindo a incapacidade de alguns dirigentes partidários de controlar e influenciarem a situação política na Lituânia e concretizarem a política da *perestroika* traçada pelo PCUS. (...) os dirigentes do CC

guarda. A estabilidade social não foi aproveitada a tempo para elaborar um programa de actividade eficaz. A inércia revelada pelos dirigentes partidários da Lituânia e a estagnação que se verificou no trabalho político provocaram o descontentamento da população. A situação foi habilmente utilizada pelas forças anti-socialistas e esquerdistas, que começaram a criar na República numerosas associações de diferentes orientações políticas.

A força melhor organizada é a «Sajudis», formada com a participação de artistas, cientistas e membros do Partido bem conhecidos. O imobilismo na actividade partidária e o apego aos velhos padrões impediram os comunistas de se tornarem a força dirigente na «Sajudis». A substituição dos dirigentes do Partido Comunista da Lituânia, em Outubro de 1988, permitia tirar lições das falhas cometidas e iniciar a superação da crise, com base nas forças progressistas do Partido e da sociedade. Mas tal não aconteceu, infelizmente. O camarada Brazauskas e o aparelho que dirigia caíram no extremo oposto. Optaram pelo apaziguamento e por cedências às reivindica-

anti-socialistas tencionam utilizar a Igreja católica, que entrou em fase de crescente politização.

## A actuação dos dirigentes comunistas lituanos

Nesta conjuntura, quando era necessário manifestar o máximo de fidelidade aos princípios do PCUS, os dirigentes do CC do Partido Comunista da Lituânia assumiram uma posição de fraccionamento político e seguiram passivamente as manifestações nacionalistas. O Partido renunciou totalmente às decisões dos seus plenários, que ainda há pouco tinham feito uma análise realista da situação na Lituânia, os dirigentes do CC do Partido Comunista da Lituânia assumiram uma posição de fraccionamento político e seguiram passivamente as manifestações nacionalistas. (...) A influência do Partido em várias cidades lituanas baixou, diminuiu o número de operários e camponeses entre os dirigentes partidários eleitos.

Ao mesmo tempo, os comunistas que não concordam com a ideia de «independência total» são rotulados de inimigos

«problema do Báltico», há planos provocadores de dirigir um apelo à ONU e ao Parlamento Europeu solicitando que seja exercida pressão sobre os dirigentes soviéticos. Bate-se à porta da embaixada dos EUA em Moscovo e da Casa Branca. São essas as orientações com as quais se busca solução para os problemas candentes.

Com este fim, emissários da «Sajudis» e de diversos grupos políticos fazem viagens sistemáticas ao estrangeiro e tentam até entrar em conversações oficiais sobre assuntos políticos e económicos em nome dos seus povos, não raro agindo de maneira provocatória. (...) A tática utilizada merece grande atenção - vários deputados pela «Sajudis» aproveitam as palavras de ordem da *perestroika* com o intuito de criarem em ambiente favorável à tomada do poder por via «parlamentar». Foi elaborado e está a ser concretizado um calendário de desmantelamento das conquistas socialistas na República, até há pouco abrangendo os próximos dois anos.

(...) A pressa com que foi convocado o 20º Congresso do Partido Comunista da Lituânia deve ser encarado no contexto vigente na República e da posição dos dirigentes do Partido. Os delegados foram eleitos num clima de campanha anti-centralista frenética, de forma a reduzir ao mínimo o número de adversários ao abandono do PCUS. Basta constatar que os delegados operários e camponeses constituíam menos de três por cento do total!

(...) A cúpula do Comité Central do PCL contribuiu para a manipulação da opinião pública a seu favor, ao passo que os seus oponentes eram, não raro, atacados e perseguidos. Numa palavra, o pluralismo de opiniões foi completamente suprimido.

## Que medidas se tomaram

(...) Surge uma pergunta lícita: porque não se conseguiu impedir a evolução negativa dos acontecimentos? Camaradas: a direcção do PCUS estava ao corrente da situação na Lituânia e examinou mesmo os acontecimentos reiteradas vezes com os dirigentes lituanos. (...) Todavia, as medidas tomadas pelos organismos federais não tiveram repercussão positiva na República e esbarraram invariavelmente com uma declarada resistência. As resoluções do CC do PCUS foram silenciadas ou deturpadas.

Naturalmente que tudo isso suscitou entre nós fortes dúvidas e reservas. Porém, os camaradas Brazauskas, Beriozov e outros dirigentes da República alegavam ser necessário proceder assim para respeitar a opinião predominante nas estruturas partidárias e na sociedade lituana.

Para falar francamente, considerávamos atentamente as suas propostas e aprovámos muitas delas atendendo às

particularidades históricas e aos aspectos dramáticos da implantação do socialismo na Lituânia. Demonstrámos cuidado e profundo respeito pelo sentido de dignidade nacional do povo. E qual foi a reacção dos camaradas lituanos? Atente-se num exemplo. Todos conhecem as dificuldades que acompanharam a aprovação da lei de autonomia económica da Lituânia. O Bureau Político do Comité Central do PCUS, o governo federal e os deputados do povo esperavam que a aprovação dessa lei contribuisse para a estabilização efectiva da situação na República e para o reforço da posição do Partido Comunista e dos seus dirigentes. De então para cá, porém, a concessão da autonomia económica da Lituânia passou a ser apresentada como o principal argumento para a saída do Partido Comunista da Lituânia do PCUS. Alega-se que uma República economicamente autónoma não pode continuar a ser politicamente dependente. Estamos perante um caso de malabarismo verbal, de lógica às avessas.

(...) As decisões do 20º Congresso não são legítimas nem conforme aos princípios estatutários. Os delegados ao Congresso foram eleitos nos termos dos estatutos do PCUS, de acordo com a plataforma política do PCUS e as normas da vida partidária do PCUS. Os comunistas da República delegaram neles a missão de prosseguir a *perestroika* e manter a unidade do Partido, mas não lhes deram qualquer competência para decidir sobre a saída do PCL do PCUS. Portanto, as decisões tomadas não são válidas. Só os membros do PCUS, cada um deles, têm o direito de decidir sobre a sua permanência num ou noutro partido. Nenhum Congresso pode transferi-los mecanicamente de um partido para outro.

## Perestroika e consciência nacional

(...) A *perestroika* deu origem a um vertiginoso processo de recuperação da autonomia e consciência nacional, do sentido de orgulho de todos os povos soviéticos pela sua história, cultura, língua, tradições e costumes. O desejo de salvaguardar e enriquecer os valores nacionais seculares é hoje muito forte. O PCUS apoia este processo e condenou irreversivelmente a falsificação grosseira da política étnica de Lénine, as violações que atingiram os povos. Reconhecemos a necessidade de remodelação radical e saneamento da Federação Soviética.

(...) A consciência nacional, nas suas formas naturais, é enriquecedora para qualquer nacionalidade ou etnia. Mas o nacionalismo, que se infiltra na consciência nacional por falta de consciência política, paralelamente ao exacerbamento das paixões, é um veneno que,



I Federação Russa  
II Ucrânia  
III Bielorrússia

IV Uzbequistão  
V Kazaquistão  
VI Geórgia

VII Azerbaijão  
VIII Lituânia  
IX Moldávia  
X Letónia  
XI Kirguízia

XII Tajiquistão  
XIII Arménia  
XIV Turqueménia  
XV Estónia

do Partido Comunista da República desviaram-se da política do Partido e assumiram posições oportunistas, cortejando as forças nacionalistas e separatistas e cindindo o Partido

Na fase inicial da *perestroika*, a oposição não reunia senão algumas dezenas de pessoas, cujas ambições políticas não se estendiam além da legalização e do desejo de ganharem popularidade através do atizar de sentimentos nacionalistas. A actividade da oposição, porém, intensificou-se progressivamente. As forças nacionalistas, aproveitando o dinamismo dos processos sociais, aderiram aos lemas da *perestroika* com o objectivo de denegrir o socialismo.

O perigo de tal fenómeno não passou despercebido. E, a partir desse momento, o Partido Comunista começou a perder as suas posições de van-

ções cada vez mais radicais da «Sajudis», o que só reforçou os ânimos direitistas dessa organização. O Partido sentiu, especialmente, a perda de influência sobre os meios de comunicação social, à medida que se reforçava, a «Sajudis» intensificava a confrontação e a luta pelo poder.

(...) Por outro lado, surgem organizações de tipo burguês: foi proclamada a fundação dos partidos social-democrata, democrata cristão e de outras sete organizações políticas. Está a ser reanimado o partido «Tautininkai» que, como reconhecem os próprios camaradas lituanos, promoveu em 1926 um golpe de estado e estabeleceu um regime autoritário. Todas essas organizações políticas separatistas fazem os possíveis por desacreditar o socialismo, o PCUS, o poder soviético e as Forças Armadas da URSS. As forças

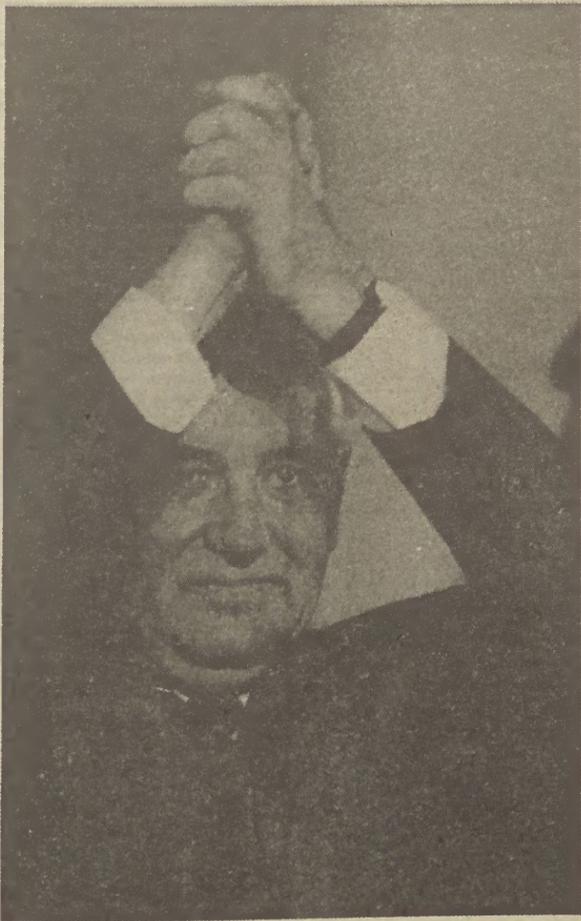
da *perestroika* e da nação e afastados do trabalho político sob diferentes pretextos. (...) Em Vilnius, o Bureau da organização partidária do Comité Urbano reuniu e decidiu a demissão de todo o aparelho. Quer dizer, não se perde tempo a calar aqueles que têm outros pontos de vista.

Os movimentos sociais criados sob a palavra de ordem da *perestroika* transformaram-se, em grande medida, em frentes de oposição.

(...) As deturpações ocorridas na política étnica agravaram bruscamente as relações inter-étnicas na República, provocando a intensificação dos sentimentos autonomistas entre a população polaca e das tendências migratórias entre os russos. Existe um ameaça real de deflagração de uma guerra civil, ameaça de que devemos falar abertamente.

Tenta-se internacionalizar o

Internacional



mais cedo ou mais tarde, destruirá qualquer organismo social e corroerá a alma do povo.

(...) É nosso dever reconhecer que longas décadas de terror estalinista, perversão brutal da própria essência do socialismo na URSS, implantação de um Estado unitário, rigorosamente centralizado e apenas um simulacro de federação não podiam deixar de afectar, de modo gravíssimo, os ânimos das nacionalidades e etnias da União Soviética e as relações entre as mesmas.

(...) Assim, surgiu naturalmente o desejo dos povos destas Repúblicas de aproveitar as oportunidades originadas pela *perestroika* na esfera das relações étnicas.

(...) Por outro lado, nestas circunstâncias, a reactivação dos elementos nacionalistas, separatistas ou simplesmente anti-soviéticos, presentes na vida política multifacetada de algumas Repúblicas é também natural. Determinados círculos sonham, de facto, com a restauração do capitalismo e mesmo dos antigos regimes autoritários e direitistas e de forma nenhuma democráticos.

**A unidade da URSS**  
(...) Gostaria de destacar um outro factor que determina o comportamento de alguns grupos na Lituânia e noutras Repúblicas. Ultimamente deparamos muitas vezes com acontecimentos que, segundo a lógica tradicional, empurram os organismos centrais para medidas de excepção. Foi o que aconteceu em Nagorni Karabakh, Fergani e Nova Uzen, assim como no bloqueio da Arménia, nos recontros em Kichinev, nas acções de organizações de direita em Moscovo, incluindo as que fingem ser de esquerda, na greve dos mineiros em Vorkuta, etc.

Em alguns casos tivemos realmente de aplicar medidas drásticas para impedir comportamentos ilegais, pois não havia outra forma de garantir a segurança da população e travar as acções de elementos desordeiros.

Contudo, procurámos sempre e continuamos a tentar utilizar meios políticos. (...) Sabemos no entanto que há no nosso País quem defenda posições de «socialismo de caserna». (...) Qualquer forma de terror é um método primitivo e

violento, mas pouco eficaz de regular a vida social e, em última análise, não passa de uma manifestação de fraqueza.

O ideal de uma política forte não é a confrontação nem o recrudescimento de medidas a tomar, mas a concórdia e a solidariedade, objectivos principais da actualidade.

Penso que todos devem ter isso em conta ao analisar a situação na Lituânia. Por um lado, devemos evitar equívocos e meias-verdades. Devo afirmar e deixar bem claro no presente Plenário do Comité Central do PCUS que os actuais dirigentes do Partido e do Estado não admitirão a divisão da URSS.

A adopção de medidas necessárias para preservar o Estado federativo e a sua integridade constitui uma necessidade imperiosa, por isso não deve haver ilusões quanto às intenções e capacidades do poder central. (...) Nesta ordem de ideias, compete-me, enquanto Presidente do Soviete Supremo da URSS, solicitar ao órgão legislativo superior do País que aprecie a legalidade da existência de organizações e movimentos políticos que visam objectivos separatistas e instigam o terror nacionalista.

Não podemos permitir que a democracia e a *glasnost*, vocacionadas para emancipar as pessoas e aumentar a sua segurança, sejam exploradas com propósitos contrários, nomeadamente para dividir, intimidar e desorientar a população. É necessário proteger a democracia de semelhantes especulações.

Este problema tem ainda um aspecto internacional muito importante. A defesa da integridade, estabilidade e poderio da União Soviética constitui um imperativo da nossa época e está relacionado com todo o complexo sistema de segurança internacional.

**Unidade e o papel do Partido**  
(...) Encaro com optimismo o futuro da nossa Federação multinacional, mas devemos continuar a desenvolver firmemente esforços para renová-la e actualizá-la. E condição imprescindível. São dois aspectos. O meu optimismo prende-

se com a renovação e o relacionamento da nossa Federação.

(...) Dentro desta lógica - e é mais uma conclusão a tirar da situação verificada na organização partidária da Lituânia - há que definir e respeitar certos limites de conduta, cuja violação pode pôr em causa a construção da Federação e mesmo a *perestroika* em geral.

Um desses limites é a integridade estrutural do PCUS, que não deve ser posta em causa. Caso contrário, o nosso Partido transformar-se-ia num clube federalista amorfo, composto por grupos partidários independentes. Acaso não é evidente que, transpando este limite, provocaríamos conscientemente o desmembramento da URSS e levaríamos todos os povos da União Soviética ao impasse histórico?

(...) O Partido encontra-se em condições de encabeçar a actividade social do povo, ainda em grande media vulnerável a processos históricos espontâneos e a emoções políticas que excedem por vezes as normas democráticas admissíveis. Mas é precisamente por isso que a actividade das massas precisa dos esforços orientadores da vanguarda política. Desempenhar o papel de vanguarda política é um trabalho difícil, mas necessário e importante. A história não garante a ninguém a liderança política contínua nem a infalibilidade absoluta. Tem de se provar este direito com o conhecimento das necessidades e dos interesses do povo, através da habilidade de os formular em linguagem política realista e de os concretizar em actos.

(...) Devemos perceber que o Partido, como toda a sociedade, se encontra no início da renovação e carrega o peso de muitos vícios autoritário-burocráticos, mas conseguiu preservar os valores socialistas principais, de importância universal, garantia do êxito da sua renovação.

Não se pode fixar por decreto o papel do Partido na vanguarda da renovação social, que deve e só pode ser conseguido através de profundas mudanças democráticas no próprio Partido, resultado do ressurgimento das normas leninistas da vida partidária nas novas condições sócio-políticas. (...) Devemos criar um partido que não veja a essência da sua actividade no interesse próprio, mas no serviço ao seu povo, que conserve e reforce a unidade das suas fileiras no interesse dos resultados práticos que os seus membros, trabalhadores de todo o nosso País, enorme e multinacional, esperam dele.

(...) A liberdade não é, naturalmente, a anarquia ou a impunidade a espezinhar normas sociais. Precisamos da liberdade como estado espiritual da sociedade e da personalidade, como estímulo para o trabalho criador, como componente do empreendimento e da iniciativa, como base da disciplina e, naturalmente, percursora de grandes resultados e mudanças por via da *perestroika*. Deste ponto de vista, penso que não temos o direito de ignorar a grande importância das reformas políticas e económicas e da renovação da ideologia.

(...) Neste processo revolucionário histórico o papel do PCUS é insubstituível. O destino da *perestroika* depende da unidade do PCUS.

RDA

Manifestação anti-nazi

Enquanto activamente se preparam as eleições previstas para Maio, e se continua a desenvolver um processo de profundas transformações no País, a RDA defronta hoje também um grave problema — o ressurgimento de grupos nazis.

Diversas provocações têm-se sucedido, visando em particular os túmulos dos soldados soviéticos e o monumento que recorda a morte de 30 mil soldados soviéticos num momento decisivo para a vitória sobre o nazismo, que foi a tomada de Berlim na Segunda Guerra Mundial.

Face ao recrudescimento da actividade fascista, dezenas de milhares de pessoas reuniram-se na capital da RDA, numa manifestação de repúdio, em que o actual presidente do PSUA-PSD, Gregor Gysi, apelou a uma resposta de massas à ameaça de direita.

Praticamente em simultâneo com esta manifestação de protesto antinazi, Gysi advertiu, em entrevista, que «estes movimentos tornam a

democracia impossível e fazem perigar a sociedade. Não podem ser tolerados», sublinhando ainda que não se tinha «combatido o estalinismo para abrir caminho ao neofascismo».

No centro dos debates hoje também o desmantelamento da STASI, antigo aparelho policial. Divergências neste domínio levaram de momento ao adiamento da mesa-redonda entre o governo da RDA e forças da oposição.

O governo da RDA assegurou que o antigo aparelho policial já foi neutralizado, e ofereceu mesmo à oposição a possibilidade de participar no seu desmantelamento. Mas neste domínio as divergências — e possivelmente as desconfianças — são uma realidade.

Por outro lado, a subida de tom da actividade nazi exigirá medidas que impeçam a sua escalada.

Proposta

«Modelo para a segurança 2000» é a proposta aprovada

pela direcção do PSUA-PSD, e divulgada por Gregor Gysi como uma possível contribuição das duas Alemanhas para a desmilitarização da Europa central, no quadro da aproximação proposta pela RDA à RFA.

De acordo com este plano de desarmamento, as forças armadas da RDA e da RFA seriam reduzidas a metade num prazo máximo de dois anos. Os seus respectivos aliados retirariam todo o armamento químico e nuclear existente no território dos dois países.

Ao apresentar o plano do partido, o dirigente do PSUA-PSD disse que sem o fim do frente-a-frente dos dois países alemães, nenhuma proposta de unidade teria credibilidade.

E salientou, significativamente, que, «enquanto a outra Europa não se pode imaginar sem a NATO, a nossa imagem do futuro dos alemães numa Europa unida é mais pacífica e amigável».

CAME reúne em Sófia

Realizou-se em Sofia a Conferência do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica), organização económica dos países socialistas, que conta actualmente com 10 membros.

O Conselho de Ajuda Mútua Económica, foi fundado em Janeiro de 1949 pela Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Roménia e URSS, a que aderiram depois a RDA, Mongólia, Cuba e Vietnam.

A partir dos anos 70 e 80, começou a registar-se um abrandamento dos processos de reestruturação, como reflexo das próprias dificuldades com que se debatiam as economias dos países membros, afectados por baixas de ritmo de crescimento e do aumento da dívida externa.

Em vésperas da realização da conferência, o secretário do CAME, Vistcheslav, disse, em entrevista ao jornal soviético «Komsomolskaia Pravda», que «as reformas económicas em vários países atravessam hoje etapas diferentes, o que gera abordagens distintas e discussões

acesas, com as quais é impossível adoptar posições coordenadas».

Diferentes são de facto as apreciações e propostas dos diferentes países membros. O ministro das Finanças da Checoslováquia, Vaclav Klaus, chegou mesmo a falar de dissolução, considerando a organização uma «estrutura ineficaz». Mas é um caso isolado.

Reestruturação e modernização é a tônica avançada pela maioria dos membros do CAME, ainda que nem todos defendam de facto as mesmas fórmulas.

A Polónia pronuncia-se por uma reestruturação radical, orientada fundamentalmente pela introdução de um sistema de preços baseados na divisa convertível, em particular o dólar.

A Hungria, defende a alteração do sistema de pagamentos. A Roménia, Bulgária e RDA, pronunciam-se pela modernização das estruturas do CAME.

A URSS defende o desenvolvimento da cooperação e integração e formação conse-

quente de um mercado comum do CAME.

Em declarações proferidas na véspera da Conferência de Sofia, o primeiro-ministro soviético, Rjykov, afirmou que actualmente a URSS e muitos países do CAME dão passos importantes para a criação de um mercado eficaz, considerando que o presente mecanismo de cooperação entrava as reformas progressistas, mal contribuindo para o progresso tecnológico, o aumento da qualidade e o nível técnico dos produtos importados e exportados no âmbito do Conselho. «O uso dos preços e das moedas fora do mercado mundial leva ao isolamento, impossibilitando o envolvimento activo nas relações económicas mundiais», frisou Rjykov.

Na sessão do CAME, realizada em Sofia, a URSS propôs a introdução, a partir de 1991, no comércio mútuo, dos preços mundiais correntes e o pagamento em divisas livremente convertíveis, o que corresponde nomeadamente a um esforço de incorporação do CAME nas relações económicas mundiais.

F. ENGELS

A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

edições Avante!

## Internacional

## ANGOLA

# Difícil processo de paz

Na cerimónia de cumprimentos de Ano Novo ao corpo diplomático acreditado em Angola, o presidente José Eduardo dos Santos condenou as ingerências externas nos assuntos do seu país, responsabilizando-as «pelo impasse que se verifica actualmente no processo de paz». Apesar disso «nós consideramos que este processo de paz é irreversível», disse o presidente.

Os desenvolvimentos registados nestes últimos dias confirmam na prática esta apreciação.

Como é sabido, a cimeira dos oito chefes de Estado africanos sobre o processo de paz em Angola, foi adiada para data a determinar. Razão do adiamento — a indisponibilidade do presidente Mobuto do Zaire para se deslocar a Luanda.

O presidente zambiano Kenneth Kaunda, disse entretanto pretender deslocar-se em breve a Kinshasa para acordar com Mobuto nova data para a cimeira. E naturalmente o processo não vai parar. Não é menos evidente, entretanto, que há travões políticos a encavar um processo de paz, indispensável para Angola, mas também para a própria África Austral no seu conjunto.

Mobutu desempenha o papel de mediador neste processo, e o presidente angolano já tem salientado a necessidade de clarificar a actuação do presidente do Zaire.

Por outro lado, a Unita rejeitou as novas propostas apresentadas por José Eduardo dos Santos, considerando prioritária a assinatura

do projecto de cessar-fogo proposto por Mobuto, e rejeitado por Luanda, «porque a base política que fundamenta o cessar-fogo omite os princípios mais importantes aprovados em Gbadolite», contendo elementos contrários à soberania de Angola, e não contempla as características de guerra de guerrilha.

De par destes factos, importa sublinhar a posição assumida pelos Estados Unidos da América, que numa ingerência directa nos assuntos internos de Angola, anunciaram publicamente o seu apoio militar, político e diplomático à Unita.

## Ingerência

Falando de ingerência, no encontro de Ano Novo com o corpo diplomático, o presidente de Angola sublinhou alguns factos importantes de actualidade.

Lembrou José Eduardo dos Santos que a União Soviética já manifestou publicamente o seu apoio aos esforços dos países africanos e aos entendimentos de Gbadolite, e exprimiu o seu desejo de que idêntica posição

venha a ser seguida pelos Estados Unidos.

Disse ainda estar convicto de que as mudanças que neste momento ocorrem nos países socialistas da Europa são favoráveis e pesam de forma positiva no actual clima de desanuviamento que se verifica nas relações internacionais.

Para lamentar entretanto que esta atitude positiva de não ingerência, que o próprio clima de desanuviamento favorece e exige, não esteja a ser observada em relação a alguns países do chamado terceiro mundo.

O Panamá foi citado como exemplo desta realidade, de ingerência.

E. Angola.

## Tendência para a paz

«A tendência para a paz e a estabilidade é irreversível», disse o chefe de Estado angolano na mensagem de Ano Novo.

José Eduardo dos Santos

afirmou que a África Austral deixou de ser um perigoso foco de tensão internacional, onde há já um relativo desanuviamento de tensão militar, com influência positiva interna em Angola, Moçambique e África do Sul. Nas palavras do presidente angolano, esta nova era deve-se às batalhas de Cuito Cuanavale, Tchiva e outras (em território angolano) e à conclusão dos acordos de Nova Lorque, a 22 de Dezembro de 1988, que tornaram possível à Namíbia caminhar para a sua independência.

«As transformações políticas em curso (na região) conduzirão necessariamente à paz em Angola e Moçambique e à abolição do apartheid na África do Sul», considerou o dirigente angolano, que lembrou que concorreram também para esta situação a vitória eleitoral da SWAPO na Namíbia e as alterações de algum impacto que as autoridades sul-africanas se têm visto obrigadas a avançar no seu próprio país, como resultado da actuação cada vez mais eficaz do ANC e de ou-

tras forças patrióticas, e ainda da comunidade internacional.

## Savimbi

Na entrevista concedida em Luanda à RTP, José Eduardo dos Santos, ao referir-se à anunciada visita de Savimbi a Portugal, sublinhou que «Savimbi não é uma autoridade política» e disse tratar-se de uma visita de «carácter privado».

Bem se sabe que há quem considere Savimbi uma autoridade política, à medida dos seus desejos, naturalmente.

Entretanto o Governo português parece querer demarcar-se de quaisquer responsabilidades em relação a tal visita. Concretamente Durão Barroso afirmou que «nós, Governo português, não estamos a preparar nenhuma visita de Savimbi nem estamos em contacto com a Unita».

Palavras bem significativas, para além das verdadeiras razões que as possam ditar.

# Colômbia e Panamá — a ameaça dos EUA

Com milhares de soldados ainda no Panamá, na sequência da invasão de 20 de Dezembro e do rapto do general Manuel António Noriega, a administração norte-americana lançou-se em mais uma aventura na América Latina.

Desta vez, George Bush deu ordens para o desencadeamento de operações de bloqueio ao largo da costa atlântica da Colômbia. Nas operações, de que não foi dado qualquer conhecimento ao governo de Virgílio Barco, estão envolvidos barcos de guerra, entre eles um porta-aviões, e aviões de espionagem, alegadamente para combaterem o tráfico de droga da Colômbia para os Estados Unidos.

Mas até mesmo as explicações dadas pelas autoridades militares e diplomáticas dos Estados Unidos para esta operação estão cheias de contradições.

Enquanto em Washington o Departamento de Defesa anunciava que a força naval foi enviada para as costas colombianas para efectuar «exercícios de rotina», a Embaixada dos Estados Unidos em Bogotá afirmava que o envio dos barcos de guerra e dos aviões para a região se relacionava com uma operação de combate ao tráfico de droga.

Recorde-se que já a 28 de Setembro a Casa Branca levantara a possibilidade de efectuar um bloqueio aéreo e marítimo na região, assegurando que o bloqueio seria posto em prática «em consulta estreita com a Colômbia».

Tal não aconteceu, e as autoridades colombianas têm repetidamente afirmado desconhecer as intenções da administração Bush, chegando mesmo um responsável do



partido governamental a afirmar que «a Colômbia é um país independente e não poderia, por razões de soberania da pátria, aceitar ser vigiado por nenhum país, ainda que se trate de um país amigo».

No domingo, um dia depois de ter sido confirmado o desencadeamento da operação militar norte-americana, o governo da Colômbia anunciou que não participou nem participará em manobras conjuntas com as forças dos Estados Unidos em águas internacionais no mar das Caraíbas. O presidente Virgílio Barco declarou mesmo que não aceita nem aceitar, sob nenhum pretexto, a realização de manobras unilaterais ou conjuntas com forças norte-americanas nas suas águas territoriais.

Contra o bloqueio aéreo e marítimo pronunciou-se também a oposição colombiana que solicitou a Virgílio Barco a convocação de uma sessão extraordinária do Congresso Nacional para debater a situação, que a imprensa de Bogó-

tá tem classificado de «agressão continental», ao mesmo tempo que recorda a recente invasão do Panamá por tropas norte-americanas.

## Noriega raptado e levado para os EUA

A invasão do Panamá por tropas dos Estados Unidos culminou com o rapto do general Manuel António Noriega, de imediato levado para Miami e presente a um juiz federal norte-americano.

Os Estados Unidos haviam declarado como seu objectivo e justificação para a invasão levar Noriega para território norte-americano e fazê-lo julgar por alegado envolvimento no tráfico de droga e branqueamento de dinheiro dele proveniente.

O general Noriega, ao enfrentar a dúzia de acusações que lhe são feitas, enfrenta também uma pena de poderá chegar ao total de 145 anos de prisão, além de mais de um milhão de dólares de multa.

Já em Miami, Noriega foi ouvido por um tribunal federal, cuja autoridade se recusou a reconhecer, tendo-se declarado como um preso político levado ilegalmente para o país. Por seu lado, os seus advogados de defesa afirmaram perante o tribunal que Noriega era um antigo chefe de governo, um prisioneiro político detido ilegalmente pelas forças invasoras, e recordaram que os Tratados do Canal proibiam a sua extradição do Panamá. Os mesmos advogados manifestaram já a intenção de questionarem a imparcialidade dos potenciais jurados, devido ao efeito da campanha anti-Noriega levada a cabo pelas autoridades dos Estados Unidos.

«Inaugurou-se há tempos no Caramulo um novo sanatório

destinado a crianças pobres, dos dois sexos, dos 4 aos 12 anos de idade. Esta nova casa de saúde só aceitará as crianças que já se encontrem atacadas pelo bacilo e em grau bastante adiantado. (...)

Segundo o estabelecido, só lá podem entrar as crianças pobres que se façam acompanhadas dos seguintes objectos de uso pessoal: 1 casaco de abafa, 2 fatos limpos e em boas condições de uso, 3 mudas interiores completas, 6 pares de meias e 3 pijamas ou 3 camisas de noite, 1 par de sapatos e uns sapatos de quarto, 1 copo de celulósido, 1 escova de dentes e um pente, 6 lenços de mão. Além disso há ainda que contar com a exigência de uma radiografia, paga pelos pais! (...)

Felizmente — pelo menos é a imprensa que o diz — é o único no género em Portugal!

«Como o Estado Novo resolve o problema da tuberculose infantil» - «Avante!», VI série, n.º 25, Janeiro de 1943



«É sabido que nunca aos governantes fascistas interessou o desenvolvimento da Cultura e da Arte. E isto porque não lhes convém «abrir os olhos» ao povo, de forma a colocá-lo em condições de melhor poder compreender a mentira da sua vergonhosa «doutrina». E uma das grandes vítimas desse ódio cego tem sido o Teatro. (...)

O governo de Salazar concedeu agora uns subsídios destinados a manter companhias de declamação. Mas fez-o porque a miséria a que chegou o profissional de teatro em Portugal (desde os actores aos carpinteiros de cena) nunca foi tão grande, e sobretudo porque esses subsídios saem de um imposto especial decretado há três anos e que reverte para o Fundo de Teatro. Assim, é o Estado que desvia fundos para auxiliar o teatro, mas é o povo que os paga.

No entanto, o problema continua sendo cada vez mais agudo, pois não é com quatro companhias de teatro que se serve quase 9 milhões de habitantes, havendo ainda a salientar que essas companhias trabalham em Lisboa e só esporadicamente vão a qualquer outra cidade. (...)

O Teatro Apolo vai ser deitado abaixo pela Câmara Municipal. O Teatro Ginásio vai ser transformado em escritórios. Assim desaparecem duas oficinas dos trabalhadores de Teatro, que em nenhum dos casos foram ouvidos. Já são muito poucas as salas existentes e o governo não obriga teatros como o S. Luis, o Politeama e o Eden a fazerem teatro.»



«A decadência do teatro português» - «Avante!», VI série, n.º 208, Janeiro de 1956

«As Conferências de Teerão tiveram um alcance verdadeiramente histórico. O acordo entre a URSS, os Estados Unidos e a Inglaterra estabeleceu-se em dois pontos fundamentais. O primeiro é que as três grandes nações acordaram nos planos militares para o ataque conjunto dos seus exércitos, que conduzirá à derrota final a Alemanha hitleriana. O segundo é que as Nações Unidas acordaram em criar uma ordem internacional fundada na democracia interna de cada nação. (...)

O ano de 1944 será de certeza o ano da abertura da 2ª Frente. E, se esta for aberta com todo o imenso potencial anglo-americano, o ano de 1944 será também o ano da derrota da Alemanha hitleriana.»

«Para a derrota da Alemanha hitleriana em 1944» - «Avante!», VI série, n.º 46, 1ª quinzena de Janeiro de 1944

## Uma visita indesejável

1. O Partido Comunista Português considera indesejável e expressa a sua firme oposição à anunciada visita a Portugal do chefe da organização terrorista Unita, Jonas Savimbi.

2. Jonas Savimbi notabilizou-se por ter sido informador da PIDE/DGS durante o período colonial português para combater o movimento de libertação nacional angolano e por se ter aliado abertamente com a África do Sul racista na guerra de agressão contra a República Popular de Angola. Savimbi e a Unita empreenderam toda uma vergonhosa política de submissão ao regime de apartheid e ao imperialismo norte-americano que se traduziu numa verdadeira cruzada de terror e destruição contra o povo angolano. Colocando como alvo das acções terroristas da Unita os cooperantes portugueses, Savimbi tornou-se directamente responsável pelo rapto e assassinato de numerosos portugueses e portuguesas.

3. A anunciada visita de Savimbi a Portugal, inserida numa vasta e orquestrada campanha internacional de promoção política da Unita e do seu chefe, não serve os interesses de Portugal e do povo português nem se inscreve na necessária contribuição que Portugal pode e deve dar para a paz em Angola com respeito pela soberana opção do povo angolano. Pelo contrário. Ocorrendo na sequência dos acordos da Cimeira de Gbadolite que Savimbi não só flagrantemente desrespeitou como aproveitou para lançar novos ataques terroristas contra o povo angolano, uma tal visita pode constituir um estímulo ao prosseguimento da guerra.

4. O PCP considera que deveria ser recusado a Savimbi o visto para visitar Portugal. Ao concedê-lo, o governo português torna-se claramente responsável pelas consequências que uma tal visita possa ter para o desenvolvimento das relações entre Portugal e a República Popular de Angola, sobretudo a verificarem-se actos que ponham em causa o anunciado carácter «particular» da mesma, designadamente o envolvimento de órgãos de soberania. Neste sentido, o PCP votou contra a audiência pedida por Savimbi à Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República e não estará representado em tal iniciativa.

# Agenda

**Avante!**

Ano 59 — Série VII  
N.º 837

11 de Janeiro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Campanha dos 150 mil vai avançar Hoje, na Soeiro Pereira Gomes reunião da coordenadora nacional

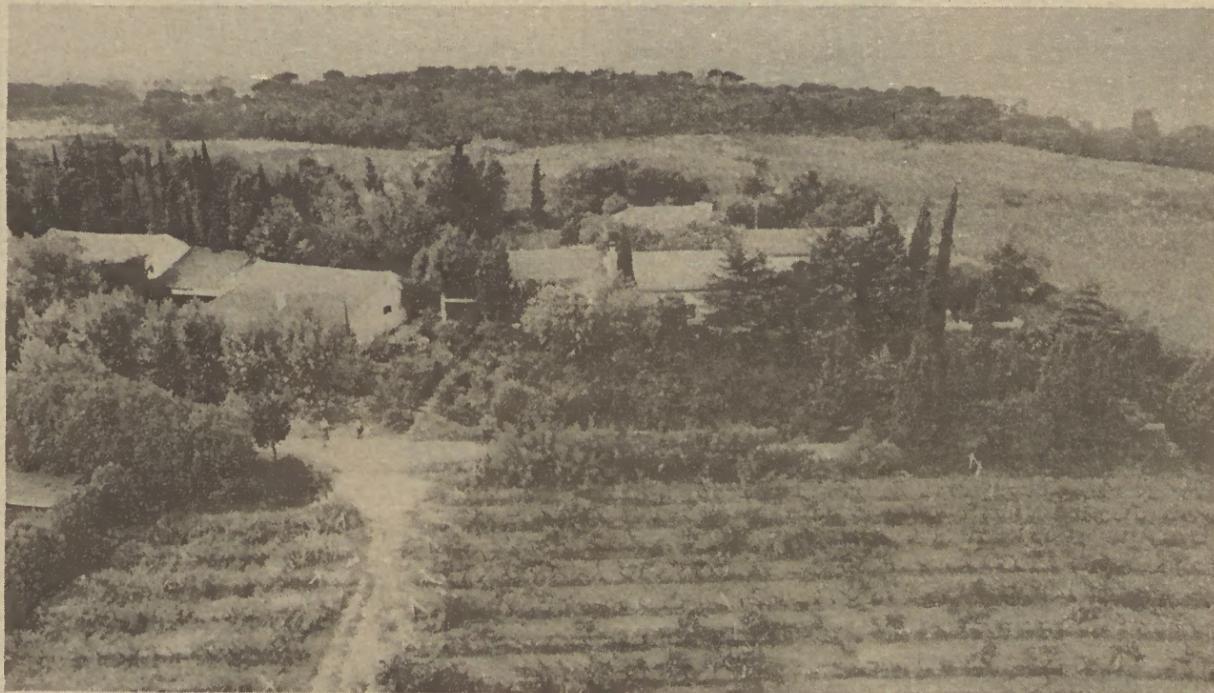
A campanha dos 150 mil contos, em curso a nível nacional e que se destina ao pagamento dos terrenos da Festa do «Avante!», vai agora entrar numa nova fase, prevendo-se um empenhamento vivo e dinâmico das organizações do PCP, à volta com as suas metas e as suas iniciativas.

A reunião da comissão coordenadora nacional que hoje se realiza no Centro da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, vai certamente contribuir para lançar a dinâmica que se pretende para a importante tarefa. Para além do balanço ao trabalho já realizado, o encontro desta tarde, que reúne representantes das

organizações do Partido responsáveis por esta iniciativa nos diferentes pontos do País, vai planificar e avançar propostas para a campanha, que, como temos sublinhado aqui nas colunas do «Avante!», assenta na promoção e venda dos títulos de participação.

Na próxima edição levaremos aos nossos leitores as conclusões e ideias mais importantes saídas desta reunião.

Uma nota final para recordar o número da conta da campanha, aberta na sede do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em Lisboa: 9956/210/0128198.



Podas, limpeza do terreno e muito mais

## Trabalho voluntário

## à nossa espera na Quinta da Atalaia

Costumamos dizer que a Festa do «Avante!» não se resume àqueles maravilhosos três dias de convívio, de arte, cultura, espectáculo e desporto, de amizade e de alegria. Preparar a Festa — mesmo com a antecedência de vários meses — é uma parte integrante desse encontro de amigos, desse espaço fraterno que é a Festa do Avante!, ponto de encontro para milhares de portugueses.

E é de preparação e de trabalhos que vos queremos falar. Na Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal, os (novos) terrenos da Festa estão a solicitar voluntários, amigos, dinamizadores, entusiastas da Festa.

Um significativo conjunto de tarefas espera por nós. Podas e limpeza do terreno estão na ordem do dia. Lá encontramos camaradas preparados para apoiar e organizar este trabalho, que não fica por aqui: pedreiros, electricistas, carpinteiros, mão-de-obra especializada e também indiferenciada, amigos

da Festa de todas as idades e profissões, são presenças muito bem recebidas no local, especialmente aos fins de semana.

Os camaradas da margem sul do Tejo conhecem certamente a localização da Quinta da Atalaia. Os que partirem do lado de cá do rio podem utilizar os serviços de carreiras da Rodoviária Nacional com destino à Amora (Praça de Espanha). Se viajarmos de barco até Cacilhas, então a partir daí podemos apanhar os autocarros da RN com destino à Quinta da Princesa ou à Amora.

Quem estiver interessado, pode inscrever-se lá na Atalaia para almoçar.

Agora, que a batalha eleitoral das autárquicas já passou, que o período das festas de Natal e Ano Novo já se despediu, que o tempo, embora frio, já melhorou, agora, dizíamos, está na hora de dar uma ajuda na Quinta da Atalaia. Com os olhos e o coração na Festa.

## Reuniões de quadros

### Aveiro

Realiza-se no próximo sábado, a partir das 14.30, no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, uma reunião distrital de quadros para análise dos resultados eleitorais e preparação do trabalho no ano em curso.

Participa o camarada Sérgio Teixeira, da Comissão Política do CC.

Com o mesmo objectivo realizam-se no distrito outras reuniões: em Anadia amanhã, dia 11, também às 21.30, e na Mealhada no dia 19.

### Coimbra

A actual situação internacional, designadamente nos países socialistas, é tema da reunião de quadros promovida pela Comissão Distrital de Coimbra que terá lugar no sábado, a partir das 14.30, nas instalações do «Rancho de Coimbra».

Participam os camaradas Albano Nunes, do Secretariado do CC, e Carlos Fraião, da Comissão Política.

### Lisboa

Está marcada para amanhã, sexta-feira, às 21.30, a anunciada reunião de camaradas que trabalham na Informação Médica (Indústria Farmacêutica) na zona de Lisboa.

A partir das 21.30 no Centro de Trabalho Vitória.

\*\*

## Novo regime de Seguro Agrícola

No próximo sábado, a partir das 10 da manhã, realiza-se no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora um encontro com agricultores, cooperativas e suas organizações, para debate do projecto-lei do PCP sobre o novo regime de Seguro Agrícola.

O encontro é promovido pela Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP e pelos deputados do PCP eleitos pelo círculo de Évora.

\*\*

## Direcção Nacional da JCP

A Juventude Comunista Portuguesa realiza no próximo fim de semana — sábado e domingo —, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião da sua Direcção Nacional.

As conclusões serão divulgadas no final da reunião.

# TV O Programa

Quinta

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «Rua Sésamo»)
- 12.05 - Fera Radical (17º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (26º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas (77º e 78º epis.)
- 15.15 - Arco Iris Africano (3º epis.)
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo (49º epis.)
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo (25º epis.)



21.15 - Justiça Cega (1º epis.)  
22.45 - 24 Horas  
23.15 - Remate

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas (383º epis.)
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Benji e o Príncipe Extraterrestre (2º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - Meu Pé de Laranja Lima (16º epis.)
- 18.30 - Os Henderson (4º epis.)
- 19.30 - Clássicos da TV («O Homem da Carabina», 46º epis., e «O Homem Invisível», 3º epis.)
- 20.25 - Magazine Musical
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (139º epis.)
- 22.00 - Sinais do Tempo



23.00 - Quinta Dimensão (5º epis.)

Sexta

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (29º epis.)
- 14.25 - Palavras Cruzadas
- 15.20 - Um Olhar sobre a Natureza
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.30 - Missão Impossível (16º epis.)
- 22.35 - Telemundo
- 23.05 - Chefe, Mas Pouco (24º epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate
- 00.45 - Pela Noite Dentro - «Dominique», real. Michael Anderson (G.Bret./1978, 100 min.)

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (16º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.30 - Haja Música
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Beija (17º epis.)
- 23.00 - Acerto de Contas
- 23.30 - Rotações

Sábado

**RTP1**

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Bernstein no Muro de Berlim
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Oito e Basta (16º epis.)
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Crime, Disse Ela (28º epis.)
- 15.15 - O Paraíso Terrestre
- 16.15 - Sessão da Tarde - «A Escolha de Isabel», real. Guy Green (EUA/1983, 96 min.)
- 18.00 - Vivamúsica
- 18.45 - O Mar e a Terra
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico



21.30 - A Morgadinha dos Canaviais (série, 1º epis.)



22.30 - Liza Minelli

**RTP2**

- 09.00 - Via Rápida
- 09.55 - TV 101 (16º epis.)
- 10.50 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»
- 15.00 - Estádio
- 19.00 - Music Box Especial
- 20.00 - Meu Filho, Meu Filho (4º epis.)
- 20.45 - Estádio/Edição da Noite

Domingo

**RTP1**

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.15 - TV Rural
- 10.30 - 70x7
- 11.00 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família - «Jim Henson Show»
- 13.00 - Notícias



13.10 - Alô, Alô (15º)

13.35 - A Conquista do Espaço

14.35 - Primeira Matinée - «El Dorado», real. Howard Hawks (EUA/1966, 122 min.)

16.40 - Gala do Príncipe de Gales

17.50 - Ricardina e Marta (16º epis.)

18.55 - McGyver (16º epis.)

20.00 - Jornal de Domingo

20.30 - Boletim Meteorológico

20.40 - Querido John



21.15 - Christabel (2º epis.)

22.20 - Domingo Desportivo

**RTP2**

- 09.00 - Music Box Especial
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Veterinário da Província
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Sobrevivência (18º epis.)
- 18.00 - Quem Sai aos Seus...
- 19.00 - Café Central
- 20.00 - Os Trintões (14º epis.)



21.00 - Artes e Letras - «Estrelas do Cinema Indiano»

21.55 - Cineclube - «Flores de Papel», real. Guru Dutt (Índia/1959, 144 min.)

Segunda

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez



12.05 - Fera Radical

13.00 - Jornal da Tarde

13.30 - A Rota de Howard

14.20 - Palavras Cruzadas

15.15 - Arco-Iris Africano

15.45 - Ponto por Ponto

16.40 - Hospital Central

18.25 - Rua Sésamo

18.55 - Jogo de Cartas

19.30 - Telejornal

20.00 - Boletim Meteorológico

20.20 - Vale Tudo

21.05 - Clube dos Subscritores



21.35 - Os Opperman (2º e últ. epis.)

Filmes

- «Dominique» - 6ª, 00.45, RTP-1
- «A Escolha de Isabel» - sáb., 16.15, RTP-1
- «Dois Irmãos Sicilianos» - sáb., 23.50, RTP-1
- «El Dorado» - dom., 14.30, RTP-1
- «Flores de Papel» - dom., 21.55, RTP-2
- «O Casamento de Maria Braun» - 3ª, 21.30, RTP-2
- «Malvin e Howard» - 4ª, 21.30, RTP-1

Música

- Quinta
- 20.25, RTP-2: Magazine Musical
- Sexta
- 18.30, RTP-1: Haja Música
- Sábado
- 18.00, RTP-1: Vivamúsica
- 19.00, RTP-2: Music Box Especial
- 22.30, RTP-1: Liza Minnelli
- Domingo
- 09.00, RTP-2: Music Box
- 16.40, RTP-1: Gala Rock do Príncipe de Gales

- Terça
- 18.40, RTP-2: Music Box

- Quarta
- 23.05, RTP-2: Música n'América

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.15), 6ª (24.00), 2ª (00.05), 3ª (23.45), 4ª (00.00)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 23.30
- Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.00
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20

21.30 - Bailado - «1789», coreografia de Maurice Béjart, pelo Ballet Béjart de Lausanne

Terça

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (67º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - Arco-Iris Africano
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



20.20 - Vale Tudo

21.10 - Primeira Página

22.20 - Crónica do Crime (17º epis.)

23.15 - 24 Horas

23.45 - Remate

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (6º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.40 - Music Box - Via Rápida
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Cine Magazine
- 20.50 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemadols - «O Casamento de Maria Braun», real. Rainer W. Fassbinder (RFA/1979, 120 min.)

Quarta

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção (30º epis.)
- 14.15 - Palavras Cruzadas
- 15.15 - Arco-Iris Africano
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.55 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.25 - Lotação Esgotada - «Malvin e Howard», real. Jonathan Demme (EUA/1980, 95 min.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.00 - Remate

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Campbells (15º epis.)
- 17.20 - Um Bilhete para o Mundo
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.25 - O Homem e a Terra
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.25 - Lusitânia Expresso (31º progr.)
- 21.00 - Jornal das Nove



21.30 - O Jogo Final (série, 2º epis.)

22.30 - Século XX - A Revolução Genética

23.30 - Som da Surpresa

# Teatro O Cartaz

● LISBOA

**Cinearte**, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte, de Marcelino Mesquita**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

**Comuna**, Pr. de Espanha. Sala 1 - As 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17. **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. IFICT, Rua de Santiago, 19. De 5ª a sáb. às 21.30. **A Companhia**, texto e encen. de Adolfo Gutkan (até 20/1)

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira. **Teatro Aberto**, Pra-

ça de Espanha. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy End**, de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro da Politécnica**, Rua da Escola Politécnica, 58. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. João e a Máscara**, de António Patrício, enc. Mário Feliciano, Interpr. Eunice Muñoz, João Grosso, Estrela Novais, entre outros.

**Teatro da Trindade**, Rua Nova da Trindade. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Verão**, de Edward Bond, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da**

**Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. **Ora Bate... Batman'so** (revista)

● ESTORIL

**Casino**. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, texto e encenação de Filipe La Féria.

● LOURES

**Teatro Malaposta**, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Render dos Heróis**, de José Cardoso Pires, dramaturgia de Mário Barradas,

encenação de José Martins, pela companhia do CDIAg.

● PORTO

**Teatro**, Rua do Heroísmo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Jardim das Cerejeiras**, de Anton Tchekov, dramaturgia Carlos Porto, enc. Rogério de Carvalho.

Para crianças

● LISBOA

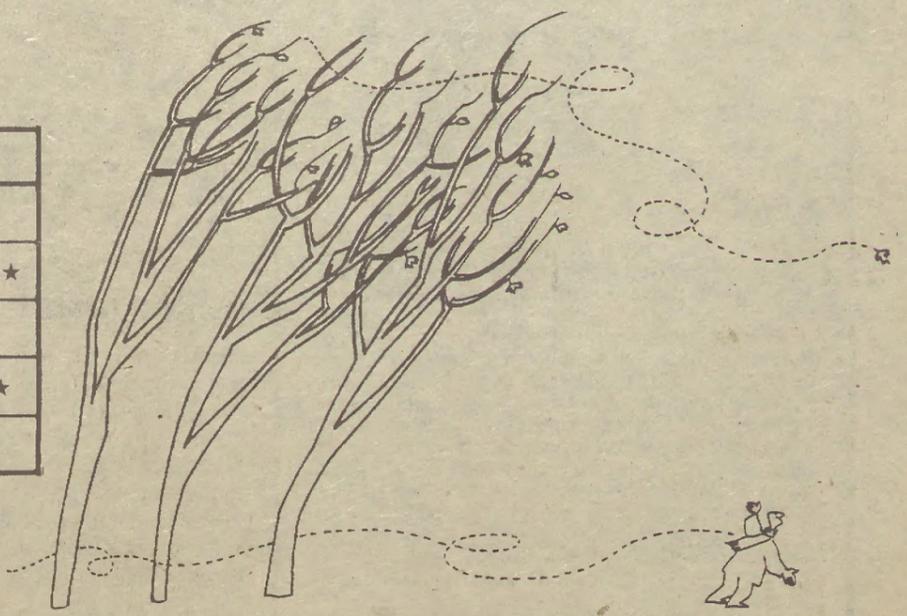
**Teatro Maizum**, Rua Poiais de S. Bento, 75-B. Sáb. e dom. às 16. **A Linguagem dos Animais**, de António Botto. **TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e enc. de Carlos Correia.

# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	O Amor é uma grande Aventura	—	★★★★	—	★★
<b>B</b>	A Bela de Dia	—	★★★★★	—	★★★★★
<b>C</b>	Perigosa Sedução	—	★★★★	—	★★★★
<b>D</b>	Recordações da Casa Amarela	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>E</b>	Sexo, Mentiras e Vídeo	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Blake Edwards — Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.  
 B — Real. Luis Buñuel — Forum Picoas (14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00) — Lisboa  
 C — Real. Harold Becker — Amoreiras/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.  
 D — Real. João César Monteiro — Forum/Picoas (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) — Lisboa.  
 E — Real. Steven Soderbergh — Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), Quarteto/1 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 24.00) — Lisboa



# Exposições

● LISBOA

**Alves Redol** - Exposição bibliográfico-comemorativa dos 50 anos de «Gaibéus». Museu da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até ao fim da semana)

**Amália Rodrigues** - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Março).

**Colectiva de cerâmica** - Azulejos de Pomar, Graça Morais, Jorge Martins, Luísa Pereira. R. Fátima Cerâmicas, RE. Academia das Ciências, 2. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 15/1)

**Colectiva de pintura** (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Galeria M6-dulo, Calçada dos Mestres, 34-A.

**Colectiva de tapeçaria**. Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

**Costa Pinheiro** - «Os Reis» (1964-66) e «La Fenêtre de ma Tête» (1982-89) - pintura, desenho, gravura. Centro de Arte Moderna e Galeria de



Costa Pinheiro: últimos dias na Gulbenkian

Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. de Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 14/1)

**Cruzeiro Seixas** - pintura, desenho, escultura. Galeria Soc-tip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14

**Eduardo Batarda** - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 12/1)

**Gerardo Burmester** - Objectos em madeira e couro. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2ª a sáb das 15 às 20

**Glória Elena** - «Re-

tratos de Flores», pintura, e **Silvia Westphalen**, escultura. Galeria Diversa, Rua de Sapadores, 85. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 13/1)

**Hervé Dangla** - Fotografia em duas exposições: no Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 26/1)

**Ilda David** - Pintura. Gal. Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a 6ª das 15 às 20.

**Jorge Mealha** - Escultura em grés. Galeria Moira, R. Nova da Piedade. De 2ª a 6ª das 14 às 19.30 (até 19/1)



Cruzeiro Seixas: exposição antológica

**José Barrias** - Desenho e escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiaiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 31/1)

**Mantas de Retalhos** - Patchwork de Zélia Barata. Museu Nacional do Traje (Sala de Artesanato), Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 31/1)

**Margarida Vagoço** - Pintura. Gal. Euroarte, R. Rodrigo da Fonseca, 107-C (até 22/1)

**Ormond Fannon** - Pintura. Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 27/1)

**Rui de Azevedo** - Pintura. Galeria Artele, R. Prof. João Baireira, Loja 15 (Telheiras). De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 14/1)

**Tapeçaria do Séc. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da

Ajudá. De 3ª a dom. das 10 às 17.

**A Vida das Imagens** - fotografias dos arquivos do «Diário de Notícias», no 125º aniversário do jornal. Palácio Galveias, Campo Pequeno.

● PORTO

**Manfred Reiter** - Desenho e aquarela. Galeria Labirinto, R. Nossa Sra. de Fátima, 334-1º.

**Pedro Proença** - Desenho. Gal. Romae Pavia, R. D. Manuel II, 346-B. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 12/1)

● OUTRAS LOCALIDADES

**28º Salão de Arte Fotográfica**. Sala do Conselho de Moradores (ex-Cordoaria Nicola), das 16 às 19 e das 21 às 23 - BARREIRO

**Azulejos do Concelho de Loures** (sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 - LOURES

**O Desenho Animado** - exposição internacional comemorativa do 50º aniv. do «Office National du Film du Canadá». Galeria de Exposições do Teatro Malaposta - LOURES

**Arqueologia Industrial do Vidro** - Fábrica-Escola Irmãos Stephens - MARINHA GRANDE

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - QUELUZ

**João Viola** - «Os Verdes do Outono em Sintra», pintura. Palácio Nacional da Pena. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 6/1) - SINTRA

# ...e ainda Música, debates, etc.

**Cinema no Malaposta**

Nem só de teatro vive o Malaposta: aos fins de semana (sexta e sábado às 21.30 e domingo às 17h) têm ali lugar, na sala de cinema, sessões durante as quais se projecta cinema notável. Ou raro, o que é o caso do filme programado para sexta e sábado - um ensaio/reportagem sobre a instituição militar em Portugal, o 25 de Abril e o 25 de Novembro na óptica do cineasta-autor, **Alberto Seixas Santos**, que estará presente, e dos autores do texto, Eduardo Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho.

O filme é inédito, apesar de ter sido realizado há 7 anos.

**Cinema de animação**

Depois do ciclo de cinema de animação canadiano que decorreu no mês de Dezembro no Malaposta é agora a vez do cinema de animação belga, que pode ser visto durante um pequeno ciclo que o Acarte programou para a Sala Polivalente do CAM.

E o seguinte o horário das sessões: dias 11, 12 e 13 às 18.30, dia 14 às 16.00.

**Música**

Na Gulbenkian, hoje às 21.30 e amanhã às 18.30, realizam-se dois concertos com a pianista **Eliso Virsaladze** e a Orquestra

**Excursão ao Algarve**

A Organização da 4ª Zona da OLL promove uma excursão de dois dias ao Algarve por ocasião das «Amanoeiras em Flor» - no início de Março, dias 3 e 4.

Por viagem em autocarro, jantar e dormida em quarto duplo cada excursionista terá que pagar somente 7.500\$00

As inscrições podem ser feitas no Centro de Trabalho de Arroios, pessoalmente ou pelo telefone 561672.

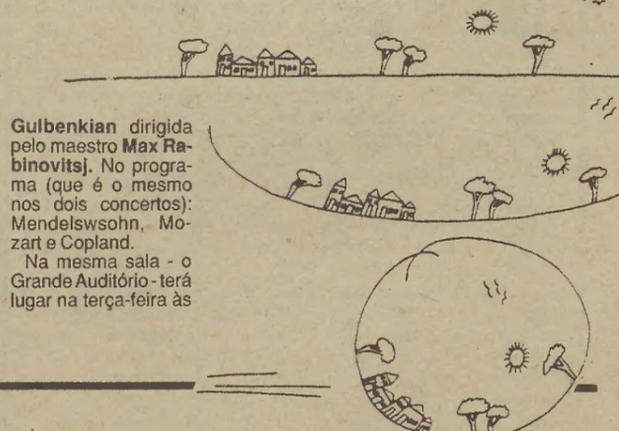
## Ao camarada Seabra pelos seus 90 anos!

Para festejar o 90º aniversário do camarada Joaquim Seabra realiza-se no próximo domingo, a partir das 13 horas, no Centro de Trabalho Vitória, um almoço de convívio promovido por um numeroso grupo de camaradas, amigos que toda a vida soube fazer.

O camarada Joaquim Abreu Seabra, actualmente nos Inválidos do Comércio, operário e lisboeta nascido na freguesia de Belém, participou em todas as fases da luta da classe operária ao longo deste século, cedo nas fileiras do anarco-sindicalismo, mais tarde entre os comunistas.

Preso por diversas vezes desde os anos 30, o 25 de Abril foi também para ele a possibilidade de afirmar livremente a sua condição e as suas convicções, mas orgulha-se de ter sido ao longo de toda a vida «um militante operário da rua».

As inscrições para este almoço-festa estão abertas nos Centros de Trabalho Vitória, de Ajuda, Alcântara e Prazeres, e o preço é de 750\$00 por pessoa.



**Gulbenkian** dirigida pelo maestro **Max Rabinovitsj**. No programa (que é o mesmo nos dois concertos): Mendelssohn, Mozart e Copland.

Na mesma sala - o Grande Auditório - terá lugar na terça-feira às



**Sérgio Eloy**, a partir de 5.ª feira expõe fotografias na Galeria de Arte Moderna da Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa. Patente até ao dia 31 de Janeiro, esta mostra poderá ser visitada de terça a domingo, das 14 às 20 horas

## Tempo Fim de Semana

O tempo para o fim-de-semana apresenta tendência para céu limpo ou pouco nublado, vento em geral fraco, formação de geada nos locais abrigados do interior, neblina ou nevoeiro matinal.

# a TV

## Bananas - 1

Sim. Foi uma vergonha a maneira como a informação na RTP tratou a invasão do Panamá pelos Estados Unidos.

Desde o primeiro instante, o que sempre inquietou a RTP não foi a invasão em si mesma, naquilo que representava de violência, agressão, ilegitimidade. O que a inquietou não foram os milhares de panamanianos assassinados pelos invasores, nem os bombardeamentos da cidade (que alguns correspondentes dos jornais compararam aos mais agressivos da última guerra) nem os meios sofisticados utilizados pelos invasores - alguns considerados inovadores na «arte» da guerra.

O que desde sempre mais preocupou a RTP foi o provável destino do general Noriega. Como se esse fosse realmente o motivo da invasão - e tudo o mais não passasse de cenário...

As próprias reacções dos países da América latina foram tratadas (quando o foram...) de raspão.

Nitidamente, a televisão portuguesa procurava diminuir o impacto na opinião pública de acção tão preocupante. Na prática, a informação da RTP agiu como se se dirigisse à audiência de uma «república das bananas»...

## Bananas - 2

Uma militante de base é expulsa do seu partido. Aquilo que se vê por esse país fora, o caso em si mesmo não daria motivo para grandes especulações. Nem parece a RTP estar vocacionada para o género. Recordemos, por exemplo, para citar apenas um caso, a expulsão de Carlos Macedo, destacado membro do PSD, apenas por ter, em público, discordado do prof. Cavaco Silva. Nesse tempo, a televisão faz, praticamente, ouvidos de mercador, não andou sequer o caminho indispensável para salvar as aparências...

Mas agora, é tudo diferente. A militante (punida por matéria que ninguém, fosse qual fosse o quadrante, contestou) pertencera ao Partido Comunista Português. E a regra na grande informação da RTP é a seguinte: se é contra o PCP, tudo o que for preciso, e ainda mais...

Assistiu-se, então, a um facto perfeitamente insólito. Assim: num tempo de informação de 30 minutos, **telejornal** dedicou ao assunto cerca de 45 por cento!

Isto só mesmo... numa «república das bananas», que é como a RTP gosta de tratar a audiência...

## Bananas - 3

E o que se passou com a remodelação? Perfeitamente espantoso!

**Telejornal** começou por dar a notícia na **terça-feira**, dia dois. Extrema concisão. A peça não levou ao **telejornal** mais que... três minutos.

**Quarta-feira**. Foi o «caso nacional» da militante expulsa: 14 minutos para ele, nada para a remodelação! Era como se no país não tivesse acontecido nada...

**Quinta-feira**. Para **manchette**, a prisão de Noriega. Remodelação, meia-duzia de palavras, se tanto. A RTP não liga muito ao caso...

**Sexta-feira**. Tomada de posse dos novos ministros. Indicação de alguns nomes...

Até hoje, currículos, nada. Debate sobre a remodelação, nada. Declarações de Cavaco Silva, nada. Nada. Não aconteceu nada neste país...

Pois. A RTP continua a tratar a audiência como se estivesse numa «república das bananas».

## Bananas - 4

«Parlamento» levantou o caso da Estação de rastreio de Almodôvar. Presentes, e com a habitual moderação de Helder Freire, os deputados João Amaral, do PCP; José Lello, do PS; Pedro Campilho, do PSD.

João Amaral demonstrou, sem refutação possível que a Estação de Almodôvar tem finalidade militar; que representa um perigo potencial para o nosso país; que o povo português, a tal respeito, não sabe o que se passa pois na RTP era aquela a primeira vez que se discutia o problema. Levantou um problema de fundo: a ausência de autonomia do nosso país em questões que concernem à defesa nacional, com tudo o que isso representa de perigoso para a nossa independência. Lembrou, para basear a desconfiança no respeito dos Estados Unidos pelo cumprimento das normas internacionais, a invasão do Panamá.

Quer Pedro Campilho, quer José Lello foram de opinião de que, tratando-se de uma estação militar embora, ela não representava perigo para o país: ela destinava-se a vigiar os seis mil satélites do espaço exterior, alguns com funções militares.

João Amaral destacou a visão cor-de-rosa dos seus colegas deputados. O perigo de retaliação existia, existindo uma função militar, que ninguém negava.

Quanto ao Panamá, José Lello garantia que com Portugal os Estados Unidos não agiriam assim, pois «Portugal não é uma república das bananas»...

Lello e Campilho são uns líricos. A experiência mostra-nos (recordemos os problemas com a base das Lajes...) que, quando se trata de deitar as garras, todos os países fracos são, para os Estados Unidos, «repúblicas das bananas».

Aliás, a própria RTP, como já vimos, trata a sua audiência como se não fosse mais do que uma «república das bananas» este povo com oitocentos anos de luta pela dignidade.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A remodelação anunciada

Expressão das derrotas eleitorais e do descrédito em que o Governo de Cavaco caiu irremediavelmente, a tão anunciada remodelação governamental, ora dada como certa, ora desmentida, acabou por se concretizar. Se por um lado é certo que ela nada vai alterar de fundamental na política cavaquista, por outro vem expor aos olhos de todos contradições insanáveis que minam o executivo e o partido que apesar de tudo insiste em governar os portugueses.

## A maratona

Em matéria de remodelação governamental, o Primeiro-Ministro tardou, mas arrecadou.

Antes de mais, arrecadou um merecido lugar no *Guinness Book of World Records*, para o qual se espera que alguém (quanto mais não seja, o sr. Dias Loureiro) já o tenha proposto a esta hora. Por mais voltas que se dê à memória, não aparece registo de remodelação que tenha levado tanto tempo a concretizar, a partir do momento em que foram conhecidas as primeiras mudanças. Iniciada na passada terça-feira, ainda durava ontem e prometia entrar pela próxima semana.

Que fôlego!

Depois, arrecadou uma carga de trabalhos no interior do partido do Governo, onde a derrota nas eleições autárquicas criara uma mais que compreensível febre de discussão em torno das mil e uma maneiras de salvar quer o «estado laranja», quer o estado da laranja. Cavaco julgou que punha ponto final no assunto com uma remodelação de bolso, mas, desta vez, parece que se enganou. Se a discussão se arrasta por muito mais tempo, não haverá secretarias de Estado em número suficiente para tentar satisfazer a sensibilidade de todas as «sensibilidades» do PSD. Que sarilho!

(«o diário», 6.1)

## A fúria

Uff! Que animação! O que parecia ser uma banal e cinzenta remodelação — ainda que controversa quanto aos nomes — transformou-se de repente numa verdadeira bomba política que prenunciava, pela primeira vez, uma clara divisão de águas dentro do Governo e do PSD. Há guerra declarada e há mortos e feridos.

A verdade é que já ninguém prevê nem conhece antecipadamente as decisões do primeiro-ministro. Aparentemente ele está a disparar sozinho e em todas as direcções. Ministros e secretários de Estado demitidos em

cinco minutos e sem explicações, substitutos convidados antes de serem demitidos os que eles vão substituir, remodelações que se anunciam num dia ao Presidente da República e que continuam no dia seguinte — enfim, nada tem faltado neste ambiente de confusão e perplexidade em que entrou o outrora granítico e impassível Governo de Aníbal Cavaco Silva.

(«Sábado», 13.1)

## O caroço

«Não estou magoado, mas estranho que o primeiro-ministro me tenha pedido repetidamente para adiar a minha saída do Executivo e agora me mande embora desta maneira» — lamentou Barreto. «Por um lado estou aliviado, mas por outro fico muito preocupado com o que irá passar-se ao longo deste ano difícil que começa».

(...) «Agora é natural que me afaste da vida pública e regresso à iniciativa privada» — admitiu, quando há dois dias respondeu às perguntas do «Tal & Qual».

«Se vou ganhar mais dinheiro, mais caroço? Também é natural que sim...»

(«Tal & Qual», 5.1)

## A discórdia

Voltemos a quinta-feira passada. O Conselho de Ministros acaba. Cavaco Silva e Eurico de Melo reúnem a sós. A conversa é «tensa», segundo fontes próximas de ambos. Além das questões de poder já citadas, o essencial do diálogo é a remodelação e a condução da crise. Eurico dirá mais tarde a um político social-democrata: «Aconselhei o senhor primeiro-ministro a fazer uma remodelação em Julho, e aconselhei-o novamente em Setembro. Não a fez». Nessa quinta-feira, Cavaco Silva já tomara a decisão de remodelar mas ainda não acelerara o processo. Diz isto mesmo ao seu número dois. Eurico reagiu violentamente. «A remo-

delação não deve ser feita agora. Primeiro é preciso uma reestruturação profunda e depois uma remodelação capaz», repete ao seu líder. Não quer que o Governo mude sob pressão de uma derrota. Não vê possibilidade rápida de «encontrar uma equipa que vença as eleições de 1991». Tal como já o fizera no conselho político, Eurico discorda na essência e na forma da remodelação. O corte entre os dois homens é definitivo. «Um partido é como um exército. Quando o segundo comandante discorda do primeiro, resta-lhe sair», afirma.

(«O Independente», 5.1)

## A troca

A notícia da substituição de Teresa Gouveia por Pedro Santana Lopes na Secretaria de Estado da Cultura caiu como uma bomba nos meios artísticos e intelectuais, que, a crer nos depoimentos confiados ao «DL» por José Saramago, Augustina Bessa Luis (esta dando o benefício da dúvida), António Ramos Rosa, Pedro Cabrita Reis, Jorge Lima Barreto, Luís Serpa, Nelson de Matos, João César Monteiro e António Campos Rosado, não entusiasmou ninguém. Antes pelo contrário...

«No quadro de um Governo que não se mostrou particularmente interessado nas questões da Cultura, a secretária de Estado agora substituída mostrou alguma sensibilidade a essas questões e de certo modo apareceu como uma pequena ilha fértil no mar da indiferença governamental» — foi esta a primeira reacção do escritor José Saramago ao anúncio, feito esta manhã, de que Cavaco Silva afastara Teresa Gouveia das suas funções no Executivo, para a substituir por quem menos se esperava, Pedro Santana Lopes.

(«Diário de Lisboa», 4.1)

## Mas se...

Se Cavaco Silva tivesse convidado Cadilhe a demitir-se quando estourou a bomba da compra em cascata de casas sem pagamento de sísa; Se Cavaco Silva tivesse convidado Beleza a demitir-se quando se tornaram públicas as irregularidades, ilegalidades e situações dúbias que rodearam a montagem do Hospital de S. Francisco Xavier ou quando se revelou como insanável o seu conflito com a Ordem dos Médicos;

Se Cavaco Silva tivesse dispensado o seu cunhado do Governo, quando os políticas reconstituíram no Terreiro do Paço as tristes cenas de traulitada do tempo do Estado Novo;

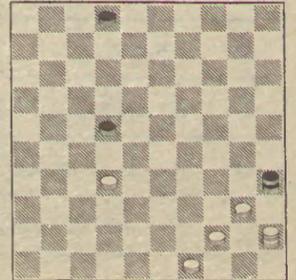
Se Cavaco Silva tivesse levado até ao fim e à luz do sol a indignação das burlas do Fundo Social Europeu, **teria demonstrado que o Governo tinha pundonor e que o seu sentido de honra político era igual ao de honra pessoal.**

(«O Liberal», 6.1)

## Damas

CCXXXVI - 11 de Janeiro de 1990

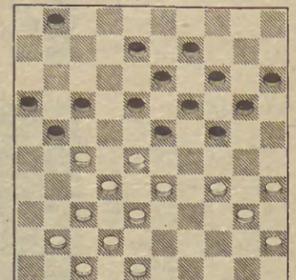
Proposição N.º 236  
Por: J. van Tulder - 1950  
Pr.: [3]: 2-22-(35)  
Br.: [5]: 32-40-44-(45)-49



Branças jogam e ganham

### Golpe N.º 236

Por: Lucien Azam - Toulouse  
«La Dépêche du Midi», 9.III.1980  
Pr.: [14]: 1-8-9-13-14-15-16-17-18-19-20-21-23-24  
Br.: [14]: 27-28-32-33-34-35-37-38-40-41-42-45-47-48



Branças jogam e ganham

### Soluções do N.º CCXXXVI

N.º 236 (J. van T.): 32-28 e 44-39 e 45-50... +  
Golpe N.º 236 (L.A.): 35-30 e 34-29 e 28-23 e 38-33 e 32x3=D e 3x5 +

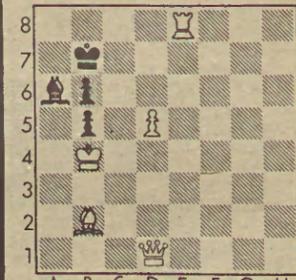
A. de M.M.

## Xadrez

CCXXXVI - 11 de Janeiro de 1990

Proposição N.º 236/A  
Por: H.F.L. MEYER

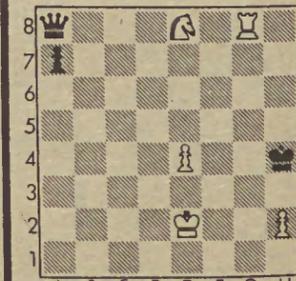
«Ill. London News», 1861  
Pr.: [4]: Ps. b5, b6-Ba6-Rb7  
Br.: [5]: Pç5-Bb2-Té8-Ddl-Rb4



Mate em 3 lances

### Proposição n.º 236/B

Por: V. & M. PLATOV  
«Endspielstudien» 1914  
Pr.: [3]: Pa7-Da8-Rh4  
Br.: [5]: Ps.é4, h2-Cé8-Tg8-Ré2



Branças jogam e ganham

### Soluções do n.º CCXXXVI

N.º 236/A (H.F.L.M.): 1. Bh8, Ra7; 2. Da1, Rb7; 3. Dg7 ++.  
N.º 236/B (V. & M. P.): 1. Th8, Rg5; 2. Cd6, Dç6; 3. Cf7 g.

A. de M.M.



## Francisco Miguel Das Prisões à Liberdade

Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses e que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mais difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.